UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

GESSILDO MENDES JÚNIOR

REBELIÃO DOS MARINHEIROS:
A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL – AMFNB (1962-1964) NO RIO DE JANEIRO

Niterói
2010

GESSILDO MENDES JÚNIOR

REBELIÃO DOS MARINHEIROS:
A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL - AMFNB (1962-1964) NO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof.ª Marly de Almeida Gomes Vianna
Doutora em História

Niterói
2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

M538r Mendes Júnior, Gessildo.
Rebelião dos Marinheiros: A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB (1962-1964) no Rio de Janeiro / Gessildo Mendes Júnior.- Niterói, 2011.
116p.
Bibliografia: p.110-116

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História do Brasil - Universidade Salgado de Oliveira, 2011.
Orientador: Dsc. Marly de Almeida Gomes Vianna.

1. Militares - Atividades políticas - Brasil - 1962-1964. 2. Brasil - História - Revolta dos Marinheiros, 1964. 3. Forças Armadas - Brasil. 4. Ditadura - Brasil. 5. História. I. Título.

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

GESSILDO MENDES JÚNIOR

REBELIÃO DOS MARINHEIROS:
A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL - AMFNB (1962-1964) NO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História Social e Política do Brasil, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para conclusão do Curso.

Aprovada em 15 de dezembro de 2010 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

_____
Profª. Drª. Marly de Almeida Gomes Vianna – Orientadora (UNIVERSO)

_____
Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

_____
Prof. Dr. Marcelo Timotheo da Costa (UNIVERSO)

Agradecimentos

Grato ao Criador, eu acredito.

Aos dois seres humanos mais notáveis que já conheci. Um, ordenava seu mundo a partir de sua vivência na caserna e sua experiência religiosa, simples mas notável, pelo menos para os que o cercavam. Outro, com sua visão bem mais elaborada, profundo conhecedor de uma das teorias que mais inferiram no mundo no século passado e, ainda mexe com a cabeça de muitos jovens, principalmente nas instituições de nível superior. Um militar, porém doce; outro revolucionário, mas também terno. Seres humanos que conheceram o sentido pleno do termo "humano". Talvez, mesmo o que pouco conhecia sobre o pai do materialismo histórico - e até mesmo discordasse em muitos pontos de Marx -, concordaria como o revolucionário quando disse: "O homem é o capital mais precioso." Ao meu pai (*in memorian*), e a prof.ª Marly, meu muito obrigado pelo exemplo de caráter.

Agradeço às três mulheres da minha vida: minha mãe, à Aline e minha arteira filhinha.

Aos meus colegas da graduação - e destaco Rodrigão, Dom, Leonardo e Rose - que também me acompanharam na Especialização na UFF.

Agradeço aos meus professores da graduação. Ao garoto prodígio, Plínio Amaral, ao reflexivo Edilson, por ter aguçado meu sentido em desconfiar de explicações superficiais sobre os seres humanos. A minha gramisciana orientadora de graduação, Poméia. Ao professor Jerônimo, por ter me apresentado Marx.

Aos meus mestres, ao erudito Marcelo Timótheo e ao Maurício Parada pelas discussões acaloradas, e diria assimétricas, dado ao vasto conhecimento dos professores. Ao irrefutável prof. Falcon e a sempre simpática prof.ª Márcia Amantino, meu muito obrigado.

À Banca de qualificação. Ao professor Jorge Ferreira pelos puxões de orelha. Quando eu era criança, minha mãe sempre falava: "deixa de ser orelhudo menino", agora entendo.

Agradeço à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Janeiro - FAPERJ - pela Bolsa concedida, possibilitando minha pesquisa.

Agradeço ao coordenado do curso de Mestrado, prof. Jorge Prata por sua postura e compreensão.

Em fim, agradeço ao pai da filosofia da práxis, Karl Heinrich Marx!

O homem é o capital mais precioso.

Karl Marx

Resumo

MENDES JÚNIOR, GESSILDO. **REBELIÃO DOS MARINHEIROS: A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL – AMFNB (1962-1964) NO RIO DE JANEIRO.** Orientadora: Marly de Almeida Gomes Vianna. Niterói: UNIVERSO/PPGH, 2010. Dissertação (Mestrado em História).

A dissertação discute a trajetória da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), durante o período pré ditadura civil-militar no Brasil. A partir deste objetivo analisamos a criação, a atuação e as causas do fim da associação marinheira, que tinha por objetivo inicial unir a marujada em torno de atividades recreativas e culturais, também tentando dar conta de suas demandas sociais através de medidas assistencialistas, que passaram a reivindicações mais contundentes, que acabou levando esses militares a rebelião ocorrida em 1964. A história "vista de baixa" foi à metodologia empregada para analisarmos a participações desses subalternos do círculo de cabos, marinheiros e soldados fuzileiros da Marinha do Brasil nesse processo. Os atores políticos e entidades sociais que tinham envolvimento com a entidade marinheira também foram analisados, pesquisa que nos serviu para averiguar a tese que a rebelião na Marinha e o discurso que ocorreu na semana posterior no Automóvel Clube, foram o estopim para o golpe. Nesse sentido, terão destaque tanto os marinheiros, fuzileiros, políticos de esquerda e as propostas do incompreendido, pelo menos em seu tempo, presidente da República, João Goulart.

Palavras-chave: AMFNB; Marinheiros e fuzileiros; Rebelião dos Marinheiros; Militares.

Abstract

MENDES JÚNIOR, GESSILDO. **REBELIÃO DOS MARINHEIROS: A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL – AMFNB (1962-1964) NO RIO DE JANEIRO.** Orientadora: Marly de Almeida Gomes Vianna. Niterói: UNIVERSO/PPGH, 2010. Dissertação (Mestrado em História).

The essay discusses the AMFNB's trajectory during the period before the civil-military Brazilian's dictatorship. From this goal we analyzed the establishment, operation and the end's causes of AMFNB which used to unite the marines around recreational and cultural activities and also tried to realize their demands through social welfare measures, which were the most damning claims, that led to these military to rebellion in 1964. The "low view" story was the methodology used to analyze these subordinate circles participation on the process. Political actors and social agencies that had involvement with the entity were also analyzed. This research served to investigate the thesis that the rebellion in the Navy and the discourse that occurred in the following week at the Automobile Club, were the trigger for the coup. Sailors, Marines, leftists politicians and proposals of the misunderstood, at least in his time, the president, Joao Goulart will be highlighted in this essay.

Keywords: Civil-Military Coup; Sailors and fusilier; Marines.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Quadro Auxiliar da Armada
AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras
AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
ATA – Associação de Taifeiros da Armada
BN – Biblioteca Nacional
BNM – Brasil Nunca Mais
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CFN – Corpo de Fuzileiros Navais
CGS – Comando Geral dos Sargentos
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA - Agência Central de Inteligência
CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
CPM – Código Penal Militar
CPSA – Corpo do Pessoal Subalterno da Armada
CPSCFN – Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais
CR – Cadernetas-registro
CTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
DGPM – Diretoria Geral do Pessoal da Marinha
DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
EAM – Escola de Aprendizes-Marinheiros
EFRN – Escola de Formação de Reservistas Navais
ESG - Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea Brasileira
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
IPM – Inquérito Policial Militar
JC – Juventude Católica
JK - Juscelino Kubitschek de Oliveira
LSN – Lei de Segurança Nacional
MB – Marinha do Brasil
MMC - Movimento Militar Constitucionalista
MODAC – Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania
OM – Organização Militar
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PE – Polícia do Exército
PSD – Partido Social Democrata
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RDM – Regulamento Disciplinar para a Marinha
RCPSA – Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada
SGC – Serviço Geral de Convés
SGM – Serviço Geral de Máquinas
SGT – Serviço Geral de Taifa
STF- Supremo Tribunal Federal

STM - Superior Tribunal Militar
UDN - União Democrática Nacional
UFF – Universidade Federal Fluminense
UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia
UNE – União Nacional dos Estudantes

A um “velho lobo do mar”,

SO-MV Gessildo Mendes (*in memorian*)

Sumário

INTRODUÇÃO, 11.

CAPÍTULO I
A Marinha de Guerra e o quadro político dos anos 60, 21.

1. "Cicatriz aberta ou pagina virada?", 21.
2. O quadro político – Jânio Quadros, 25.
3. João Goulart, 27.
4. A Marinha de Guerra
   Formas de recrutamentos, 34.
5. Missão Naval Americana, 39.
6. Militares de esquerda?, 43.
7. O movimento dos Sargentos, 45.
8. Autonomia castrense, 47.

CAPÍTULO II
O Imaginário dos marujos, 54.

1. Ideologia, 54.
2. O sentimento de camaradagem comum aos círculos hierárquicos, 56.
3. Marchando com a Força terrestre, 62.
4. Os bíblias e os comunas a bordo, 64.
5. Mais uma vez marchando com o Exército, 71.

CAPÍTULO III
O movimento dos marinheiros, 74.

1. A fundação da AMFNB, 83.
2. 2º diretoria da AMFNB, 87.
3. A figura controversa do chamado cabo Anselmo, 88.
4. A reunião comemorativa do 2º aniversário da AMFNB, 89.
5. A Revolta da Chibata, 92.
6. A presença física do "almirante negro", 95.
7. A Rebelião, 99.

CONCLUSÃO, 105.

FONTES, 110.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 111.

INTRODUÇÃO

> O almirante deu um chute no capitão, o capitão deu no tenente, o tenente deu no sargento, que por sua vez deu no marinheiro. O marinheiro olhou para trás e só viu um cachorro.[1]
>
> Avelino Capitani

Quando eu cursava a Graduação em História, perguntei a um professor qual era diferença entre ser mestre ou doutor. A resposta foi simples mais esclarecedora: "mestre é o aprendiz de feiticeiro, doutor é o bruxo". No ano de 2007, foi implantado na Universidade Salgado de Oliveira o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do Brasil e depois que conclui a graduação, ingressei no curso de mestrado – candidato a aprendiz.

Pensei que iria encontrar respostas para meus questionamentos, mas acho que acabei por expandir meu repertório de perguntas. Algo que norteou minha pesquisa foi à frase do escritor russo Anton Checkov: "O Homem é aquilo em que acredita". Como aprendiz de historiador, eu diria: o homem é aquilo que lê. Mas existe algo - para mim como aprendiz de pesquisador - de maior abrangência na formulação de Checkov. Ao tratar dos marinheiros e fuzileiros da AMFNB, não o fiz julgando seus erros ou acertos, mas procurei descrever o que "eles eram", ou melhor, o que eles acreditavam ser, e foi nesse sentido que o conceito de ideologia se tornou muito importante para minha pesquisa.

Numa das aulas presenciais do mestrado, ministrado pelo grande mestre professor dr. Francisco Falcon, fui apresentado a um texto que me revelou algumas artimanhas do ofício de historiador. O referido texto dizia:

> Normalmente, o aprendiz de escritor [...] descobre o estilo que lhe é apropriado seguindo de início, e depois abandonando, modelos de sua admiração; **a imitação** parece constituir uma fase essencial no processo de auto-descoberta. Nem sequer em princípio, portanto, a escrita provém inteiramente do coração; em sua maior parte, provém diretamente de outros livros. A singeleza mais elevada surge mais tarde, fruto de uma faina que oculta a faina.[2] [Grifos meus]

Na Universidade Federal Fluminense, em um curso de Especialização em História do Brasil, escutei um professor falar quase a mesma coisa, mais de forma mais direta: "dizem

---

[1] CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 23.

[2] GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macauly, Burckhart*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 25. [Grifo meu]

[acho que não quis se comprometer] que não se faz um bom historiador com menos de 50 anos".

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), fundada em 25 de março de 1962, era uma entidade civil que tinha por objetivo lutar pelas demandas sociais dos marinheiros, soldados e cabos da Marinha de Guerra do Brasil. Suas reivindicações, embora simples - possibilidade de se casar, votar e ser eleito, usar trajes civis fora do expediente, melhor tratamento por parte dos oficiais, melhoria nos ranchos nos navios e nas unidades em terra, reformulação do regulamento disciplinar arcaico e que nenhuma medida punitiva fosse tomada contra os que pertenciam à entidade e o próprio reconhecimento da mesma - não foram atendidas. Foi essa postura do não reconhecimento da associação pelo almirantado e a prisão de alguns dos diretores da associação que levou ao episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros, que ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964. Pretendo analisar se a rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara foi realmente o motivo que levou os oficiais da Marinha a aderir ao golpe contra o governo pretensamente sindicalista de Goulart, uma vez que a anistia concedida por ele aos marinheiros rebelados violava, segundo os oficiais, à hierarquia, pilar das Forças Armadas. Tal perspectiva pode ser observada na análise do historiador Daniel Aarão Reis Filho:

> [...] o barril de pólvora e a mecha estavam lá, à espera de um fósforo aceso.
> Quem o acendeu foi uma reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Proibida pelo ministro da Marinha, mantida pela diretoria da entidade, reunida, afinal, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. O cenário teve um ar de *Encouraçado Potemkin*, do cineasta russo Eisenstein. Qualquer semelhança entre os fatos – brasileiros - e o filme – russo – não era, evidentemente, mera coincidência, inclusive porque, como convidado de honra, comparecera João Cândido, o almirante negro, líder e único sobrevivente da revolta da armada, de 1910, quando tivemos também direito aos nossos Pontemkins...[3]

Perspectiva que o historiador Anderson da Silva Almeida não endossa, pelo menos quando Aarão Reis fala: "Proibida pelo ministro da Marinha". Segundo Almeida:

> Essa proibição na realidade não ocorreu e não tinha embasamento legal. A AMFNB era pessoa jurídica e tinha vida própria, independente da aprovação ou não da Marinha. Os mandados de prisão expedidos no dia 23 de março foram uma

---

[3] REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp.31-32. A análise do historiador é muito parecida à feita por um jornalista da época. Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, 1º página.

> reação aos pronunciamentos ocorridos no dia 20, quando do insucesso da visita à Petrobras.[4]

Minha pesquisa abrangeu a criação, a atuação e as causas do fim da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Acredito que o tema seja relevante pois, ao tratar das reivindicações dos marinheiros e de sua disposição para lutar por elas, pretendo entender o universo ideológico desse grupo de militares de menor graduação da Marinha – o que provavelmente poderá ser estendido também ao Exército e à Aeronáutica - o que é relevante num país em que o papel político das Forças Armadas sempre foi de destaque. Também creio que, ao tentar compreender o universo dos militares e suas especificidades, estarei mergulhando na própria história do Brasil republicano, mais especificamente, no período pré-golpe de 1964. Tal observação não é propriamente inédita, pois em 1912, o coronel e ex-presidente dos Estados Unidos da América Theodore Roosevel proferiu as seguintes palavras: "não creio ser possível tratar a história militar como alguma coisa separada da história nacional mais geral"[5].

Por compartilhar da concepção de que a história não é feita somente pelas elites dominantes, mas por sujeitos históricos que estão espalhados em todas as esferas sociais (camponeses, trabalhadores, estudantes, marinheiros etc.), trabalho com a perspectiva da "história vista de baixo". Segundo Hobsbawm "a história com origem no povo, a história vinda de baixo ou a história da gente comum, na qual George Rudé foi o pioneiro ilustre, não precisa mais de propaganda."[6] A história "vista de baixo" é, a meu ver uma metodologia fundamental para a compreensão da AMFNB, pois não estamos falando de líderes articulados e famosos, mas de elementos da mais baixa hierarquia da Marinha de Guerra do Brasil, homens que na sua maioria não tinham nem o antigo 2º grau. A história vista de baixo se constitui em um novo viés para se abordar a história militar que é sempre contada a partir da alta oficialidade (oficiais generais ou superiores) ou seus simpatizantes. Uma boa perspectiva podemos encontrar na obra organizada por Celso Castro, Vitor Izecksonh e Hendrik Kraay, *Nova história militar brasileira*[7]. Os organizadores buscaram reunir artigos de pesquisas

---

[4] ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião à Anistia. (Dissertação) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010, pp. 62-63.

[5] Apud CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004, p. 12.

[6] HOBSBAWM, Eric. *A outra história: algumas reflexões*. In: KRANTZ, Frederick (org.). A *outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Tradução: Ruy Jungmany. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

[7] CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. Ibid., p. 12.

atuais que abordam a "nova história militar", que, além de se opor a uma história militar tradicional, busca inserir nessa nova dinâmica os militares de menor graduação e a relação dos militares com os chamados "paisanos", respeitando certa autonomia castrense.

Também não compartilho da crença de que a história é feita por heróis, e sim por sujeitos históricos que são passíveis de acertos e erros, dentro de uma perspectiva histórica na qual o mesmo está inserido.

A figura do chamado cabo Anselmo - que na verdade tornou-se cabo por um erro jornalístico, pois Anselmo não era cabo, era marinheiro de primeira classe, cuja divisa foi confundida pelos jornalistas: o marinheiro de primeira classe usava duas divisas de um lado e o cabo tinha três divisas dos dois lados - deve ser dividida em pelo menos dois momentos distintos. Primeiro como um marinheiro carismático e como uma boa oratória, que por circunstâncias históricas, na opinião do ex-diretor da organização, Capitani[8], acabou sendo eleito presidente da AMFNB. Em um segundo momento, como traidor do movimento revolucionário que vai opor-se ao regime militar. A versão que acusa o "cabo" Anselmo de espião da CIA que fora infiltrado na AMFNB para desarticular o movimento dos marinheiros e o governo Goulart não é ratificada pelos ex-diretores da Associação dos Marinheiros. Segundo Capitani, o elemento fundamental para a vitória de Anselmo à presidência da 2º diretoria foi sua neutralidade e não seu comprometimento com uma das correntes (combativa versus moderada) que disputavam a eleição. O problema da versão que acusa Anselmo de espião da CIA desde sua entrada no movimento carece de provas mais contundentes, pois, era comum os serviços de inteligências das Forças Armadas trabalharem com a contra-infornação, ou seja, usavam informações falsas para desqualificar seus inimigos.

Em uma entrevista ao Jornal Opção o marinheiro Antônio Duarte quando interpelado se Anselmo era homossexual, respondeu: "Eu me lembro que espalharam que Anselmo havia tido um caso com um fuzileiro naval. A história deve ter sido plantada pelo serviço secreto dos militares. Tentaram fazer o mesmo com João Cândido, líder da Revolta da Chibata, em 1910"[9], corroborando a máxima que considera que "uma liderança não pode nascer nas classes subalternas". Também era comum na Marinha por parte dos próprios graduados e dos oficiais da Escola Naval, discriminarem oficiais do Quadro Auxiliar[10]. Antônio Duarte notou:

---

[8] CAPITANI, op. cit.
[9] Jornal Opção, 26 de abril de 2008, p. 6. Disponível em: http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques1&idjornal=136
[10] Os oficiais do Quadro Auxiliar da Armada (AA) – praças que foram promovidos a oficiais – não gozavam da admiração, nem das praças, nem dos oficiais, por não serem oriundos da

> [...] oficiais auxiliares que tinham postos de comando pareciam necessitar sempre de uma consulta aos verdadeiros mandões, os Oficiais do Corpo da Armada, uma categoria especial de pessoas, a elite dirigente da Armada. Só eles diziam a última palavra. [...] não era acessível aos oficiais auxiliares posto de comando em navios [...] como todos os oficiais auxiliares, pairava entre a alegria de ser tenente e a tristeza de não ser considerado igual aos outros [...] com curso na Escola Naval. Por mais que desejassem, não passariam de oficiais de segunda categoria. Os marinheiros não ajudavam, pois divulgavam histórias sobre aqueles que antes tinham sido marinheiros. [...] quase todos estes oficiais auxiliares tinham apelidos, às vezes, associados a sua forma física, o jeito da boca, o rosto, os hábitos etc.[11]

Escolhi o período compreendido entre 1961-1964 por algumas especificidades históricas. Segundo Benevides:

> Sete anos e um dia após o suicídio de Getúlio Vargas, outro presidente, igualmente eleito com expressiva votação popular, deixava o poder de forma traumática. Mas, além de carecer do sentimento de grandeza, inegável no gesto de Getúlio, a renúncia de Jânio Quadros permanece até hoje envolta na polêmica que hora enxerga o golpe, ora a insanidade do protagonista. E a crise que provocou, pela tentativa militar de se impedir a investidura constitucional do vice João Goulart, quase leva o país à guerra civil.[12]

A figura de Jânio Quadros torna-se mais importante por não se tratar de um populismo vinculado aos partidos políticos e as massas, e sim, ao grande capital e aos militares como afirma Benevides:

> O populismo expresso nos governos de Vargas (1950-1954) e de Goulart (1961-1964) estava efetivamente vinculado aos movimentos sociais e aos partidos políticos numa inequívoca tentativa de política de massas. O estilo autoritário, moralista e extremamente personificado de Jânio Quadros evocava um "populismo de direita" – militarista antiparlamentar e associado ao grande capital – [...].[13]

Por acreditar que o tema seja ainda pouco tratado pela historiografia brasileira, ou pelo menos, abordado a partir da "visão de mundo" dos militares, privilegiando assim seu cotidiano, e não só os episódios que envolvem questões política, terei que trabalhar bastante com testemunhos orais. Outra fonte privilegiada foi a imprensa da época. Tarefa difícil para qualquer pesquisador, dada a falta de uma bibliografia específica e atualizada, é tentar mergulhar na história militar naval brasileira. Para tanto, terei que recorrer a uma bibliografia

---

Escola Naval; na linguagem da maruja, não possuem a "volta de Nelson". Eram considerados bajuladores dos "verdadeiros" oficiais.

[11] DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros.* Rio de Janeiro: Inverta 2005, p. 247.

[12] BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

[13] Ibid., p. 9.

que podemos chamar de tradicional. Mais sortes terão aqueles que porventura quiserem estudar o Exercito brasileiro, pois já há algumas obras sobre o assunto.[14]

O Serviço de Documentação Geral da Marinha publicou uma série de textos que se arriscam em narrar a História Naval Brasileira, título das obras. Eu acrescentaria o termo militar para diferenciar da nossa menos conhecida, mas também importante, pelo próprio sistema de comércio mundial, Marinha Mercante. As obras são oferecidas ao público a preços módicos e o problema desse tipo de literatura é claro, para o pesquisador: pouco problematizada, factual e institucionalizada. Os leitores se depararão com redações um tanto romanceadas da nossa história nacional:

> A História Naval Brasileira principia com o nascimento da Pátria. A poderosa armada de dez naus e três navios menores, que sob a capitania-mor de Pedro Álvares Cabral, avistou o Monte Pascoal em 22 de abril de 1500 [...] Nas múltiplas vezes em que estrangeiros cobiçosos tentaram conquistar e colonizar trechos do território nacional, a resposta veio altiva, eficaz e dura, sempre com emprego das forças navais, lutando ombro a ombro indígenas, negros e brancos, para expulsar o intruso."[15]

Existe um trabalho bem elaborado sobre o assunto, a dissertação de mestrado de Flávio Luís Rodrigues, na USP, mais tarde editada pela Cortez Editora, com o título *Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. Rodrigues aponta para pelo menos três versões da Revolta dos Marinheiros:

> A primeira, em geral vinculada por militares, vincula aquela Revolta aos interesses comunistas e à fraqueza do governo e sua falta de rigor com a baderna e a indisciplina nos quartéis. Nessa versão incluímos os nomes dos generais Gustavo Moraes Rego Reis, Carlos de Meira Mattos, Ivan de Souza Mendes, Adyr Fiúza de Castro, Enio dos Santos Pinheiros, Olympio Mourão Filho, Carlos Alberto da Fortuna, marechal Odílio Denys, o almirante Ernesto Batista e Carlos Penna Boto. Muito próximo dessa versão estão também o jornalista Elio Gaspari e o historiador Thomas Skidmore.
> A segunda versão, defendida por historiadores e jornalista de esquerda, associa a Revolta à trajetória pouco exemplar de Anselmo. Utilizando-se de frases do tipo "como a história provou" – referindo-se à traição de Anselmo - essa versão dedica poucas frases ao movimento dos marinheiros: algumas sequer citam a AMFNB. Contentam-se em reproduzir a versão do comandante Ivo Aciocy Corseuil. Parecem condenar a AMFNB a priori. Assim, atribui a radicalização dos marinheiros a um cálculo que pretendia desestabilizar o governo Goulart (Alguns deixam isso implícito). A essa versão relacionamos os nomes dos seguintes historiadores (e

---

[14] Ver CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2º ed. revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver; um estudo antropológico sobre a hierarquia militar.* Rio de janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

[15] Serviço de Documentação Geral da *Marinha. História Naval Brasileira*. Tomo I. Rio de Janeiro, 1975, p. 9.

> jornalistas): Edgar Carone, Moniz Bandeira, Marcos Aurélio Borba, Edmar Morel, Hélio Silva, Boris Fausto e Dênis Moraes.
> Terceira versão, na qual se incluem os cientistas políticos Caio Navarro de Toledo, Alfred Stepan e os historiadores Jacob Gorender e Nelson Werneck de Sodré, trata da Revolta de forma cuidadosa, não vinculando a AMFNB à trajetória de Anselmo, embora faça poucas referências à associação.[16]

Não me filio a nenhuma das três versões, citadas por Rodrigues. Mesmo considerando a grande relevância da historiografia produzida até aqui, pretendo abordar os fatos a partir do imaginário dos marujos que pertenciam à entidade.

Outro trabalho que merece nossa atenção é a dissertação de mestrado do historiador Anderson da Silva Almeida, defendida na Universidade Federal Fluminense - UFF, que não poderia ter um título mais original: *Todo leme a bombordo*[17], fazendo reverência ao comando que é dado quando os oficiais pilotos querem que o navio curve rapidamente para o lado esquerdo. [18]

Acredito que uma análise gramsciana será também apropriada para o universo dos marinheiros, e concomitantemente, estou usando o conceito de Estado ampliado de Gramsci, que considera o mesmo constituído pela "sociedade política" mais a "sociedade civil" que se organiza a partir de "aparelhos privados de hegemonia" - que são os organismos de participação política voluntários, e que não se caracterizam pelo uso de repressão. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil era uma organização de militares de baixa graduação que tinha como meta lutar pelas demandas sociais desses elementos de menor graduação da Marinha, e quero verificar se a entidade pode ser enquadrada no conceito gramsciano de "aparelho privado de hegemonia", parte da "sociedade civil". Apesar de parecer uma incoerência teórica, pois, estamos falando de militares, parte do aparelho repressivo do Estado, a AMFNB é uma organização que tinha como objetivo principal lutar pelas demandas sociais de um grupo específico.

Trabalho também a luz dos três conceitos básicos de Bourdieu[19]; campo, habitus e capital.

---

[16] RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
[17] ALMEIDA, op. cit.
[18] Ibid., nota explicativa do autor: O *Bom*-bordo, para os navegadores portugueses que viajavam em direção ao sul seria sempre o lado esquerdo para quem está na popa (parte de trás do navio) de frente para a proa (parte da frente), ou seja, o lado do continente. O oposto é o bordo de oeste – *estibordo* em Portugal, *boreste* no Brasil. A explicação também é válida para Marinha Inglesa: *portside* (lado do porto) é o bordo esquerdo, p. 25.
[19] BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus Editora, s/d.

Campo é o espaço social onde se trava uma luta pela distribuição de um capital específico (campo científico, campo artístico, campo intelectual etc.), acumulado em lutas anteriores. Dentro de um campo é possível estudar as relações de poder existentes e como os indivíduos lutam pela redistribuição do quantum social. O campo será constituído por duas categorias, a dos dominantes (ortodoxos) e dominados (heterodoxos). O primeiro é composto pelos que detém maior capital social, cultural, econômico etc. Já o segundo é composto pelos os que não têm ou têm pouco capital social específicos. Todo campo é desigual e os ortodoxos lutaram pela conservação de tal situação, enquanto os heterodoxos lutaram pela transformação.

A ortodoxia e a heterodoxia partilham dos mesmos pressupostos que ordenam o funcionamento de um campo, isto é, são adversários cúmplices que, pelo antagonismo, demarcam o espaço legítimo da discussão, daquilo que se poder disputar e daquilo que merece ou não ser levado em consideração numa dada circunstância, promovendo o consenso que Bourdieu chamará de *doxa.*

Os marinheiros estarão dentro de um campo específico que são as Forças Armadas, um capítulo a parte quando se pensa em sociedade, pois os militares têm regras e regulamentos próprios. A disputa pelo espaço social será travada entre os dominantes (oficiais) e os dominados (subalternos). A Marinha é conhecida pelo seu conservadorismo. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Marinha comprou tecnologia dos países aliados e necessitou de mão-de-obra especializada, sendo necessário capacitar a marujada, às vezes até no exterior. Esses marujos vão questionar a *doxa* militar.

Habitus é o sistema de disposições adquiridas, duráveis e transmissíveis, predispostas para funcionar como princípios gerados e organizadores de práticas e representações. O *habitus* militar é legitimado por um sistema disciplinador, consolidado por práticas e representações arcaicas que são consideradas a alma da Marinha, que é muito mais conservadora do o Exército e a Aeronáutica. Quando o antropólogo Celso Castro estudou os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), analisou o "espírito militar", que deve ser entendido como a diferença de atitude do militar e o paisano, os "espíritos das armas" verificando as idiossincrasia de cada Arma do Exército brasileiro, e o que ele chama de espírito das Forças: Força Terrestre (Exército), Força Naval (Marinha) e Força Aérea (Aeronáutica). Nos discursos dos cadetes do Exercito, a Marinha é "mais elitista, aristocrática

e algo racista se comparada ao Exército. Por vezes, o espírito da Marinha é referido ao da Artilharia : 'gravata', 'cheio de frescura'[20].

Avelino Bioen Capitani, ex-diretor da AMFNB, foi um depoente de suma importância em minha pesquisa por pelo menos dois motivos. Primeiro por se tratar de um depoimento que vem de dentro do movimento (transcrito em um livro de sua autoria[21]), ou seja, por ter sido um dos diretores da AMFNB. Segundo por sua origem camponesa, que vai tipificar a maioria dos marinheiros que compunham os quadros da Marinha de Guerra do Brasil na época em questão, como mostra o documento enviado pelo ministro da Marinha, Ernesto de Mello Baptista, ao presidente marechal Humberto de Alencar Castelo Branco[22]: "A maioria das praças que integram o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e o Corpo de Fuzileiros Navais provém dos Estados, principalmente do Norte e Nordeste, maior fonte de recrutamento para Marinha."

Capitani[23] fará alusão, em sua obra, a temas que pretendo analisar para que possamos compreender a necessidade de organização por parte da marujada. Um desses temas (imaginário) pude observar dentro de minha própria casa, quando emprestei ao meu pai - um marujo aposentado, que no período em questão compunha os quadros da Marinha de Guerra do Brasil -, um livro que abordava a Revolta da Chibata (1910), de Álvaro Pereira do Nascimento[24]. O que lhe causou espanto na leitura foi à data do ocorrido, e ele disse: "Eu pensei que tinha sido mais próximo", ou seja, a Revolta da Chibata ainda estava presente no imaginário dos marujos da época, fato este que é também citado por Capitani: "A história da Revolta da Chibata estava gravada na memória dos marinheiros. Foi uma das primeiras histórias que me contaram ao chegar no quartel."[25]

Esse trabalho pretende também contribuir para analisar o elitismo e o conservadorismo na Marinha de Guerra do Brasil; estudar se a hierarquia militar, considerada o pilar das Forças Armadas, serve de arcabouço legal e ideológico para dividir os indivíduos de tais corporações em "classes", dentro de um campo de poder, destacando o embate entre dominantes e dominados (superiores e subalternos). Tenta esclarecer os reais motivos pelos quais a Associação dos Marinheiros e Fuzileiro Navais (AMFNB), uma entidade civil que lutava por

---

20 CASTRO, op. cit., p. 98.
21 CAPITANI, op. cit.
22 Arquivo confidencial do Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, datado de 16 de novembro de 1964. Apud Rodrigues, op. cit., pp. 179-181.
23 CAPITANI, op. cit., passim.
24 NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
25 CAPITANI, op. cit., p. 21.

reivindicações bastante simples, mas de extrema importância para os elementos mais desprotegidos da hierarquia militar, não conseguiu ver suas reivindicações atendidas pelas autoridades militares. Quero entender também se o temor das autoridades em relação à organização da marujada fundamentava-se em reconhecer na AMFNB um "aparelho privado de hegemonia", que preparava através de seus "intelectuais orgânicos", uma "contra-ideologia" para combater, como "classe para si", o sistema arcaico militar e o próprio sistema capitalista. A organização dos marinheiros punha em perigo a máxima militar: "primeiro cumpre e depois pondera", pois seus associados passavam a ter consciência da importância do seu papel social, principalmente por serem executores da coerção física. Tal nível de consciência por certo levaria um soldado a desobedecer a ordens das elites dominantes que fossem de encontro aos interesses das classes desfavorecidas.

Organizei a dissertação da seguinte forma: uma introdução, três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo analiso a Associação dos Marinheiros dentro de seu contexto histórico-político. Tenho como ponto de partida a chegada da UDN ao cargo mais importante da República em 1961, se não diretamente, pelo menos pelo apoio que deu a Jânio Quadros e o retorno político que esperava. Também procurei mapear formas de recrutamento e cotidiano dos subalternos da Marinha de Guerra do Brasil e a postura autônoma dos militares frente aos projetos de nação dos civis.

No segundo capítulo busco, dentro do próprio processo histórico, as causas e os mecanismos que eram usados para as agressões (verbais ou físicas) dispensadas aos marinheiros por parte de seus superiores hierárquicos e procuro mapear os maus tratos a que eram submetidos os elementos de menor graduação da Marinha de Guerra do Brasil, suas relações com o oficialato, que tentavam lhes imprimir o "ser militar". Alguns questionamentos apareceram no decorrer da pesquisa: Qual era a ideologia que estava por trás da associação e como seus associados se apropriavam da mesma? Onde (microcosmo) esses militares forjavam sua ideologia? Também busquei uma historiografia específica que tratasse dos militares.

O terceiro capítulo foi dedicado à história da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, desde sua criação até seu fechamento, tentando dar conta de alguns questionamentos: Qual era o propósito inicial da criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil? O que representava a AMNFB para seus associados? Quais eram as efetivas melhorias alcançadas por seus associados? Por que a eleição para a 2º diretoria foi antecipada? Qual era o propósito da reunião do dia 25 de março de 1964? Quais foram as circunstâncias histórica que levaram a seu fechamento?

CAPÍTULO I

A Marinha de Guerra e o quadro político dos anos 60

> [...] eles estão comandados pelos mesmos inimigos da democracia, que ontem pregavam o golpe e a ditadura, concitando o povo ao regime de exceção. As forças e as pessoas que provocaram o suicídio do Presidente Vargas, que foram os responsáveis pela renúncia de meu antecessor, que procuraram impedir em 1950, 1955 e 1961 a posse dos três presidentes eleitos são as mesmas que agora se reúnem contra as reformas exigidas pelo povo brasileiro. Elas, em 1961, desejaram rasgar a Constituição e hoje se julgam as suas defensoras. Tudo isto é história recente, que não precisa ser repetida [será?]. Os inimigos do povo intensificam a luta contra meu governo.[26]
>
> João Belchior Marques Goulart em seu último discurso com presidente da República.

"Cicatriz aberta ou pagina virada?"

Acredito ser relevante iniciar minha dissertação comentando o artigo de Benito Schmitd, *Cicatriz aberta ou pagina virada? Lembrar e esquecer o Golpe de 1964 quarenta anos depois*.[27] Quarenta anos passado do golpe-civil militar de 1964, o autor verifica na imprensa uma abundância de discursos conflitantes sobre a memória dos assuntos relacionados ao golpe, dentre os quais destaca: o discurso governamental, o dos comandantes militares e o das vítimas e/ou familiares delas. A dinâmica fica por conta de lembrar ou esquecer os "anos de chumbo" no Brasil. Tal discussão tem como elemento acionador a abertura ou não dos arquivos da repressão. História pautada na memória, ou melhor, na luta pela memória de um período tão sombrio da história do Brasil republicano.

Benito Schmidt percebe que na década de 1980, grande número de pessoas mostra-se interessado em reconstruir seu passado, interesse que parece estar ligado à consolidação de suas imagens no presente. Esses agentes, ou instituições, se distribuem nos mais variados setores da sociedade brasileira, desde empresas, sindicatos e até clubes esportivos. A "onda da

---

[26] Discurso pronunciado no dia 30 de março de 1964 no Automóvel Clube. Revista Manchete, 11 de abril de 1964, p. 6.

[27] SCHMITD, Benito Bisso. *Cicatriz aberta ou pagina virada? Lembrar e esquecer o Golpe de 1964 quarenta anos depois.* Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppghist/26Art5.pdf

memória" alcançou seu auge em torno da comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, com obras voltadas para o assunto, encontrando o jornalista Eduardo Bueno uma maior penetração entre o público leigo.

A academia não se furtou a pegar tal "onda", assim como os meios de comunicação em geral, sendo produzidos filmes e minisséries sobre o período em questão.

Talvez a maior evidência da tentativa da reconstrução desse passado longínquo, tenha sido a construção de uma réplica da nau Capitânia comandada por Cabral, que deveria reproduzir a viagem realizada em 1500, e, apesar dos 500 anos de avanços tecnológicos, a experiência não foi bem sucedida. Mas o que estava em jogo, não era o passado (distante), e sim, as heranças que cimentam as identidades do presente.

Já em 2004, as comemorações se voltaram para três acontecimentos do nosso passado recente. O cinqüentenário do suicídio de Vargas, 40 anos da implantação do regime militar, que perdurou por pelo menos duas décadas, e 20 anos da campanha das "Diretas Já", que mobilizou a sociedade brasileira em torno da abertura política. O passado recente difere muito do passado das grandes navegações, pelo menos no que tange à coleta de fontes, pois um vasto material foi coletado através da história oral, uma vez que, muitos dos agentes envolvidos nos acontecimentos ainda estão vivos. A imprensa é outra fonte privilegiada.

O que Schmitd percebe nesse processo é que "uma abundante e variada memorialística precede em muitos anos a 'comemoração' de 2004."[28], e que o aniversário serviu para reavivar uma velha disputa. O autor baliza-se em Paul Ricoeur para diagnosticar as armadilhas em analisar essas guerras pela verdade. Os envolvidos, quando estão relatando suas experiências, querem ser acreditados e não se contentam em dizer "eu estava lá", mas, é "verdade" porque eu (pesquisado) estava lá. Tal situação foi percebida em conversa e debates com os marinheiros e constatei que a relação pesquisador - pesquisado é sempre intricada.

O maior problema, talvez, nem sejam as armadilhas da fonte oral, mas a inacessibilidade aos arquivos da ditadura que poderiam respaldar ou ao menos confrontar tais narrativas.

A anistia ampla e irrestrita, que visava uma reconciliação nacional, perdoou tanto torturados como os torturadores, mas não trouxe o alento esperado em busca do esquecimento dos erros do passado.

---

[28] Ibid., p. 133.

Os torturados não conseguem ou não querem esquecer, conferindo um sentido pedagógico aos fatos. Os militares por sua vez, consideram "revanchismo inoportuno" a luta dos oprimidos pelo regime. O ponto nodal da discussão é a tortura praticada pelos militares. Por outro lado, os militares insistem em afirmar que elas foram eventuais e que o excesso ocorreu de ambos os lados. Benito Schmidt acredita que a memória das vítimas parece ter vencido a batalha. Primeiro, porque são poucos que negam a existência da tortura e em segundo lugar porque quase ninguém quer se identificar publicamente com o regime ditatorial.

Nas versões divulgadas pela mídia, os ingênuos jovens brasileiros pegaram em armas em defesa da democracia, por falta de mecanismos legais para conquistá-la, embora tal perspectiva possa obscurecer o entendimento de que a escolha pela luta armada em certos grupos precedeu o golpe militar.

Para Schmidt, falar de uma memória da ditadura militar envolve algumas operações da psiquê que percorrem o processo da organização das lembranças, dos silêncios e dos esquecimentos. E tal processo exige satisfazer certa lógica, que será alcançada pelos discursos pronunciados, para serem posteriormente acreditados.

A tortura é reconhecida por ambos os lados, porém a mídia prefere atribuí-la aos militares truculentos ou colocando a culpa sobre os jovens rebeldes. Já os familiares das vítimas querem identificar os culpados pelos atos violentos cometidos pela ditadura.

Em 1995, o governo federal assumiu a responsabilidade dos atos cometidos contra os presos políticos durante o regime militar, garantindo às famílias o direito ao óbito dos desaparecidos, para que os familiares possam não só procurar indenizações como, em muitos casos, legalizar seu estado civil. Tudo em nome de uma suposta "reconciliação" e "pacificação nacional".

Mas o maior problema continua em torno da abertura dos arquivos da ditadura. Benito Schmidt cita o decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso de 1997, em que se estabelece os prazos legais para abertura dos documentos do governo, que são classificados em várias categorias: sigiloso, reservado, confidenciais, secretos e ultra-secretos. Os prazos variam desde 05 anos até 50 anos, e o último, os ultra-secretos podem ser revalidados por prazo indeterminado.

O governo do ex-operário Lula, composto por vários militantes de esquerda da época, não superou o governo do catedrático FHC. O metalúrgico não revogou o decreto, chegando a pronunciar as seguintes palavras: "Devemos olhar para 1964 como um episódio

histórico encerrado."[29] Discurso que parece ser hegemônico entre militares e a mídia brasileira.

Temos então pelo menos dois discursos recorrentes, os que ambicionam esquecer os excessos cometidos pelo regime, relegando ao passado, em nome de um pacto social no presente; e outro que, aspira através dos mecanismos da memória, relembrar e atualizar a discussão. As cicatrizes parecem permanecer abertas.

O que nos resta é refletir sobre o papel dos historiadores nessa questão. Schmidt analisa como a historiografia se posicionou e como as pesquisas mais atuais vêm se colocando sobre o tema, havendo nos últimos anos uma proliferação das pesquisas históricas sobre a ditadura.

As primeiras investigações sobre a luta armada no Brasil são atribuídas a dois militantes de esquerda da época que combateram o regime: Jacob Gorender com sua obra *Combate nas trevas*, publicada em 1987 e Daniel Aarão Reis Filho com sua obra *A revolução faltou ao encontro*, publicada três anos após a primeira. As obras são um misto de testemunha e historiador, trilha que não é muito fácil de transpor, pois o historiador deve desconfiar do que viu. Ambas, tentando explicar a derrota da esquerda, acreditam, segundo Benito Schmidt, que ao mesmo tempo em que tentam dar conta do processo histórico, estão em um "acerto de contas" consigo mesmo e com seus companheiros de luta.

Só em 1993 foi lançada a primeira obra que versa sobre a luta armada que não partiu de um militante político da época. Marcelo Ridenti dá a seu livro o título de *O fantasma da revolução brasileira*[30]. Desde então, vários historiadores têm se debruçado sobre o assunto, que é abordado por várias perspectivas, através das mais variadas fontes, destacando-se a fonte oral.

A responsabilidade do historiador se torna incomensurável - afeta personagens ainda vivos e muitos em destaque no cenário político -, principalmente se nos reportarmos à fala do nosso presidente operário. Caberia aos historiadores encontrar o "justo lugar" na história para as recentes e profundas feridas que por sinal ainda assolam a sociedade brasileira. Talvez, a abertura dos arquivos da ditadura pudessem em muito nos ajudar nessa colossal tarefa.

---

[29] Apud SHMIDT, ibid., p. 144.
[30] RIDENTO, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

O quadro político – Jânio Quadros

Quero começar pelo governo Jânio Quadros porque foi a partir de sua renúncia que o golpe começou a ser articulado, uma vez que Quadros foi à última tentativa dos conservadores da UDN chegarem ao poder por vias legais.

Jânio Quadros venceu com expressiva votação a eleição de 03 de outubro de 1960 para presidência da República. Mas os quase seis milhões de votos obtidos por Quadros não se constituíram num inesperado resultado eleitoral, pois além do seu populismo, que lhe aproximava das massas, foi eleito com o apoio de poderosos grupos econômicos em oposição à aliança trabalhista formada pelo PSD e PTB.

O que marcou de forma emblemática a vida política de Jânio não foi tanto sua ascensão meteórica, mas a forma pela qual deixou a cena política nacional. Os motivos que levaram o presidente Quadros a renunciar até hoje são desconhecidos. Segundo Benevides: "[...] a renúncia de Jânio Quadros permanece até hoje envolta na polêmica que ora enxerga o golpe, ora a insanidade do protagonista."[31]

Quando Benevides analisa uma célebre boutade, atribuída a Milton Campos: "Jânio se elege com seus defeitos e governa com suas qualidades", conclui: "Os defeitos seriam, para o liberal udenista, os recursos populistas; as qualidades seriam a independência, a administração eficiente, a honestidade."[32] Das qualidades atribuídas a Quadros, uma se constitui em um entrave aos projetos udenista de conquista de poder. Era a primeira vez que a UDN chegava a tão almejada presidência da República, e não podemos deixar de lembrar, por via legal (sua última tentativa, em novembro de 1955, foi frustrada pelo marechal Lott). Mas não demorou-se muito a perceber o individualismo do presidente Quadros. Benevides conclui: "Em toda a discussão transparece uma questão típica do autoritarismo personalista do governo Quadros: o desprezo do presidente pelas instituições, sobretudo pelo congresso, e um significativo respeito pelo papel dos militares."[33]

Além do desprezo pelo Congresso Nacional, o significativo respeito pelo papel dos militares é questão que nos interessa diretamente, pois encontramos nisso muito do ideal

---

[31] BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 7.
[32] Ibid., p. 10.
[33] Ibid., p. 11.

tenentista no qual os militares tinham a "missão" de salvar a nação brasileira. Benevides diz que os militares portavam-se como: "Sacerdotes de uma santa Inquisição, cada vez mais convencidos de que uma corja de trêfegos assaltantes civis enlameava a puridade nacional."[34]

O período que estamos estudando (1961-1964) deve ser analisado a partir de algumas especificidades históricas. Economicamente, temos o prenúncio de uma crise financeira, e concomitantemente uma sociedade em ebulição, verificando-se o crescimento dos movimentos sociais. Outra mudança que percebemos é uma intervenção mais direta nos rumos do país tanto por parte dos militares quanto da Igreja Católica.

Politicamente, tivemos a crise da renúncia do ambíguo presidente Jânio Quadros que teve quase dois milhões de votos a mais do que seu principal adversário o general Lott. Por conta dessa larga vantagem sobre seus adversários, que os janistas chamaram a "revolução pelo voto", o presidente acreditou ter um mandato independente de partidos políticos. Afinal, seria o governo que prometera, "sem dono sem influência"[35].

O seu moralismo autoritário chegava a interferir em questões particulares da sociedade da época (algumas até necessárias), como por exemplo, as proibições das candidatas a miss nos concursos de beleza usarem maiôs cavados, a proibição do uso de lança-perfume nos bailes canarvalescos e de biquínis nas praias, os decretos que proibiam funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis e a proibição das brigas de galo em todo território nacional[36]. O próprio Jânio afirmou no dia da sua posse "este será um governo rude e áspero". A vassoura foi o símbolo da sua campanha e tinha como função varrer a corrupção do Brasil. Tal discurso moralista seduzia os setores médios que temiam a proletarização, e viam um Estado que acreditavam solapado pelos quadros burocráticos corruptos. Já as classes populares eram convocadas para um sacrifício em prol da nação, e nos seus discursos identificava o povo como: "um povo generoso, um povo bom, um povo excepcional, trabalhador e honesto", sendo necessária "a compreensão de todos", pois, "eu não quero nada que eu mesmo não faça!".[37]

Não podemos esquecer que a varredura da corrupção era colocada em prática com a instauração de dezenas de inquéritos administrativos, em sua maioria presididos por oficiais militares, e que não passavam de perseguições pessoais e políticas, principalmente dos grupos

---

[34] Apud BENEVIDES, op. cit., p. 11.
[35] Apud BENEVIDES, ibid., p. 21.
[36] BENEVIDES, idem, ibid.
[37] Apud BENEVIDES, ibid. p. 44.

vinculados ao governo JK. Outra categoria atingida pelo moralismo janista foi o funcionalismo público.

É lógico que um homem não faz história sozinho. Mas é impossível negar a responsabilidade de Jânio nos acontecimentos que se seguiram, pois, quis governar a cima dos partidos, achando que o apoio dos militares seria suficiente. Benevides acredita que o bonapartismo, o moralismo e o personalismo autoritário contribuíram de maneira inequívoca para a crise que prenunciou o golpe de 64, perspectiva esta também compartilhada por Jacob Gorender:

> A renúncia de Jânio foi a antecipação do Golpe de 64. Esse ato do presidente Jânio Quadros pretendia o que os golpistas de 1964 obtiveram: poderes excepcionais que reduzissem as atribuições de Congresso e permitissem ao presidente governar de maneira autoritária.[38]

O general-de-divisão Otávio Costa, hoje na reserva, faz a seguinte análise sobre o episódio da renuncia e a radicalização por parte dos militares em 1964:

> Então, de certa maneira, 64 é a continuação de 61. Além de estar relacionado com toda aquela preparação militar contra essa nova forma de ameaça, a guerra interna, 1964 era uma resposta a 1961. Esta é a minha interpretação. Vivi o episódio dentro do gabinete do Ministro (marechal Odylio Denys). Passamos longas noites no quartel-general vivendo aquela situação terrível. O movimento militar de 64 teve duas características básicas: foi a revanche de 61 e também da doutrinação político-militar contra-revolucionária.[39]

Jânio esperava voltar "nos braços do povo", mas, tal expectativa do presidente não se confirmou. Não havendo a esperada comoção popular, o Congresso, aceitou prontamente a renúncia e a presidência foi assumida interinamente pelo presidente da Câmara, Rannieri Mazzili. O problema agora era com os ministros militares, que não aceitavam o dispositivo constitucional que legitimava a posse do vice João Goulart. Leonel Brizola começou sua campanha legalista, mas o golpe foi evitado por uma manobra política: o Brasil irá viver uma breve experiência parlamentarista.

---

[38] GORENDER, Jacob. "*Era o golpe de 64 inevitável?*" In: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: visões críticas do golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
[39] Apud D'ARAUJO, Maria Celina et al. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 84.

O que fica claro na renúncia de Jânio é a desmoralização do processo eleitoral. Afinal, foram seis milhões de votos jogados na lata do lixo e a crença em que "o povo não sabe votar" servirá de arcabouço ideológico para guiar as massas rumo ao governo discricionário.

João Goulart

Analisar a atuação do homem dentro dos mais variados períodos históricos não é tarefa fácil. Sabemos que cada momento histórico traz consigo suas especificidades e, diferente de alguns pesquisadores que preferem privilegiar as similitudes dos mais variados episódios da história, acredito que encontrar suas peculiaridades, ou seja, suas "pequenas", mas relevantes diferenças, é que o faz ser um momento singular da atuação do homem, a partir de circunstâncias históricas específicas.

A análise do governo Goulart não pode fugir a essa lógica e por isso, irei abordá-lo procurando suas similitudes com outros governos, mas acima de tudo suas especificidades históricas, destacando o que interessa ao nosso tema. Não posso deixar de registrar que a segunda forma de análise é sem dúvida a mais trabalhosa.

Usa-se o golpe de 1964 como um exemplo negativo de nossa história (do que não discordo) sempre vinculando aos militares, preferindo-se maquiar a participação das elites civis dominantes: políticos, industriais, o capital internacional, de grande parte das camadas médias urbanas e até de setores – embora pequenos - da classe operária.

O livro de Angela Gomes e de Jorge Ferreira foi de grande importância para meu trabalho, pois como afirmam os autores na apresentação da obra:

> [...] ao produzirmos esse tipo de narrativa fragmentada, diversificada e tensa, desejamos provocar no leitor múltiplas possibilidades de apreensão, estimulando-o a interagir com o texto. Portanto o que se buscou foi não a homogeneidade e a convergência de pontos de vista, "fechando" a biografia, mas justamente o inverso: o confronto, o debate de opiniões, 'abrindo' a trajetória de Jango a leituras variadas [...][40]

Jango, apesar de ter deixado a administração de suas fazendas no Sul do país nas mãos do seu irmão mais novo, Ivan, nunca deixou de ser um bem-sucedido empresário no ramo da criação e engorda de gado. Porém, a partir de 1945, a política tornou-se seu maior interesse,

---

[40] GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 10.

acabando por consumir todo seu tempo. Segundo observou Hugo de Faria[41] em seu depoimento.

O fato é que o jovem desinteressado pelo direito e pelos negócios públicos lançou-se candidato a deputado estadual em 1946.

Nas eleições de 50, além de ter sido deputado federal pelo PTB, foi um dos grandes articuladores e entusiasta da volta de seu padrinho político, Getúlio Vargas, à presidência da República.

A escalada política de Jango se consolidará pelo menos a nível nacional, no Ministério do Trabalho. Como ministro do Trabalho procurou se aproximar das lideranças sindicais, não obstante, boa parte da liderança sindical pertencia aos quadros do PCB. Não posso deixar de observar que a legenda tinha sido cassada em 1947, mas ainda tinha forte influência nos sindicatos e movimentos sociais em geral. Segundo Angela Gomes e Jorge Ferreira, 1952 foi um ano de reelaboração das estratégias do PCB, levando o partido a se aproximar dos trabalhistas:

> [...] na época em que Goulart assumia a presidência do PTB e procurava aproximar seu partido dos comunistas no âmbito sindical, um grupo de militantes do PCB elaborou um documento defendendo o retorno do partido aos sindicatos, em articulação com outros grupos e, em particular, com os trabalhistas. A chamada "Resolução Sindical", que foi aprovada pelo Comitê Central, veio, assim, ao encontro das expectativas de Jango e dos ativistas sindicais comunistas e trabalhistas. A aliança, sem dúvida, foi fecunda. De 1952 até março de 1964, comunistas e trabalhistas, juntos, praticamente controlaram o movimento operário e sindical brasileiro.[42]

Jango se tornou uma espécie de negociador, um intermediário entre o governo e as organizações sindicais. Não é de se estranhar que algum jornalista tenha cunhado o jargão "República-sindicalista". Sua proximidade com lideranças sindicais, em que muitos pertenciam ao PCB, como já citado, lhe rendeu o título de comunista. Acredito que esse não seja um caminho pelo qual devamos enveredar, pois tanto sua trajetória empresarial como sua

---

[41] Hugo de Faria foi ministro do trabalho em 1954; chefe do gabinete civil da Presidência da República entre 1962 e 1963; presidente do Banco do Brasil em 1964. Quando Jango assumiu o Ministério do Trabalho assinou uma portaria conferindo poderes a Hugo na parte administrativa do ministério e ele ficava com a parte política. Nas palavras do próprio Hugo de Faria: "Eu era o ministro administrativo, o ministro técnico, e o Jango era o ministro político." Apud GOMES e FERREIRA, p. 61.

[42] GOMES e FERREIRA, ibid., p. 82.

política reformista apontam para outros rumos. Em seu depoimento Wilson Fadul[43] corrobora a nossa perspectiva em relação a Goulart:

> O Goulart tinha noção das dificuldades de fazer as reformas, sobretudo a agrária, porque ele era um latifundiário. Descrever o Jango como um revolucionário é cometer o primeiro engano em relação à personalidade dele; ele era um reformista convicto de que as reformas favoreciam a todo mundo e desenvolveriam o país. Essa era a convecção dele. Onde encontrasse uma brecha a favor das reformas, aproveitava. Mas onde encontrasse resistências, procurava evitar o conflito, porque isso poderia conduzir ao desastre total, a voltar à estaca zero, como voltamos em 1964. Jango era um negociador, no sentido de fazer reformas negociadas com o objetivo de progredir...[44]

A proximidade de Jango com as lideranças sindicais comunistas vão lhe render na época as apreciações mais equivocadas possíveis. Como podemos averiguar em Angela Gomes e Jorge Ferreira: "[...] exatamente por ter um diálogo fácil com a área sindical, Goulart continuava sendo acusado de 'fomentador de greves' e identificado com um homem de esquerda ligado aos comunistas."[45]

Por isso, a atuação de Goulart no Ministério do Trabalho se torna a condição *sine qua non* para entendermos sua valiosa contribuição, agora como vice-presidente da República no governo JK. A partir da resistência por parte das elites dominantes sua rede de influência se espalhará para além dos sindicatos, manterá contato com outros movimentos sociais, inclusive subalternos das Forças Armadas.

João Belchior Marques Goulart, por um desses momentos históricos que fogem a previsão dos melhores analistas (a renúncia do presidente Jânio Quadros), tornou-se presidente da República do Brasil no dia 07 de setembro de 1961. Mas os ventos não sopravam a favor do rico estancieiro. A renúncia do presidente Quadros não fora suficiente para se cumprir o dispositivo constitucional e o vice-presidente assumir a vacância da presidência. No meio do caminho estavam os ministros militares e sua disposição em vetar a posse do presidente legal. O impasse fora resolvido com implantação do regime

---

[43] Wilson Fadul era segundo-tenente médico da Aeronáutica, servindo no município de Campo Grande. Ingressou na carreira política em 1950 pelo PTB, como vereador de Campo Grande, onde também atuou como presidente da Câmara Municipal, prefeito em 1953, e deputado federal. Ministro da Saúde no governo Goulart entre 1963 e 1964, teve seu mandato parlamentar cassado com o AI-1, em 1964. Filiou-se ao PDT em 1979. Foi vice-presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), entre 1983 e 1987. Dados biográficos extraídos da obra de GOMES e FERREIA, op. cit., pp. 268-269.
[44] Apud GOMES e FERREIA, ibid., p. 43.
[45] Idem, ibid.

parlamentarista no Brasil, privando o presidente Goulart de poderes mais sólidos e, conseqüentemente o impedindo de implementar seus projetos reformistas.

O primeiro gabinete parlamentarista assumiu em 08 de setembro e teve com primeiro-ministro Tancredo Neves, que era do PSD, partido com maior bancada na Câmara dos Deputados. Mas tanto a experiência parlamentarista quanto os gabinetes que a governaram tiverem um tempo muito curto de existência. No dia 06 de janeiro de 1963, ou seja, não mais que um ano e quatro meses depois, o povo decidiu através de um plebiscito o fim do parlamentarismo no Brasil. Na verdade, podemos averiguar como foi desastrosa a experiência parlamentarista no Brasil não só por sua brevidade, mas também pela sucessão de gabinetes que se revezavam no poder. Em apenas um ano e quatro meses, três gabinetes foram instituídos. O primeiro, o de Tancredo, foi o mais longo e com maior peso político, durou nove meses. O segundo, chefiado por Francisco de Paula Brochado da Rocha durou breves três meses. E o último, chefiado por Hermes Lima, prolongou-se de setembro de 1962 a janeiro de 1963, sendo um pouco mais longo que o segundo, com quatros meses.

Goulart teve uma vitória avassaladora no plebiscito de 06 de janeiro de 1963: dos 11 milhões e meio de votos, obteve 09 milhões e meio a favor da volta do presidencialismo. Apesar de que alguns analistas preferem atribuir o sucesso eleitoral do plebiscito ao presidencialismo e não a Jango.

Contudo, apesar de Jango ter demonstrado seu prestígio diante das massas, no Congresso Nacional a situação política era complexa. A tradicional aliança PTB/PSD estava experimentado seus primeiros revezes, além das dissidências internas de cada partido. O PSD concebia a efetivação das reformas por um viés mais conservador, o que era muito natural para um partido que carregava em seu bojo as elites da terra. Concomitantemente, alguns trabalhistas acusavam os pessedistas de um conservadorismo exacerbado que impossibilitaria a aprovação da matéria, o que era pura especulação, pois o PSD estava disposto a discutir até a reforma agrária, desde que moderada.

As complicações políticas vão se acentuar a partir de setembro de 1963, quando um grupo de sargentos, insatisfeitos com a decisão judicial que os tornava inelegíveis, tomou Brasília pelas armas. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, não poupou o presidente João Goulart, e lançou um pesado bombardeio contra o chefe das Forças Armadas. Os ministro militares não digeriram o episódio, propondo o estado de sítio, que fora aceito pelo presidente. Quase um mês depois do acontecido João Goulart enviou ao Congresso Nacional o pedido para que fosse aprovado, mas não teve respaldo político para efetivá-lo.

O pior ainda estava por vir. A aliança PTB/PSD fora estremecida, pois, o PSD assustou-se com a radicalização política por parte do presidente e verificou-se uma aproximação gradativa com a UDN, formando-se um bloco de oposição informal. A esquerda, que tinha como sua voz mais atuante Leonel Brizola, também rompeu com Goulart. O presidente saiu enfraquecido politicamente e seus algozes percebem a fraqueza do presidente em reunir forças no Parlamento.

O momento era de reorganizar forças e João Goulart resolveu reaproximar-se de suas bases: os sindicatos e líderes da esquerda radical. Tal posição não partia de um homem de esquerda, nem tampouco de um revolucionário na perspectiva marxista, mas de um político experiente que se via acuado e obrigado a busca algum tipo de apoio, seja na direita, no centro ou se necessário na esquerda radical.

Um caminho conciliatório foi buscado por San Tiago Dantas, homem de confiança de Jango e um dos elementos de maior destaque dentro dos quadros trabalhistas. Dantas pretendia formar uma base política entre os moderados, isolando os golpistas e a esquerda radical que já tinha partido para o enfrentamento direto. Assim, as reformas seriam aprovadas pelo dispositivo legal. Mais que apoiar o presidente, a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Bases aspirava sustentar o próprio regime democrático no país.

Quando digo que a esquerda já havia partido para o enfrentamento direto, quero me referir à estratégia implantada via mobilização popular, seja através de greves, passeatas ou comícios, como o famoso do dia 13 de março que antecedeu o golpe.

Para finalizar, o cenário que impossibilitava a famosa "governabilidade" (termo muito usado em nossos dias) do governo Goulart, o FMI e o governo estadunidense, bloquearam os créditos para o Brasil, alegando a necessidade de um plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas estrangeiras expropriadas. Sabemos que a crise econômica estava permeada por elementos político-ideológicos.

Jango preferiu alia-se à proposta da Frente de Mobilização Popular (FMP) liderada por Leonel Brizola, descartando a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base (FPN) liderada por San Tiago Dantas, que era a última tentativa para uma saída negociada para a crise que se formara. Tanto a direita quando a esquerda apostaram na radicalização e a proposta democrática foi relegada a um plano secundário.

O comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, selou o compromisso entre o presidente Goulart e a esquerda do Brasil, aliança que era fomentada pela implantação imediata das reformas de base. A presença da primeira-dama, Maria Thereza Goulart, demarcava bem o universo simbólico (Jango finalmente se rendeu ao projeto reformista e

estava pronto para efetivá-lo com o apoio popular) que estava inserido o comício, afinal não era muito comum ver a primeira-dama acompanhar seu marido em eventos políticos, principalmente de tal envergadura. Segundo depoimento da própria primeira-dama "foi o primeiro comício grande ao qual compareci."[46]

O comício do dia 13 de março, também contou com a presença dos marinheiros que, segundo Capitani, compareceram fardados, pois tinham orgulho de comparecer a tal evento a caráter. A presença dos marinheiros no evento ratifica a guinada do presidente Goulart em busca dos movimentos sociais das classes subalternas, pois a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, como já foi dito, representava os indivíduos de menor graduação na Marinha de Guerra, assim como os trabalhadores sindicalizados.

A presença de Leonel Brizola na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros e sua relação com as lideranças da associação foi percebida pelos mais variados testemunhos. Por isso, a presença de elementos da associação no comício do dia 13 nos leva a crer que fora incentivada por Brizola, então deputado, corroborando a nova aliança do presidente Goulart com a esquerda e seu posicionamento mais radical em implantar as reformas.

Creio que o comício alcançou as expectativas tanto do presidente Goulart quanto dos seus novos-velhos aliados. Com a presença de mais de 200 mil pessoas o presidente Goulart mostrou o apoio que tinha das massas. O problema foi a reação de seus opositores. Apenas uma semana depois, no dia 19 de março, foi realizada em São Paulo a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O evento contou, no mínimo com o dobro de participantes do comício organizado na Central do Brasil, ou seja, se Goulart demonstrou força no dia 13, seus algozes partiram para o contra-ataque como munição de calibre mais grosso. Acredito que o apoio popular e militar obtido pela oposição política a Jango deva ser atribuído ao discurso que a mesma proferia ligando o presidente Goulart ao comunismo no Brasil, o que não se pode comprovar por sua trajetória política e tampouco por suas atividades empresarias. O comunismo sofreu com propagandas negativas em todo período da Guerra Fria, mas em alguns países de maioria cristã, acredito que tais propagandas surtiam um efeito mais acentuado. A frase mal compreendida de Marx da religião ser "o ópio do povo", vinculou as teorias marxistas ao ateísmo, o que era ou é inconcebível ao mundo cristão. Com algumas exceções, como é o caso de alguns religiosos que formularam a Teologia da Libertação, o comunismo, de um modo geral, era e é visto sempre como grande inimigo pelos religiosos.

---

[46]Apud GOMES e FERREIRA, ibid., p. 187.

Acredito também que a arma usada pela oposição, pelo menos no campo das idéias, era quase imbatível em um país de maioria cristã. Jango acabou sendo mal compreendido por seus contemporâneos e carregou uma carga que jamais aspirara para si, o de ser um revolucionário. No máximo podemos atribuir a Jango um desejo reformista, mas nunca foi um homem da esquerda revolucionária.

Nos dias 25, 26 e 27 de março 1964 ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos a comemoração do 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, episódio que ficou conhecido como a Revolta dos Marinheiros. A comemoração transformou-se em uma rebelião e o ministro da Marinha, Sílvio Mota, enviou uma tropa de fuzileiros para prender os amotinados, mas os fuzileiros acabaram aderindo à revolta. A solução para sublevação se deu com a posse de um novo ministro, o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. O novo ministro conduziu os marinheiros sublevados a um quartel do Exército, evitando retaliações por parte dos oficiais da Marinha e no mesmo dia anistiou todos os sublevados. Segundo Angela Gomes e Jorge Ferreira o episódio serviu para que muitos oficiais:

> [...] que relutavam até em aderir à conspiração contra o governo começaram a ceder aos argumentos golpistas. Para eles estavam em risco não apenas a democracia e a legalidade, ameaçadas pelo comunismo e pela mudança das regras eleitorais, mas também a própria sobrevivência das bases da corporação militar.[47]

Para completar o quadro da crise que fora inaugurada em setembro de 1963, com o episódio dos sargentos sublevados que tomaram Brasília pelas armas, o presidente João Goulart, cumprindo sua agenda, no dia 30 de março de 1964 compareceu à posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos da Polícia Militar que aconteceu no Automóvel Clube. Segundo Angela Gomes e Ferreira foi no mínimo uma atitude imprudente do presidente: "Prestigiar uma festa de subalternos das Forças Armadas, ainda sobre as cinzas de um motim de marinheiros e com grande parte da oficialidade da Marinha e do Exército em rebelião passiva, era, no mínimo uma grande imprudência."[48]

A Marinha de Guerra

Formas de recrutamentos

---

[47] GOMES e FERREIRA, ibid., p. 193.
[48] Idem, Ibid.

Questão importante para entendermos o ambiente entre os marinheiros são as formas de recrutamento usadas na Marinha. Álvaro Nascimento[49] procurou mapear as formas de ingresso de novas praças para a Armada, pelo menos até o início do século XX, processo que muitas vezes era literalmente caso de polícia. Até 1874, duas formas de ingresso foram observadas pelo autor: o "voluntariado com prêmio" e o "recrutamento forçado militar". O autor ressalta que o segundo caso, pelo menos entre 1836 e 1888 foi sempre o mais utilizado. Os números descobertos por Nascimento são expressivos: dos 6731 casos analisados, somente 460 homens se apresentaram voluntariamente ao serviço na Armada Imperial, enquanto 6.271 foram recrutados à força.

Os oficiais encarregaram-se em criar uma terceira via de ingresso às fileiras da Armada, a incorporação de menores às escolas de aprendizes de marinheiros. Meninos pobres, entre 10 e 18 anos, eram educados para servir nos vasos de guerra da Armada. O mais interessante apontado por Álvaro Nascimento é que, com o passar do tempo, a terceira via se tornou crucial para o abastecimento das praças na Armada. Foram 8.586 menores incorporados no período estudado.

O receio em se alistar na Marinha de Guerra dava-se por vários motivos, desde o distanciamento da família, salários baixos, os perigos do mar e o convívio com elementos que foram recrutados à força, pelos mais variados crimes. O comportamento dos marinheiros aterrorizava a sociedade da época. A bebida fazia parte do universo desses militares e a distância do convívio familiar alimentava a corrida para os "inferninhos". Até a homossexualidade foi um empecilho para o alistamento voluntário, como observou Beattie: "Reformadores empenharam-se em modificar a imagem do quartel como um espaço de perigo sexual. Se os filhos de honradas famílias haviam sido chamados para servir à nação, elas necessitavam sentir que os quartéis eram um espaço social masculino honrado e seguro."[50]

As autoridades militares queriam punir os militares contraventores e assim afastar a imagem negativa que recaia sobre a instituição. Concomitantemente, o recrutamento ficaria mais atraente para os civis, e tal tendência pode ser observada no Decreto nº 328 de abril de 1890, sendo ratificada em 1899 com o novo Código Penal Militar.

O caminho legal e extralegal encontrado pelos oficiais para punir os excessos cometidos pelos marinheiros, pelo menos até 1910, foi a chibata. No entendimento dos comandantes navais, o castigo deveria ser pedagógico, pois a execução se dava na presença de

---

[49] NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Entre o convés e as ruas*. In: CASTRO Celso, IZECKSOHN Vitor e KRAAY Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004.
[50] Apud NASCIMENTO, ibid. p. 317.

toda guarnição. O espetáculo não deveria ultrapassar 25 chibatadas por dia, mas o código não era respeitado por boa parte do oficialato. Os oficiais comandantes acreditavam que o arrependimento do militar deveria ser notório a todos os presentes e só seria alcançado através da dor provocada pelos golpes da chibata.

Um dos casos mais emblemáticos encontrados por Álvaro Nascimento foi o do imediato José Cândido Guillobel que, no impedimento do comandante, assumira a função. Em 1874 esse oficial ordenou que o marinheiro Laurentino fosse castigado por causa de uma briga com outro marinheiro que, no decorrer dos fatos, tentou ferir a sentinela com um canivete. Talvez mais um caso corriqueiro nos vasos de guerra da época. O problema não se deu pelo fato do militar ser punido, mas pelo excesso de chibatadas recebidas pelo contraventor, que ultrapassou em pelo menos vinte vezes o permitido por lei; o marinheiro foi punido com 500 chibatadas.

O que mais chama a atenção nesse sistema punitivo imperante na Marinha de Guerra não é simplesmente fato de sua existência mas, como Álvaro Nascimento observou, não ter havido qualquer movimento de contestação a ele. Pelo menos até o fim do XIX foi aceito pelos marinheiros, desde que não excedesse o "justo".

Com os ventos da República, o código sofreu mudanças. Já no segundo dia do novo regime foi extinta a chibata na Marinha, decisão fortemente carregada de subjetividade, pois o que estava em jogo era a adesão dos marinheiros à causa republicana. Mas, tal avanço só durou cinco meses. Pressionado pelos oficiais comandantes, o ministro da Marinha Eduardo Wandenkolk decidiu retomar a pratica dos castigos corporais. Foi criada uma nova modalidade para os indisciplinados: a companhia correcional. A velha pratica de castigos corporais foi acrescida de redução nos salários e rebaixamento de posto; a refeição, o dormitório e a formatura deveriam ser realizados em separado e as praças ficariam detidas à mercê de seus comandantes. A República trouxe, para além do castigo físico, a segregação dentro da tropa, talvez o pior castigo.

A prática de exceder 25 chibatadas por dia também não foi abolida com o novo regime e as pancadas só eram suspensas quando o indivíduo desvanecesse ou mostrasse arrependimento publicamente nos conveses dos navios. Beirava a um sistema patriarcal: o comandante era uma espécie de juiz e pai a bordo. Era responsável por um bem público (os navios) e deveria zelar pelo mesmo se necessário até com açoites.

Nesse cenário, Álvaro Nascimento acredita importante discutir o tipo de indisciplina que levava os comandantes a aplicar penas mais severas. O que mais irritava esses comandantes?

Não é difícil constatar que a reincidência de certos indivíduos provocava castigos mais severos. Porém, o que é importante ressaltar nesses elementos, chamados "bola 7"[51], é que seus atos de indisciplina eram verdadeiros espetáculos para a guarnição (tropa).

Mas além do atraso na faxina, com as punições, era um verdadeiro atraso na rotina do navio, pois o indisciplinado teria que enfrentar o seu "pai-juiz" que, a essa altura, já estava profundamente irritado com a quebra da rotina e com medo de perder sua autoridade diante de seus subordinados: a punição deveria ser pedagógica.

Não obstante, a prática de punir faltas disciplinares não se dava só nos muros dos quartéis ou nas anteparas dos navios, elas se multiplicavam em terra. Era comum os "bolas 7" se digladiarem com soldados da Polícia ou do Exército. Onde houvesse ajuntamentos e aglomerações de pessoas, lá estava montado o cenário para uma possível briga. A bebida era o combustível e o jogo fomentava o desentendimento com outros militares e civis.

As prostitutas eram consideradas as melhores companheiras para a falta do aconchego da família. O "chão" era o lugar de liberdade, muitas vezes uma liberdade sem os limites do bom senso, era o lugar em que não existia o comandante, nem seus oficiais auxiliares, nem os sargentos dedo-duros. Agora os algozes passavam a ser os policiais militares, o delegado de polícia e até soldados do Exército.

Apesar de rivalidade entre marinheiros e policiais militares, havia momentos em que eram "obrigados" a compartilhar a mesma função, isto é, em períodos de festas religiosas, carnaval etc., eram escalados também para patrulhar as ruas da cidade. Mas, segundo Álvaro Nascimento: "num piscar de olhos tudo poderia mudar"[52] e novos conflitos explodirem.

Outra observação feita por Álvaro Nascimento é que os oficiais da Marinha não aceitavam insinuações por parte dos delegados de polícia de como deveriam castigar seus subordinados.

A violência sexual também fazia parte do cotidiano da marujada, seja contra a mulher, seja contra os companheiros de farda. No caso das mulheres a solução poderia se dar pelo casamento. Já no caso do homossexualismo forçado, praticado a bordo, mais violência era o caminho encontrado.

O que não devemos esquecer é que o serviço militar obrigatório se estendia entre nove e quinze anos e que os comandantes eram obrigados a conviver com esses elementos por um

---

[51] Gíria usada para designar elementos insubordinados.
[52] NASCIMENTO, op. cit., p 336.

longo período. Independente de sua conduta, ele deveria ser punido e logo reintegrado à faxina, ou seja, apesar de um péssimo militar, era mão-de-obra indispensável.

Especificidade da Armada, os militares serviam longe de casa e assim, deixavam para trás suas famílias e se lançavam ao mar. Primeiro vinham para o Rio de Janeiro e depois eram distribuídos para as demais regiões. Novas relações pessoais deveriam ser engendradas. Os novos marujos eram verdadeiros forasteiros e deveriam se adaptar o mais rápido possível a sua nova realidade, ou melhor, à realidade do seu novo comandante, pois o oficial de maior patente a bordo era o que ditava as regras. Não podemos ajuizar que tal postura dos oficias comandantes fosse especificidade do século XIX, pois no relato de ex-diretor da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, entidade que foi fundada, como já vimos, a partir de meados do século XX, encontramos a seguinte disposição:

> O autoritarismo da hierarquia militar, em escutar sempre as ordens e as recomendações do comandante, que momento algum podem ser contestadas, acaba por criar um mundo absurdo em que, no início, choca os subalternos, mas com o tempo tudo se torna natural aos seus olhos.[53]

Havia, entretanto elementos inadaptáveis, incorrigíveis, que cometiam toda sorte de contravenções e até crimes. Marinheiros que nenhuma força da chibata foi capaz de corrigir.

Nascimento finaliza seu artigo verificando que o processo que se iniciou com fim da Guerra do Paraguai encaminhava para que os problemas disciplinares na Armada Imperial fossem resolvidos com um processo seletivo mais rigoroso, em detrimento ao recrutamento forçado. Além disso, foram criados mecanismos para educar a nova marujada, como as escolas de aprendizes de marinheiros. Mas não houve êxito, pelo menos até os primeiros anos da República.

Conclui Álvaro Nascimento, que "sem voz nem direito de reclamar"[54], em 1910, um grupo de marinheiros liderados por João Cândido, Francisco Dias Martins, André Avelino e Manoel Gregório se insurgiram e deflagraram o movimento revoltoso que ficou conhecido como a Revolta da Chibata. Movimento que pôs fim ao castigo físico na Marinha de Guerra do Brasil.

A partir da Revolta da Chibata a Marinha de Guerra brasileira teve que refletir em novas formas de recrutar seu pessoal, principalmente os subalternos. Herick Marques Caminha, que faz parte dos bons historiadores que escreveram a história oficial da Marinha,

---

[53] DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros.* Rio de Janeiro: Inverta 2005, p. 238.
[54] NASCIMENTO, op. cit., p. 340.

prefere dividir essas mudanças internas administrativas em três fases: a Segunda Fase da Primeira Reforma de Alexandrino (1914-1923); Segunda Reforma de Alexandrino (1923-1934) e Reforma Protógenes (1934-1952)[55].

O almirante Alexandrino de Alencar ocupou a pasta da Marinha em três momentos distintos, de 15 de novembro de 1906 a 15 de novembro de 1910, pouco antes de eclodir a Revolta da Chibata. O governo de Hermes da Fonseca chegou a cogitar que se tratava de uma tentativa de levante por parte do ex-ministro, mas souberam que ele estava em viagem pela Europa.[56] Voltou a ocupar a pasta entre 2 de agosto de 1913 a 15 de novembro de 1918 e, de novo, de 15 de novembro de 1922 até falecer no exercício da função em 18 de abril de 1926. Foi responsável pelas primeiras tentativas de reformar o quadro de pessoal e técnico da Marinha, principalmente dos subalternos.

Missão Naval Americana

O Exército Brasileiro, em 1920, obteve a ajuda da Missão Militar Francesa para sua reestruturação. A contratação de oficiais estrangeiros também alcançou a Marinha Brasileira em 1922. A Força Naval optou buscar na Marinha dos Estados Unidos os elementos necessários para reformar o quadro administrativo e técnico-profissional. A escolha pela assessoria estadunidense se deu, segundo Caminha, pelo fato de um pequeno grupo de militares norte-americano já prestar serviços desde 1918 na Escola Naval de Guerra.[57]

Na década de 1930, a idade da esquadra brasileira praticamente datava da última grande compra de navios, na reestruturação de 1906, isto é, ainda era a esquadra que foi chefiada pelo Almirante Negro. O ministro Protógenes apontou em relatório a necessidade da aquisição de novas belonaves para substituir a combalida esquadra brasileira: "A nossa esquadra de mais de vinte anos chegou há muito ao limite máximo de sua vida eficiente. A continuarmos nessa orientação, começaremos agora a dar o espetáculo dos desastres em alto-

---

[55] CAMINHA, Herick Marques. *A Marinha brasileira no período entre as guerras (1918-1942)*. In: *História Naval Brasileira*. Tomo II do Quinto Volume. Serviço de Documentação Geral da Marinha: Rio de Janeiro, 1985, pp. 13-66.
[56] MOREL, Edmar. *A Revolta da chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 63.
[57] CAMINHA, op. cit., p. 20.

mar, pela extrema usura do material."[58] Novos equipamentos bélicos necessitam de pessoal mais qualificado para operá-los.

Álvaro de Rezende Rocha[59], que também escreveu uma história oficial da Marinha, analisou as formas de recrutamento na Marinha de Guerra no período entre 1918-1942. Afirma que no período em questão, o recrutamento das praças era feito principalmente através das escolas de aprendizes. Outras fontes de recrutamentos apontados pelo autor eram: o voluntariado, a contratação de pessoal para as funções de foguista (de caldeiras) e para o serviço de taifa e o sorteio militar. Até 1933, os taifeiros eram contratados como civis para servir a bordo nas funções de despenseiros, cozinheiros e criados.[60] O sorteio militar atingia elementos da Marinha Mercante, pescadores e marítimos portuários matriculados na nas capitanias dos portos.[61] O tempo inicial de serviço variava de dois anos para os sorteados, três para os voluntários e nove para os oriundos das escolas de aprendizes.

Em 1923, a Missão Naval Americana apontava para a necessidade de se reformular a legislação vigente. Álvaro Rocha chega afirmar que o preparo intelectual das praças era bastante precário antes da reforma 1923, proposta pela Missão Naval Americana, embora reconheça que as escolas profissionalizantes da Marinha só precisavam de uma correta orientação.[62]

Em 1938, Decreto-Lei de 15 de março criou o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada (RCPSA). O novo regulamento tratava todas as questões concernentes às praças da Marinha de Guerra do Brasil. O historiador Álvaro Rocha descreve as competências do novo regulamento da seguinte forma:

> O RCPSA previa que proporções as diversas graduações deveriam aguardar entre si e tratava de todos os detalhes da carreira do pessoal subalterno, como atribuições e deveres, alistamento e reengajamento, classificação como especialistas, transferências para os quadros das especialidades, tempo de serviço e compromissos, cláusulas de acesso e promoções, vencimentos e vantagens, uniformes, baixa, exclusão, asilo e reforma etc. A procedência do

---

[58] RELATÓRIO apresentado pelo Contra-Almirante Prótogenes Pereira Guimarães, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em 1932. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1932, p 9-14. Apud CAMINHA, ibid., 27.

[59] ROCHA, Álvaro de Rezende. *A Marinha brasileira no período entre as guerras (1918-1942)*. In: *História Naval Brasileira*. Tomo II do Quinto Volume. Serviço de Documentação Geral da Marinha: Rio de Janeiro, 1985, pp. 67-99.

[60] Ibid., p.75.

[61] Ibid., p.70.

[62] Ibid., 80.

> pessoal continuava a ser das escolas de aprendizes, do voluntariado e do sorteio; os primeiros em quase totalidade.[63]

Na década de 60, o Corpo de Pessoal Subalterno da Armada (CPSA) era subdividido em três grandes serviços: O Serviço Geral de Convés (SGC); o Serviço Geral de Máquinas (SGM); e o Serviço Geral de Taifa (SGT). Os dois primeiros serviços eram compostos principalmente pelo pessoal oriundo das Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM). Os conscritos cursavam as Escolas de Formação de Reservistas Navais (EFRN) e poderiam se engajar após o serviço militar obrigatório; em geral, eram destinados ao serviço de taifa (arrumador, barbeiro, cozinheiro e padeiro).[64]

Outra estrutura militar que reunia o pessoal subalterno da Marinha era o Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais (CPSFN).[65] Os fuzileiros navais são conhecidos pelo seu militarismo, isto é, são vibradores. A rotina de treinamentos físicos e instrução militar são bem mais acentuadas do que a dos marujos da gola.[66] Celso Castro, ao analisar a rotina dos catetes do Exército Brasileiro percebeu que: "É importante observar que existem diferenças entre Armas em relação a como é vista a hierarquia militar. Ela seria exercida com maior rigor na Infantaria do que em outras Armas."[67] E também percebe que esses militares apontavam mais a "promiscuidade"[68] como desvio na conduta militar. Os fuzileiros navais têm um espírito de arma muito parecido com a dos infantes. Não obstante, essa formação mais militar gera conflitos entre fuzileiros e o pessoal da gola e não é difícil topamos com jargões como: "fuzileiro é um bicho que a Marinha cria".

O Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil tem origem no contingente da Brigada Real de Marinha de Portugal, que chegou ao Brasil - acompanhando a Família Real Portuguesa - em 1808. Com a Independência, o contingente da Brigada Real de Marinha que ficou no Brasil

---

[63] Ibid., p. 77.
[64] DECRETO Nº 44.061, DE 23 JULHO DE 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987. Ver também ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião à Anistia. (Dissertação) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010, 27-28.
[65] DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Cap.I, Art.4º. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107488. Ver também ALMEIDA, Anderson. Idid., p. 29.
[66] A referência é feita a gola que é sobreposta nas gandolas dos marinheiros.
[67] CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2º ed. revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 70.
[68] O termo é utilizado por alguns militares no Exército para designar mistura entre círculos hierárquicos.

passou a designar-se Batalhão de Artilharia de Marinha. Em 1847, foi rebatizado de Corpo de Fuzileiros Navais, em 1895 Corpo de Infantaria da Marinha, em 1808, pouco antes da Revolta da Chibata, passou a ser demoninado Batalhão Naval, em 1924 Regimento Naval e em 1932 Corpo de Fuzileiros Navais, nomeclatura que permanece até os dias atuias.[69]

Para Andersom Almeida o que une os dois corpos de pessoal subalterno, o CPSA e CPSCFN na Marinha e a necessidade da instituição de '"docilizar"'[70] esses elementos que deverão atuar nas operações navais, servis a seus oficiais, pois o fantasma da Revolta da Chibata ainda rondava os navios de guerra do Brasil.[71]

É comum os marinheiros fazerem referência as escolas de aprendizes que cursaram e suas esperanças eram depositadas nas promoções da carreira militar. Era um misto de esperança e desilusões. Como nos relata Avelino Capitani:

> Ao ingressar, o marinheiro tinha a esperança de fazer carreira. Depois da aprovação na Escola de Aprendizes de Marinheiro, assinavam um contrato de trabalho renovado automaticamente a cada três anos. Isso era válido também para o Corpo de Fuzileiros Navais, uma tropa de desembarque e de atuação em terra. Seguia uma carreira como cabo, sargento e suboficial. Depois de terceiro sargento, podia fazer algum curso e passar para o quadro auxiliar de oficiais.[72]

Nilton Matos Pereira conta que certa manhã, ao passar pelo Salão Paroquial, onde funcionava a Prefeitura, foi atraído por um cartaz: "Entre para a Marinha de Guerra e conheça o mundo!"[73] Outro marinheiro a fazer referência ao dito cartaz foi Antônio Duarte " Na marinha você terá possibilidades de conhecer o mundo. Através de promoções, atingir o oficialato. Você pode ser promovido ao posto de capitão-de-fragata"[74]. Duarte chega a fazer referência a Marinha como única oportunidade para muitos meninos pobres[75]. Continua seu relato: "Depois de muitas partidas e vindas para exercícios, viagens de transporte, ou

---

[69] Ver CAMINHA, Herick Marques. *Estrutura Administrativa do Ministério da Marinha ma República*. In: *História Naval Brasileira*. Tomo I B do Quinto Volume. Serviço de Documentação Geral da Marinha: Rio de Janeiro, 1997, p. 43.
[70] O conceito de *corpos dóceis* é utilizado por Michael Foucault ao analisar a questão da disciplina nas
instituições autoritárias. Cf FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23ª ed. RAMALHETE, Raquel (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 117-121.
[71] ALMEIDA, op. cit., p. 30.
[72] CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp. 23-24.
[73] PEREIRA, Nilton Matos. *Marujos Rebeldes*. Santa Catarina: Nova Geração, 2005, p. 12.
[74] DUARTE, op.cit., p. 94.
[75] Idem, ibid.

simplesmente visitas rotineiras a portos já conhecidos no Brasil, caiu um pouco o encanto. [...] Não havia mais sonho, somente a rotina naval."[76]

O pessoal subalterno era recrutado ainda muito jovem para guarnecer os vasos de guerra da Marinha. Para as escolas de aprendizes (EAM) a idade exigida era ter de "17 anos de idade completos a 21, até 31 de dezembro do ano da incorporação". Os voluntários em geral deveriam ter de "17 anos de idade completos a 25, até 31 de dezembro do ano da incorporação" e os conscritos deveriam ter de "18 anos de idade completos a 25, até 31 de dezembro do ano da incorporação"[77]. Talvez a pouca idade seja o elemento-chave para entendermos a dificuldade que esses jovens marinheiros tiveram em se adaptar a rotina a bordo, mas acredito que outras questões estavam presentes. Como já foi dito, a maioria desses indivíduos proviam do Norte e Nordeste do país. Ao findarem seus cursos de aprendizes de marinheiros juravam à bandeira e eram geralmente transferidos para o Rio de Janeiros, onde está fundeada a esquadra brasileira. No relato de Avelino Capitani:

> Não conseguia me adaptar à cidade do Rio de Janeiro. O clima quente, o barulho, a multidão frenética, tudo me oprimia. Acompanhei meus colegas, pela Central do Brasil, pelas boates inferninhos, pelas praias e ruas de Copacabana à caça de alguma empregada doméstica [...][78]

O marinheiro Nilton Pereira também deixa registrado suas impressão da cidade maravilhosa:

> Minha primeira folga ocorreu num domingo. Eu não conhecia o Rio e saí do quartel a pé, de manhã, em direção à Penha e embarquei num dos trens da Estação Leopoldina que parou no centro, exatamente bem próximo ao "mangue", o local tão proibido. Não titubeei e fui de imediato conferi-lho. Quadras inteiras de casarios antigos ocupados por centenas de prostitutas, semi-nuas, apregoavam com gestos obscenos suas especialidades [...] Nas ruas e becos circulavam curiosos misturados aos travestis, gigolôs, vigaristas, batedores de carteiras, camelôs, entre outros, e exalava forte cheiro de maconha.[79]

Algo de interessante na narrativa de Nilton Pereira é que na época os militares eram isentos de pagar passagens nos bonde, tornando o deslocamento pela cidade muito mais fácil aos marinheiros.[80] Duarte ressalta: "Os bondes, estavam vivendo seus últimos dias"[81].

---

[76] Ibid., p. 95
[77]DECRETO 44.061, de 23 de julho de 1958. Op. cit., Art. 17.
[78] CAPITANI, op. cit., p. 26.
[79] PEREIRA, op. cit., p. 23.
[80] Ibid., p. 24.
[81] DUARTE, op. cit., pp. 188-189.

Militares de esquerda?

Ao analisamos o artigo *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)* de Karla Guilherme Carloni[82], artigo em que a autora procurou mapear os militares de esquerda no país, a nosso ver tarefa um tanto complexa, pois sempre é trabalhoso escrever a história dos "vencidos", a autora acredita que três acontecimentos históricos ocorridos ao longo da década de 1950 e 1960 serão significativos para a inteligibilidade do processo: o golpe preventivo do general Lott em novembro de 1955; a Revolta dos Sargentos, que ocorreu no mês de setembro de 1963 e a Revolta dos Marinheiros que ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, uma semana antes do golpe civil-militar de 1964

Karla Carloni acrescenta que dois tipos de debates terão que ser inseridos na análise desse processo para tentarmos entender o universo específico desses militares que se bandearam para lado "vermelho": a relação entre militares e civis e como o próprio conceito de esquerda política navegou o imaginário desses homens. A autora não se filia à tese de um projeto monolítico para a classe castrense, pois apesar de estarem seguramente sendo influenciados pela sociedade civil, reinventavam e davam novos significados aos conceitos.

A autora, dada a cronologia dos fatos, iniciou sua analise pelo golpe preventivo de 11 de novembro de 1955, movimento armado liderado pelo general Lott que destitui o presidente da República em exercício, Carlos Luz, assim, garantindo a posse do novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek (PSD) e seu vice João Goulart (PTB). Esse episódio, além da sua importância na cena política nacional, ocasionou conseqüências dentro das Forças Armadas.

Em 1954, os antigetulistas dominavam os altos escalões do governo, exceção feita ao ministro da Guerra, o general Henrique Lott. As Forças Armadas também congregava seus antigetulistas. Juscelino Kubitschek e João Goulart representavam o que essas autoridades civis e militares mais temiam, a volta do getulismo, principalmente, na figura do então vice-presidente eleito, uma espécie de herdeiro natural do populismo de Vargas.

O combate foi travado na imprensa e no Parlamento. O jornalista e deputado Carlos Lacerda era o expoente na guerra contra o getulismo. No Exército, o palco da peleja era o Clube Militar. Duas correntes digladiavam-se, o Movimento Militar Constitucionalista

---

[82] CARLONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

(MMC) e a Cruzada Democrática; os segundos, apesar do nome, não devem ser confundido com os que lutam pela manutenção do regime democrático.

O MMC foi pensado e dirigido por oficiais nacionalista e defensores da legalidade. Do outro lado, a Cruzada Democrática, fundada em 1952, lançou candidato à presidência do Clube Militar no mesmo ano, congregando oficiais conservadores, boa parte, ex-combatente da 2º Guerra Mundial e elementos da diretoria da Escola Superior de Guerra. Os primeiros se identificavam com o nacionalismo, já os segundos defendiam o liberalismo econômico, concomitantemente com a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro.

Karla Carloni, como vimos, longe de crer em um projeto único conduzindo os militares, apresenta algumas correntes que existiam dentro do Exército brasileiro. A cúpula do Exército até tentou imprimir unidade à instituição, todavia os conceitos de legalidade e democracia, conforme a situação, poderiam não estar do mesmo lado. Os militares ditos "profissionais" e na época o general Henrique Lott era o maior símbolo desse espírito, zelavam pela letra da lei (Constituição). Os militares de direita acreditavam nas Forças Armadas como um "quarto poder" do regime republicano, que deveria agir nos momentos em que a racionalidade política do povo fosse corrompida, como teria sido o caso do varguismo. Já os que seguiam a linha do MMC criam na democracia como meio de diminuir as desigualdades sociais.

O general Lott e suas tropas garantiram o respeito ao resultado das urnas, nas eleições, que foram vencidas por Juscelino e Jango. Entretanto, outra batalha ainda seria travada. A UDN recorreu à justiça com sua tese de necessidade de maioria absoluta para validar a eleição para presidente e queria também invalidar os votos dos considerados membros do PCB. Os mais exaltados, como Larceda, já falavam em regime de exceção.

O general Lott conseguiu garantir o caminho legal, sendo JK e Jango empossados. Carloni diz que o episódio de 11 de novembro pode ser interpretado de várias maneiras, mas acabou perfilando-se nos que destacam como um "movimento da alta hierarquia do Exército que, ao defender a legalidade, garantiu a posse dos eleitos e prestigiou os grupos de militares e civis defensores do nacionalismo e de uma sociedade mais justa."[83]

O movimento dos Sargentos

No início da década de 1960, a sociedade brasileira estava em plena ebulição, processo que se iniciou com o fim do Estado Novo e com a implantação do regime democrático no

---

[83] Ibid., p. 290.

Brasil. Grupos que outrora estavam silenciados pela ditadura varguista, começaram a fazer ouvir suas vozes no cenário político nacional, o que se refletiu nas urnas, com o crescimento gradativo do trabalhismo.

Seguindo a tendência mundial, principalmente na América Latina, grupos de esquerda política começaram a radicalizar seus discursos. A esquerda (que estava dividida em vários grupos e orientações), que já conquistava espaço pelas urnas, começou a se infiltrar em segmentos da sociedade que, outrora, eram redutos da direita, como é o caso dos clubes militares, inclusive das entidades que congregavam os elementos de menor graduação da hierarquia militar.

O discurso da esquerda girava em torno do combate ao "entreguismo" defendido pela direita, que tornaria o país em alvo fácil do capital internacional. Também acusava a direita de se opor às reformas de base, capitaneada pelo presidente da República, João Goulart.

Nesse caldeirão fervente, em que a discussão política se alastrava pelas ruas como rastilho de pólvora, militares que se organizavam em clubes e associações, onde os sócios eram vinculados a seus respectivos círculos hierárquicos, passaram a cultivar relações com outros movimentos sociais. Os subalternos, devido as suas próprias demandas sociais, buscaram contatos com algumas lideranças de esquerda, como o deputado Leonel Brizola, tendiam a ser relacionar e buscar apoio em líderes políticos e entidades de esquerda no Brasil. Praças e oficiais mais conservadores começaram a se posicionar em campos opostos, radicalizando suas diferenças políticas. E as diferenças políticas se colidiam dentro da hierarquia militar.

Os sargentos das Forças Armadas, que já tinham experiência nesses tipos de associações, foram também os primeiros a se chocar com as altas patentes da hierarquia militar. No mês de setembro de 1963, na então recém capital federal, se amotinaram e pegaram em armas, se insurgiram contra o sistema eleitoral em vigor, que excluía a participação dos militares graduados no processo eleitoral. No caso dos sargentos, apesar de votarem, não poderiam ser votados, o que poderia ser considerado um privilégio se comparado a cabos e marinheiros, que não tinham direito nem ao voto.

O problema adivinha da imprecisão do texto constitucional (Constituição de 1946), e através de brechas na lei, alguns sargentos assumiram mandatos nas eleições anteriores. Contudo, nas eleições de 1962, a participação dos militares foi mais efetiva; muitos sargentos se candidataram por vários estados, geralmente sobre a bandeira do trabalhismo (PTB).

Para Carloni, tal postura "pode ser considerada fruto da tomada de consciência, por parte dos sargentos"[84] do seu papel social, verificado no lema "sargento também é povo". Segundo Paulo Parucker, rompendo os laços corporativistas e vinculando sua luta às demandas populares.[85]

A plataforma eleitoral dos sargentos que pleiteavam os cargos eletivos girava entre críticas ao sistema hierárquico militar, apoio à expansão das leis trabalhistas para os homens do campo e reforma agrária, entre outras.

Dos três eleitos em 1962, somente um conseguiu tomar posse, em 1º de fevereiro do ano seguinte, Garcia Filho, assumindo a cadeira de deputado federal.

No dia 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou sobre a posse do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro que teve seu impedimento confirmado e, todos os graduados foram considerados definitivamente inelegíveis. A decisão desfavorável do STF foi o estopim para a revolta.

Na madrugada do dia 12, os sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica pegaram em armas e tomaram as ruas da capital federal. Alguns importantes prédios foram invadidos (Congresso Nacional e do STF), oficiais e parlamentares detidos e comunicação cortada como o resto do país. Porém, o levante não obteve a adesão dos sargentos do Exército, excluindo qualquer possibilidade de vitória.

No dia 13, o sargento da Aeronáutica Antônio de Paula Prestes, líder da revolta, e seus comandados, foram presos, alguns só por suspeita. Outras lideranças no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul tiveram o mesmo destino e IPMs (Inquérito Policial Militar) foram abertos.

Para Karla Carloni, o episódio não pode ser considerado isolado do contexto político da época, em que os sargentos acreditavam serem representantes fardados do povo e, deveriam lutar não somente por suas demandas sociais, mas por reivindicações mais amplas da sociedade, ampliando a noção de cidadania desses militares.[86] Ela acredita que o episódio dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, assim como a Revolta dos sargentos em Brasília, tem relação direta com o intenso processo de mobilização popular do início da década de 1960, ampliando, assim, as lutas nacionalistas da década de 1950.[87] A autora concorda com os historiadores que atribuem ao episódio, no mínimo, imprudência do

---

[84] Ibid., p. 292
[85] Ibid., idem.
[86] Ibid., p. 295.
[87] Ibid., p. 296.

presidente Goulart em um momento tão delicado da história nacional. Todavia, reconhece que o movimento dos marinheiros não perdeu o trem das reivindicações sociais que vinham acontecendo na década do ocorrido e que o inconformismo dos militares de menor graduação levou à politização dos mesmos.[88]

Autonomia castrense

Outro trabalho que vale a pena ser comentado é o de João Roberto Martins Filho[89], *Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*, inserido na obra organizada por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, composta por quatro volumes, que tem como foco principal a história do Brasil republicano, sendo destacada a construção da democracia e cidadania no Brasil. Martins Filho pesquisou os militares e sua relação com a política, ou melhor, seus projetos políticos ideológicos autônomos. O termo "autônomo" não foi empregado no sentido de excluir os militares da sociedade em que viveram, pois a partir da sua cultura, forjaram e operaram seus projetos ideológicos dentro de sua "visão de mundo" e de circunstâncias históricas específicas. A delimitação temporal se inicia com o fim do Estado Novo de Vargas e tem sua culminância no golpe civil-militar de 1964, período que foi consagrado pela historiografia brasileira como democrático.

Logo ao iniciar sua pesquisa, Martins Filho[90] demonstra que o golpe de 1964 é um marco denunciatório do pecado das elites políticas brasileiras - seja de direita ou esquerda - em subestimar a capacidade dos militares em conduzir o leme da nação de forma autônoma. Além das duas décadas que os militares permaneceram no poder, seja a corrente castelista ou a linha dura, é importante destacar que o processo de abertura política, foi pensado, supervisionado e executado pela própria elite castrense, mas, talvez, a maior destreza fique por conta da permanência até os nossos dias de elementos que fizeram parte do governo discricionário, esses elementos continuam a configurar os quadros do Estado Democrático de Direito.

O autor não acredita em um projeto político autônomo por parte dos militares para conduzir os rumos da nação brasileira. Para provar sua hipótese se fez necessário desconstruir a tese em que os militares aceitaram voluntariamente seu papel secundário no processo

---

[88] Ibid., p. 301.
[89] MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ogrs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil republicano; vol. 3).
[90] Ibid., p. 99.

político inaugurado com a Revolução de 1930 e que se estendeu até o golpe de 1964 quando as intervenções estavam circunscritas à remoção do chefe do Executivo, os militares voltando logo depois a seu papel "moderador". Tese que encontrou em Alfred Stepan seu maior arauto.

Outros autores analisados por Martins Filho são o jornalista baiano Raimundo Schaum, com seu poema "Chamado ao Capitão do Povo" e o jornalista Oliveiros Ferreira que produziu uma coletânea de artigos publicados pelo o Estado de São Paulo, nos anos de 1963 e 1964.

O ponto nodal entre esses autores remete a "timidez" e "insegurança" dos militares diante da possibilidade em conduzir o timão da nação.

Stepan, de forma mais refinada, propõe um novo modelo analítico para as relações entre militares e civis, apesar de reconhecer que a idéia já estava presente em autores nacionais. Forja o conceito "moderador" ao pensar o papel social dos militares na sociedade brasileira. Estes tinham função muito restrita e conservadora, e deveriam atuar em momentos muito específicos, como a deposição de um chefe de Estado, mas logo deveriam voltar a seu papel secundário, pois além de crerem no regime praticado, também acreditavam que não seriam capazes como os civis de atuar como gestores da nação.

Já Raimundo Schaum tem uma visão mais crítica ao analisar a relação civil-militar. Apesar de também acreditar no papel de coadjuvante dos militares, essa situação para ele era imposta pelas elites civis, que só reconheciam a legitimidade das instituições militares enquanto braço armado do Estado.

Oliveiros Ferreira, numa leitura gramsciana, acreditava na possibilidade de uma autêntica revolução brasileira. O papel revolucionário ficaria por conta de uma aliança orgânica entre militares e civis. O problema ficava por conta da "timidez" dos militares em deflagrarem o estopim revolucionário.

Para Martins Filho, o maior problema dessas interpretações é que, além de atribuir um papel secundário ao militares, os mesmos eram vistos como uma "folha de papel em branco" pronta para receber um roteiro, evidentemente escrito por civis.

Depois de uma discussão historiográfica, historiografia que, na opinião de Martins Filho era equivocada, o autor inicia uma nova abordagem para o período em questão. Ele quer entender as mudanças que ocorreram no Exército brasileiro pós-30. Cita José Murilo de Carvalho e sua tese de que o Exército foi a principal força que derrubou a ordem oligárquica da Primeira República. Martins Filho, ao analisar as vicissitudes que vinham ocorrendo no interior do Exército, traz à baila os que ele chama de "dois líderes incontestes desse

processo"[91], Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra os quais, com o apoio de Vargas, conseguiram fortalecer e costurar um espírito de corpo na instituição.

As sucessivas crises político-militares deram munição aos militares para convencer Getúlio da necessidade de fortalecer as instituições militares. Alguns episódios da década de 1930 foram pedagógicos nesse processo. A Revolução de 30 foi operada com base num Exército profundamente dividido, basta nos reportarmos às rebeliões que ocorrem entre as praças logo após a euforia da vitória e a dúvida que pairava na alta oficialidade quanto ao seu papel no novo regime. A Revolução Constitucionalista de 1932 favoreceu o afastamento de alguns oficiais da Primeira República e a Intentona Comunista, em 1935, serviu para eliminação da corrente reformista e mesmo esquerdista no interior da instituição. Por isso Martins Filho acredita que a década de 1930 foi importantíssima nesse processo de depuração do Exército enquanto instituição.[92]

O autor continua sua análise e acrescenta que as Forças Armadas, principalmente o Exército, ascenderam a um papel central no aparelho de Estado. E após a implantação do Estado Novo, os militares "passaram a ser os principais fiadores tanto da ordem social como política"[93]. Passou a existir um casamento promissor entre Forças Armadas e Estado de difícil divórcio. O Exército era o mandatário da ordem interna e avalista do desenvolvimento industrial nacional.

Com o fim da grande guerra, as Forças Armadas passaram a desempenhar o papel principal na deposição de Vargas e seu regime discricionário, para se implantar a democracia no país.

O candidato do PSD, com apoio de Vargas, saiu vitorioso sobre o candidato da UDN, nas eleições de 1945. Mas Dutra logo se bandeou para os conservadores da UDN, adotando um governo reacionário. O PCB foi colocado na ilegalidade e seus parlamentares cassados. Além disso, atacou os sindicatos e associações populares. Contudo, segundo Martins Filho a participação na política brasileira das Forças Armadas estava ainda muito ligada a algumas personalidades.

Com a inauguração da guerra fria, em 1947, os militares passaram a atuar de forma mais orgânica na política. Não devemos nos esquecer que a guerra fria também serviu para aguçar as forças anticomunistas que se desenvolviam na classe castrense, principalmente depois de 1935.

---

[91] Ibid., p. 104.
[92] Idem, ibid.
[93] Ibid., p. 105.

Martins Filho inicia outra discussão, sendo que agora seu foco é a Escola Superior de Guerra. O autor expõe a tese de Stepan sobre os motivos para a criação da ESG, tese que considera que "os militares se viam mal preparados para enfrentar os grandes problemas da nação."[94] Para o autor, mais assertivo seria dizer que os fundadores da Escola Superior de Guerra vislumbravam uma maior proximidade com as elites civis, para unirem forças contra o comunismo. Alguns fatores contribuíram para essa maior integração e entre eles podemos citar a experiência do Estado Novo, a participação na Segunda Guerra e os laços que os militares estreitaram com as tropas norte-americanas, principalmente o comandante das tropas brasileiras, Humberto Castelo Branco.

Apesar do nome, a Escola Superior de Guerra, surgiu segundo Martins Filho "como uma escola de altos estudos sociais, políticos e econômicos"[95].

Martins Filho aborda o próprio conceito-chave de "segurança nacional", que difere do conceito de "defesa nacional". Muito mais amplo, o conceito usado pelos norte-americanos remete a sociedade como um todo em busca da vitória na guerra moderna. O conceito acabou sendo ampliado no Brasil, pois "os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares."[96]

Golbery[97], já em 1952, fez uma leitura sobre a bipolarização mundial, definindo o "Ocidente cristão e o Oriente comunista"[98]. A filosofia hobbesiana que opõe liberdade e segurança seria a mais adequada para a situação, solução que pregava um Estado forte. E a localização geográfica, na visão da ESG, marcaria a posição na questão do flerte com a potência vermelha, isto é, colocaria o Brasil ao lado dos países ocidentais. Martins Filho pretende desconstruir a idéia de "folha em branco" ajuizada aos militares. A revolução Cubana (1959) riscou a pólvora da chamada "guerra revolucionária". A expressão deveria ser tratada com mais seriedade pela ESG. Logo após a vitória dos revolucionários que desembarcaram na Bahia dos Porcos, a ESG importou as idéias francesas para o assunto (como combater a chamada guerra revolucionária), que passaria ser quase uma obsessão. Acreditamos que a situação piorou depois de 1961, como a implantação no continente de um

---

[94] Ibid., p. 107.
[95] Ibid., p. 108.
[96] Idem, Ibid.
[97] Em outubro de 1951, o então major Golbery foi promovido para tenente-coronel. Em 1952, no mês de março, passou a trabalhar no Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) como adjunto.
A doutrina de Golbery seria absorvida pela ESG, onde a "...segurança nacional sustentava ainda o integral posicionamento do Brasil ao lado do Ocidente, em confronto com o bloco soviético.
[98] Idem, Ibid.

regime socialista. Para Martins Filho essa é um amostra da autonomia dos militares em produzir (ou redefinir) suas doutrinas.[99]

A argumentação do autor passa pelo Clube Militar, onde duas correntes se digladiavam e se alternavam na direção da entidade. Uma alinhada aos interesses norte-americanos, à chamada Chapa Azul. Outra, chamada de Chapa Amarela, de cunho nacionalista. A crítica da segunda chapa aos da Azul era exatamente a disposição desses militares brasileiros para se perfilarem aos interesses dos Estados Unidos e "via no imperialismo e não no comunismo o principal inimigo do país."[100]

O autor analisa a dinâmica das eleições para a presidência do Clube Militar que ocorreram na década de 1950. O que podemos perceber de interessante nessa dinâmica foi que as discussões se transformaram "numa válvula de escape para o debate de grandes temas nacionais, fora do controle da hierarquia,"[101] situação que é um tanto incomum nas instituições militares, em que a disciplina e a hierarquia são seus pilares.

A partir de 1950, com a possibilidade da volta de Vargas, o ponto nodal da discórdia girou em torno da política trabalhista. O bloco antigetulista, composto na sua maioria por conservadores da UDN, abrigava os militares da Chapa Azul. O amálgama dessa relação era o "ódio à mobilização popular."[102]

As eleições de 1950 no Clube Militar foram vencidas pela Chapa Amarela, pois segundo Martins Filho, a Chapa Amarela tinha melhor trânsito à baixa oficialidade.[103]

No final de 1951, a Chapa Azul inaugurou sua Cruzada Democrática. Fundada como corrente de oposição à diretoria eleita em 1950, os antinacionalistas passaram a defender "a despolitização do Clube Militar e o respeito à hierarquia."[104]

Com uma política de perseguição (seja através de transferências, prisões, inquéritos militares ou tortura) os militares antinacionalistas venceram as eleições de 1952. Nas eleições seguintes, com o agravamento da crise política, mais uma vez os antinacionalistas venceram, ampliando sua percentagem em uma vitória esmagadora. Nas eleições de 1956, após o suicídio de Vargas, os nacionalistas teceram uma aliança com os oficiais legalistas, resultando na volta à diretoria do Clube Militar da Chapa Amarela. A amostra de Martins Filho se

---

[99] Ibid., p. 111.
[100] Idem, ibid.
[101] Ibid., p. 112.
[102] Ibid., p. 113.
[103] Idem, ibid.
[104] Idem, ibid.

encerra nas eleições de 1958, com mais uma vitória da Chapa Amarela, porém por estreita margem.

Martins Filho quer ir além da dinâmica que se operou no Clube Militar na década de 50. Ele se propõe a analisar qual é a relação dos militares da Chapa Azul e da Escola Superior de Guerra, que são geralmente colocadas no mesmo barco.

De início, o autor concorda com a tese de que os militares da Chapa Azul eram os mesmos que apoiaram o golpe de 1964. Um exemplo emblemático é o candidato à presidência do Clube Militar em 1958, o general Castelo Branco. Apesar de ser fácil ligar nomes da Chapa Azul à linha de frente do golpe de 1964, a ESG estudava diversos assuntos relacionados à atuação dos militares no aparelho de Estado. Seguindo o raciocínio do autor "os oficiais vinculados à ESG participaram do Clube Militar, mas nunca perderam a noção de que seu principal objetivo, a longo prazo, era definir uma doutrina e uma linha de ação para as Forças Armadas."[105]

Martins Filho passa analisar a conjuntura do pré-golpe nos quartéis. Indica que "só houve relativa calma nos quartéis nos governos Dutra e Jânio"[106]. Os quartéis eram verdadeiras caldeiras, prontas para explodir. Mas não devemos nos esquecer das especificidades de cada Força e até de algumas personalidades individualmente, como é o caso mais conhecido, o general Lott. É preciso ter em mente que a Aeronáutica era terreno dos anticomunistas e na Marinha, pelo seu elitismo, "também havia pouco espaço para dissidência"[107]. No caso da Marinha a Rebelião dos Marinheiros em 1964 serviu para dizimar qualquer proposição mais avançada.

O manifesto dos coronéis, divulgado em 1954, também foi analisado por Martins Filho, constituindo-se em mais uma prova da autonomia dos militares.

Com o suicídio da Vargas, seguido de uma comoção popular, as regras do jogo foram alteradas, restando aos golpistas o recuo. A mudança de posição do bloco golpista não se deu de imediato e os militares demoraram a perceber o novo panorama político que foi instaurado.

Talvez a principal indagação seja: o que fez abril de 1964 ser diferente das outras duas intervenções militares, em 1955 e em 1961? Nas palavras do próprio autor "os militares não tomaram o poder em meados da década de 50 não por falta de vontade ou confiança, mas porque tanto o campo político civil como o militar estavam profundamente divididos."[108] A

---

[105] Ibid., p. 115.
[106] Ibid., p. 116.
[107] Idem, ibid.
[108] Ibid., p. 120.

explicação para o episódio de 1961, em que os três ministros militares tentaram impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, foi dada pelo historiador marxista, Nelson Werneck Sodré:

> No golpe de agosto de 1961, a confiança da cúpula conspirativa [...] era de tal ordem – e só isso denuncia a ausência de sensibilidade política que a caracterizava – que não tomou medidas preventivas naturais; a censura à imprensa e ao rádio veio depois, quando se pronunciavam as primeiras resistências[109].

Para Martins Filho, mais uma vez os militares pecaram por "excesso e não por ausência de confiança."[110] O diagnóstico estava feito para a tentativa do próximo golpe: seria necessário "conquistar apoio de forças sociais mais amplas"[111].

---

[109] Apud, Ibid., pp. 120-121.
[110] Ibid., p. 121.
[111] Idem, ibid.

CAPÍTULO II

O Imaginário dos marujos

O Vosso tanque General, é um carro forte
Derruba uma floresta esmaga cem Homens,
Mas tem um defeito
- Precisa de um motorista

O vosso bombardeiro, general
É poderoso:
Voa mais depressa que a tempestade
E transporta mais carga que um elefante
Mas tem um defeito
- Precisa de um piloto.

O homem, meu general, é muito útil:
Sabe voar, e sabe matar
Mas tem um defeito
- Sabe pensar

Bertolt Brecht

Ideologia

Para analisar o imaginário dos marujos que se filiaram a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil apóio-me no conceito de "ideologia".

Leandro Konder[112], ao iniciar sua obra *A questão da ideologia* atribui a Michael Löwy um dos melhores ensaios sobre o tema, e o cita para que seus leitores possam entender a complexidade e a polissemia do terno em questão:

> Existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia. Ao longo dos últimos dois séculos ele se tornou objeto de uma acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambigüidades, paradoxos, arbitrariedade, contra-sensos e equívocos.[113]

Konder também recorre ao *Dicionário de Política*, coordenado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, em que o verbete ideologia, escrito por Mario Stoppino, corrobora com a constatação de Löwy para o conceito:

---

[112] KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
[113] Apud ibid., p. 09.

> Tanto na linguagem político-prática como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à ideologia pela freqüência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos.[114]

Terry Eagleton[115], em sua obra *Ideologia*, refaz a pergunta: "O que é Ideologia?", que lhe serve de título para o primeiro capítulo. Eagleton também afirma que ninguém conseguiu dar uma definição única e adequada para o conceito, e que esta também não é sua pretensão. Nas palavras do próprio autor:

> [...] "ideologia" é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçada por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser destacado.[116]

Mas o autor expõe alguns significados para o conceito, enumerando pelo menos dezesseis. Também alerta seus leitores para a complexidade, historicidade e polissemia do termo, que pode variar desde compatíveis entre si, ambíguos, pejorativo, neutro etc. Pretendo utilizar alguns desses significados destacados por Eagleton e extrair "o que há de valioso" para meu trabalho.

Trabalhei o conceito com o sentido de "o processo de produção de significados, signos e valores na vida social"[117]. Segundo Eagleton:

> [...] podemos nos referir a ela [ideologia] como o processo material geral de produção de idéias, crenças e valores na vida social. Tal definição é política e epistemologicamente neutra, e assemelha-se ao significado mais amplo do termo cultura. A ideologia, ou cultura, denotaria aqui todo o complexo de práticas significantes e processos simbólicos em uma sociedade particular: aludiria ao modo como os indivíduos "vivenciaram" suas práticas sociais, mais do que às próprias práticas, que seriam o âmbito da política, da economia, da afinidade etc. Essa acepção de ideologia é mais ampla que o sentido de "cultura", que se restringe ao trabalho artístico e intelectual de valor reconhecido, porém é mais restrita que a definição antropológica de cultura, que englobaria todas as práticas e instituições de forma de vida. Nesse sentido antropológico, a "cultura" incluiria, por exemplo, a infra-estrutura financeira dos esportes, ao passo que a ideologia se ocuparia particularmente dos signos, significados e valores codificados nas atividades esportivas.[118]

---

[114] Apud ibid., p. 10.
[115] EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Tradução Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP e Editora Boitempo, 1997.
[116] Ibid., p. 15.
[117] Idem. Ibid.
[118] Ibid., p. 38

Tal compreensão é muito parecida com a percepção que o professor Jorge Ferreira tem a respeito de cultura, que acredito também não fugir ao nosso propósito:

> Por cultura entendemos todo o conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que forma as crenças, idéias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo ou classe social. Esses padrões de comportamento surgem das experiências econômicas, sócio-políticas, ideológicas, familiares e religiosas dos indivíduos e dos grupos que os expressam por meio da linguagem.[119]

Tento compreender os padrões de comportamentos dos militares que pertenciam aos quadros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, que eram formado a partir de um conjunto de ideologias intra e extra Marinha e, que poderiam advir das mais variáveis experiências, isto é, "econômicas, sócio-políticas, ideológicas, familiares e religiosas".

Outro significado que considero profícuo para meu estudo - e acredito não ser contraditório e excludente ao já citado - é o que considera ideologia como o "conjunto de crenças orientadas para ação"[120]. Eagleton nos esclarece:

> A definição ampla de ideologia como um conjunto de significados e valores que codificam certos interesses relevantes para o poder social requer claramente alguns ajustes. As ideologias são freqüentemente consideradas, de modo específico, unificadoras, orientadas para ação, racionalizantes, legitimadoras, universalizantes e naturalizantes. Se esses atributos aplicam-se ou não às ideologias oposicionistas tanto quanto as dominantes é uma questão a ser investigada. [...] Acredita-se que as ideologias com freqüência conferem coesão aos grupos ou classes que as sustentam, fundindo-os em uma identidade unitária, ainda que internamente diferenciada, o que lhes permite talvez impor uma certa unidade ao conjunto da sociedade. Visto que a idéia de uma identidade coesiva se encontra atualmente um pouco fora de moda, vale a pena acrescentar que tal unidade, na forma de solidariedade política e sentimento de **camaradagem**, é tão indispensável ao sucesso dos movimentos oposicionistas como é parte do arsenal dos grupos dominantes.[121]

O sentimento de camaradagem comum aos círculos hierárquicos

Talvez o sentimento que marca profundamente os marinheiros examinados seja o de "camaradagem" muito comum aos militares, principalmente dentro de seus respectivos círculos hierárquicos. Geralmente, ao falarmos em hierarquia militar, é comum fazermos referência a escala hierárquica, que compreende desde o recruta até o general de quatro estrelas (almirante-de-esquadra na Marinha, tenete-brigadeiro-do-ar na Aeronáutica), mas também é comum nos esquecermos que existem os círculos hierárquicos. Como nos adverte

---

[119] FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997, p. 45.
[120] Ibid., p. 15.
[121] Ibid., pp. 50-51. [Grifo meu]

Piero Leirner, "dentro dessa escala [hierárquica], porém, há uma segunda divisão" que diz respeito aos chamados 'círculos hierárquicos'"[122]:

> Art. 15 – Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.[123]

No próprio regulamento militar aparece o termo "camaradagem" e é no microcosmo dos círculos hierárquicos que os militares desenvolvem suas atividades cotidianas. Segundo Leirner, não se deve subestimar os círculos como "predisposição estatutária; eles realmente são incorporados a fundo na conduta militar"[124]. Essas divisões estão presentes desde os dormitórios (alojamento de cabos e marinheiros; alojamento de 2º e 3º sargentos; camarotes de 1º sargentos e suboficiais e camarotes na Praça D'Armas para os oficiais) até os refeitórios, que seguem as mesmas disposições dos dormitórios, e assim por diante nas formações militares. Note-se que a Praça D'Armas - como nos remete o próprio nome -, no passado, era o lugar onde ficavam as armas portáteis nos navios, freqüentada apenas por oficiais, local a que os subalternos não tinham acesso, pensando-se assim excluir, ou pelo menos dificultar, a possibilidade de motim. Na melhor das hipóteses, as praças que prestam algum tipo de serviço aos oficiais, na maioria das vezes o pessoal da faxina, tem permissão de circular pelo local.

Antônio Duarte que chegou a usar a expressões como "eles" e "nós" para pontuar as diferenças entre praças e oficiais, descreve as acomodações nos navios, desde dormitórios, banheiros e o salão de socialização dos oficiais:

> O espaço reservado aos marinheiros eram os alojamentos e beliches apodrecidos pelo uso de décadas e privadas coletivas, uma valeta comum. Para os oficiais, ainda se conservava o conforto dos camarotes e banheiros individuais.
> Havia um salão a bordo reservado aos oficiais. O conforto do local, chamado de Praça D'Armas, uma denominação antiga, talvez colonial, é associado ao desejo de manutenção das tradições e do espírito de corpo; é a área do sagrado, na qual os oficiais formam a mentalidade de elite, expressam opiniões e cristalizam atitudes.[125]

A composição dos círculos hierárquicos e da escala hierárquica na Marinha estão na tabela 1 e 2.

---

[122] LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 74.
[123] Estatuto dos Militares, 1980, p. 8. Apud LEIRNER, idem.
[124] LEIRNER, ibid., p. 75.
[125] DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros.* Rio de Janeiro: Inverta 2005, p. 91.

Quadro 1 Círculos e Escalas Hierárquicas de Oficiais da Marinha do Brasil	
CÍCURLOS HIERÁRQUICOS	**ESCALAS HIERÁRQUICAS**
Círculo de Oficiais-Generais	
	Almirante (Alte) (*)
	Almirante-de-Esquadra (Alte Esq)
	Vice-Almirante (V Alte)
	Contra-Almirante (C Alte)
Círculo de Oficiais Superiores	
	Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG)
	Capitão-de-Fragata (CF)
	Capitão-de-Corveta (CC)
Círculo de Oficiais Intermediários	***Capitão-Tenente (CT)***
Círculo de Oficiais Subalternos	
	Primeiro-Tenente (1º Ten)
	Segundo-Tenente (2º Ten)

(*) Em caso de guerra.

Fonte: site da Marinha - www.mar.mil.br

Quadro 2 Círculos e Escalas Hierárquicas de Praças Graduadas da Marinha do Brasil	
Círculos Hierárquicos	**Escala Hierárquica**
Círculo de Suboficiais e Sargentos	Suboficial (SO)
	Primeiro-Sargento (1º SG)
	Segundo-Sargento (2º SG)
	Terceiro-Sargento (3º SG)
Círculo de Cabos, Marinheiros e Soldados	Cabo (CB)
	Marinheiros (MN) e Soldado (SD)

Fonte: site da Marinha - www.mar.mil.br

A figura do presidente da República, que é o chefe supremo das Forças Armadas, não foi incluída, pois estamos apenas trabalhando com os postos e graduações da carreira militar. Os Guardas-Marinha devem freqüentar o círculo de oficiais subalternos. Os marinheiros-

recrutas, grumetes e taifeiros devem freqüentar o círculo de cabos, marinheiros e soldados[126]. Na prática, segundo e terceiros-sargentos têm seu próprio círculo. Além de tudo que já foi citado em relação aos círculos hierárquicos, como alojamentos separados, refeitórios etc., o uniforme de cabos e marinheiros dão o maior realce para essas divisões dentro da Marinha, diferente da outras forças que tem uniforme padrão para os todas as patentes e gradações militares. Na Marinha os oficiais, suboficiais e sargentos "usam uniformes do mesmo feitio para o serviço ou para os trabalhos a bordo." Já cabos e marinheiros "usam uniformes, brancos ou azuis, de gola, e na cabeça, bonés sem pala. Os de trabalho são de cor **mescla**, com chapéus redondos típicos, de cor branca, chamados caxangá."[127] Quando um marujo vai a sargento, uma das maiores conquistas é tirar o mescla, símbolo de faxina pesada e da humilhação para os militares de menor graduação. Apesar de reconhecermos que é tradição nas marinhas pelo mundo, isso serve de instrumento para demarcar a posição inferior desse militares. Mesmo quando os militares usam os uniformes de gala, a gandola para os cabos e marinheiros e o dólmã de sargentos em diante, a diferença é logo notada se olharmos para cabeça ou para os pés e cintos. Na cabeça o quepe de cabos e marinheiros não tem pala, nos pés os sapatos são diferentes dos de toda tripulação, pois são pretos, enquanto o resto dos militares, de sargentos em diante usa sapatos brancos, o mesmo acontecendo com os cintos – que também são pretos. O historiador Anderson Almeida usou o termo "sapatos-pretos"[128], para designar os marinheiros, soldados e cabos da Marinha.

No Estatuto da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros encontramos a seguintes disposições:

> Art. 7 – Não haverá restrições aos cargos da A.M.F.N.B., desde que os membros sejam marinheiros ou fuzileiros navais de graduação até cabo inclusive, e que estejam em condições legais com a associação.
> Art. 8 – O membro da diretoria que for promovido á graduação de 3º sargento, perderá automaticamente os direitos funcionais, permanecendo no quadro social, na qualidade de honorário, que lhe será outorgado pelo Consêlho Deliberativo, sancionado pelo presidente, cabendo a este, neste caso, o direito de veto.
> Art. 9 – A diretoria tem autêntica autoridade para admitir novos sócios, dedes que sejam marinheiros ou fuzileiros navais, na graduação máxima de cabo.[129]

---

[126] DECRETO Nº 44.061, DE 23 JULHO DE 1958. Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, Art. 15. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987

[127] Site da Marinha: www.mar.mil.br [Grifo meu]

[128] ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião à Anistia*. (Dissertação) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010, p. 31.

[129] Estatuto da AMFNB. Acervo da UMNA, doação de Dílson da Silva. Ver também RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São

A graduação "máxima de cabo" demarca o círculo hierárquico dos indivíduos de menor posição na hierarquia militar e esse atrelamento não passa despercebida no estatuto da entidade. O Estatuto da AMFNB é aberto com a seguinte frase: "Órgão de representação social das classes"[130], ou seja, algo próximo a um órgão representativo de um grupo específico de militares. Acredito que qualquer análise a partir do pensamento marxista sobre classes sociais não deve ser empregada no caso dos militares, pois em tal análise o que estará em jogo é a posse ou não dos meios de produção. Talvez, uma análise weberiana seja mais assertiva ao nosso objeto de estudo pois nela o que é levado em consideração é a posição dos indivíduos no mercado consumidor[131]. No entanto, o que continua a me afligir é a questão da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros lutar pelas demandas sociais e anseios de um grupo específico, que está na mesma situação no tabuleiro dos círculos hierárquicos, aproximando-se assim do conceito de "aparelho privado de hegemonia", isto é, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais tornou-se o organismo de representação política desses militares que não tinham acesso ao mecanismo democrático (o voto) por força do texto constitucional, algo que discutiremos no próximo capítulo.

Na presente pesquisa, apesar de verificarmos a abrangência e até a polissemia do conceito de ideologia, não pretendemos estendê-lo a qualquer situação cotidiana. Como nos adverte Eagleton: "afirmar, que numa conversa corriqueira, alguém está falando ideologicamente é, com certeza, considerar que se está avaliando uma determinada questão segundo uma estrutura rígida de idéias preconcebidas que distorce a compreensão."[132] O autor levanta a questão: qualquer idéia pode ser interpretada como ideologia? E usa um exemplo bastante simples para responder. Uma briga de casal, em que a discussão fica por conta de quem deixou a torrada queimar, não necessariamente será ideológica, a não ser que seja introduzida em tal discussão questões como potencia sexual, papel dos sexos na sociedade e assim por diante.[133] É nos círculos hierárquicos que os militares desenvolveram suas

---

Paulo: Cortez Editora, 2004, pp. 156-163 e PEREIRA, Nilton Matos. *Marujos Rebeldes*. Santa Catarina: Nova Geração, 2005, pp. 62-71.

[130] Estatuto da AMFNB, op. cit.

[131] Ver STAVENHAGEN, Rodolfo. *Estratificação e estrutura de classes (um ensaio de interpretação)*. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva e Moacir Gracindo Soares Palmeira. In: (Orgs) VELHO, Otávio Guilherme, PALMEIRA, Moacir G. S. e BERTELLI, Antônio R. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 142.

[132] EAGLETON, op. cit., p. 17.

[133] Idem, ibid.

atividades cotidianas, desenvolvendo ideologias (imaginário) comuns, respeitando-se algumas variáveis possíveis.

Eagleton analisa como o conceito de ideologia foi divulgado por alguns teóricos do pós-guerra, em que o mesmo era destacado como um conjunto de idéias inflexíveis, esquemáticas, em oposição às verdades práticas do cotidiano dos seres humanos, ou melhor, das sociedades democráticas capitalistas. Fazendo uso da argumentação do próprio autor "[...] a União Soviética está nas garras da ideologia, ao passo que os Estados Unidos vêem as coisas como elas realmente são."[134] Eagleton argumenta que pode até ter idéias inflexíveis quanto faz sua higiene bucal, mas seria um tanto estranho qualificar seus hábitos de higiene como ideológicos. O autor continua sua argumentação:

> Se sou obsessivo quanto a escovar os dentes porque se os ingleses não se mantiverem saudáveis os soviéticos dominarão nossa débil nação e desdentada, ou se faço da saúde física um fetiche porque pertenço a uma sociedade capaz de exercer domínio tecnológico sobre tudo, mas não sobre a morte, aí então poderia fazer sentido descrever meu comportamento como ideologicamente motivado.[135]

Sabemos que no Brasil não é muito difícil identificar a classe social de um indivíduo por intermédio de sua própria declaração, ou pelo menos pela falta de dentes em sua arcada dental. Não obstante, para Eagleton o termo ideologia não pode fazer referência somente ao um sistema de crenças, mas de está ligado à questão de poder.[136]

O autor observa que a ideologia está ligada a legitimação de uma poder dominante ou grupo social dominante, mas "nem todo corpo de crenças normalmente denominado ideológico está associado a um poder político dominante."[137], fazendo-se necessária uma definição mais ampla para o conceito, "algo com a uma interseção entre sistema de crenças e poder político. E tal definição seria neutra com respeito à questão de se essa interseção desafia ou confirma uma determinada ordem social."[138]

Outro problema verificado por Eagleton sobre a tese da "ideologia como legitimação", é à própria natureza do poder. Segundo Foucault e seus adeptos, o poder está em toda parte e é exercido nos gestos mais simples. Para esses intelectuais o conceito de ideologia deve ser substituído pelo o "discurso", muito mais abrangente e capaz de clarear nossas mentes quando e onde as lutas sociais são travadas. Se tudo é discurso, nos resta saber qual é o discurso mais

---

134 Ibid., p. 18.
135 Idem, ibid.
136 Idem, ibid.
137 Ibid., p. 19.
138 Ibid., p. 20.

ou menos importante. Para Eagleton a "força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma social de vida social e aquelas que não o são."[139] A argumentação do autor parece um tanto simples, mas é altamente esclarecedora: "um bate-boca entre duas crianças por causa de uma bola é tão importante quanto o movimento de libertação de El Salvador?"[140] Se podemos acreditar que o poder está em toda parte, já temos dificuldade em crer que suas manifestações são hierarquicamente iguais, ou seja, acreditamos, como Eagleton, que existem temas mais centrais e os que não o são.

Marchando com a Força terrestre

Na busca de uma bibliografia que tratasse especificamente do caso dos militares a partir de sua própria "visão de mundo", principalmente dos militares da Marinha, não encontrei muito material para a pesquisa, apesar de ter encontrado alguns autores que procuram compreender o tema a partir das perspectivas dos militares, do próprio imaginário dos militares. No entanto a bibliografia encontrada é bastante sobre o Exército. Mas tentarei, ver se será possível pensar os militares da Marinha dentro das pesquisas que já foram realizadas sobre o Exército.

Um dos autores mais importantes e consagrados no Brasil, pelo menos no que tange o que nós chamamos de historia militar, ou nova história militar, é o antropólogo Celso Castro, autor de alguns livros sobre o assunto. Sua obra, *A invenção do Exército brasileiro*[141], foi de extrema importância para minha pesquisa, pois é um dos raros trabalhos dedicados a compreender o universo dos militares. Nesse trabalho o autor coloca algo no mínimo desconcertante: como instituições que se dizem fiadoras da tradição podem ter tradições tão recentes?

O título revela o propósito da obra, mas o autor, apesar de se filiar a perspectiva do famoso historiador inglês Eric Hobsbawm e sua noção de "invenção das tradições", afasta-se dessa concepção original, pelo menos ao que se refere às tradições "inventadas" e outras vistas como "tradicionais" ou "genuínas". Para Castro[142] o conceito não tem sentido pejorativo, como falso ou mentiroso, oposto a algo autêntico ou verdadeiro. O autor acredita que a "invenção" faz parte da própria dialética da cultura humana, ou seja, as tradições estão

---

139 Ibid., p. 21.
140 Idem, ibid.
141 CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
142 Ibid., p. 11.

permanentemente sendo reinventadas e atualizadas nos mais variados contextos históricos. Castro não enxerga o conceito de ideologia igual a Marx, com algo negativo, por isso, também não corrobora totalmente com o conceito criado pelo autor marxista anglo-saxão.

Não quero aqui, entrar no mérito da questão da "falsa consciência" a partir do pensamento de Hegel, Karl Marx e Georg Lukács, em que os atores estavam mais preocupados com a idéia de verdadeira e falsa cognição e o conceito de ideologia era visto com algo negativo (ilusão). Apesar de não compartilhar da perspectiva de Marx e alguns de seus interpretes que vêem o conceito de ideologia como algo negativo, sabermos que para esses teóricos, principalmente Marx, sua preocupação girava em torno da "consciência de classes". Acredito que o conceito de ideologia para o "fundador da filosofia da práxis" se aproxima mais do conceito de "alienação".

Feitos alguns esclarecimentos que julguei necessários, voltarei à obra de Castro, em que o autor aborda a invenção e institucionalização de três importantes tradições do Exército brasileiro: o culto a Caxias, patrono do Exército; a vitória sobre a Intentona Comunista em 1935; e o Dia do Exército que foi criado a partir da Batalha dos Guararapes.

O trabalho de Celso Castro pode parecer à primeira vista deslocado de minha pesquisa, pois não se trata da "invenção" da Marinha de Guerra do Brasil. Mas, nas palavras do próprio autor, o "livro pode também ser lido com um estudo sobre rituais, memória e identidade [militar]."[143]

Castro não terá maiores dificuldades em provar que a tradição, no caso do Exército Brasileiro, é bem mais recente do que nos parece e que foram conscientemente inventadas, e que também estão sendo dialeticamente "atualizadas" e "reinventadas" por um determinado contexto histórico. Não é preciso muito esforço para comprovar a tese. Sua argumentação fica por conta da ascensão do duque de Caxias em 1923 a patrono do Exército e a perda de prestigio do marquês do Herval, o general Osório, pois até seu título nobiliárquico perdeu-se, ou melhor, foi conscientemente perdido para a história.

As vicissitudes na tradição do Exército Brasileiro se deram nas conturbadas décadas de 1920 e 1930. Podemos citar alguns episódios emblemáticos: em 1922 ocorreu a primeira revolta tenentista, conhecida como "Dezoito do Forte", alusão aos 17 militares e o civil que saíram caminhando pela beira-mar no episódio da revolta do Forte de Copacabana. Em 1922 também foi fundado, em Niterói, o PCB. Em 1924 a rebelião dos tenentes em São Paulo, cuja junção com as tropas de Luiz Carlos Prestes, rebeladas no Sul, resultou na famosa Coluna

---

[143] Ibid., p. 10.

Prestes-Miguel Costa. Em 1930 a Revolução varguista, em 1932 a revolta constitucionalista de São Paulo e em 1935 a chamada "Intentona" comunista que serviu de argumento para o presidente, junto com o Exercito, decretar a ditadura do Estado Novo.

Se circunstâncias históricas específicas dão o tom das mudanças em qualquer sociedade ou instituições, sujeitas a sua própria ideologia, as ideologias podem ser dialeticamente alteradas de acordo com novas conjunturas históricas. O que resta é a luta pela memória, Segundo Castro:

> [...] elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos. Ao mesmo tempo, existe o esforço cultural oposto de 'cristalizá-los', tornando-os reconhecíveis para os indivíduos. Essa dialética de invenção e convenção é um processo sempre inacabado.[144]

Talvez esse seja o maior pecado cometido pela historiografia brasileira contra aqueles que outrora foram jovens marinheiros: qual o verdadeiro lugar da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil na memória? Para Elio Gaspari:

> Jango foi ao encontro dos sargentos no meio da maior crise militar de seu governo. Ela explodira inesperadamente uma semana antes. Enquanto o presidente aproveitava os feriados da Semana Santa na sua fazenda, em São Borja, o ministro da Marinha mandara prender doze graduados que haviam transformado uma irrelevante Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais numa entidade para-sindical, monitorada pelo Partido Comunista.[145]

Os bíblias e os comunas a bordo

Outra inferência que Castro faz e que acredito ser importante para meu trabalho é a sacralidade conferida a Caxias, o que se tornou um elemento negativo para a perpetuação do mito:

> [...] o apego oficial do Exército a uma quase "sacralidade" de Caxias não significa que seu culto esteja salvo de mudanças e, eventualmente, possa vir a perder força no interior da própria corporação. Alguns oficiais, por exemplo, me contaram que a aproximação da imagem de Caxias com a de um santo católico incomoda os militares **evangélicos,** segmento numericamente crescente no Exército e na sociedade brasileira como um todo.[146] [Grifo meu]

Os evangélicos, por terem também regras duras de conduta (o que eles chamam de regras de fé), principalmente no quesito "veneração", acabam resistindo ao culto a Caxias. Os

---

[144] Ibid., p. 11.
[145] GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada, 2002.
[146] CASTRO, op. cit., p. 37.

evangélicos vêm crescendo de forma substancial no Brasil, principalmente na região Sudeste, onde se encontra o maior efetivo das Forças Armadas. Torna-se necessária a "reinvenção" do mito, dentro de contextos históricos específicos.

Qualquer instituição que tenha regras duras de condutas - talvez as militares sejam o melhor exemplo -, que têm como pilar a hierarquia e a disciplina, necessita de suas tradições, para num dado momento forjar seu espírito de corpo, seja o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica. Mas o candidato a militar não é uma "folha em branco" em que os seus superiores hierárquicos escrevam o ser militar. Outras ideologias estão presentes nessa formação, tais como a origem, a religião e a escolaridade etc. Alguns subalternos já freqüentavam cursos superiores na década de 1960- embora essa prática seja muito recente nas Forças Armadas -, apesar da maior procura na época ser o antigo 2º Grau. Exemplos podemos encontrar no presidente fundador da Associação, o cabo potiguar João Barbosa de Almeida, formado em Filosofia, o que lhe dava destaque entre os outros marinheiro[147] e o próprio presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, o "cabo" Anselmo que freqüentava um curso de Direito, na época. Avelino Capitani relata: "Apesar das imensas dificuldades para estudar, grupos de marinheiros, cada vez mais numerosos, abandonavam os cais dos portos e os locais de prostituição e passavam a freqüentar as escolas. Completavam o curso secundário, e alguns até a faculdade."[148]

Quando George Rudé estudou a ideologia do protesto popular, nos adverte que a "ideologia popular" não é uma questão apenas interna e propriedade exclusiva de uma classe ou grupo, antes:

> [...] uma mistura, uma fusão de dois elementos dos quais apenas um é propriedade peculiar das classes "populares", sendo o outro imposto de cima por um processo de transmissão e adoção de fora. Deste, o primeiro é que eu chamo de elemento "inerente", tradicional, baseado na experiência direta, na tradição oral, na memória folclórica e não aprendido ouvindo-se sermões ou discursos ou lendo livros. Nessa fusão, o segundo elemento é o repertório de idéias e crenças "derivadas" ou tomadas de empréstimos a outros, que com freqüência, adquire a forma de um sistema mais estruturado de idéias, políticas ou religiosas [...][149]

Antônio Duarte, um dos ex-diretores mais combativos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, que na época, parecia nutrir certa tendência marxista, afirma que: "Entre os

---

[147] ALMEIDA, op. cit., p. 33.
[148] CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 29.
[149] RUDÉ, Geoge. *Ideologia e protesto popular.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 25.

membros da diretoria havia gente do Partido Comunista"[150]. Isto, não deve ser considerado com novidade, pois essa tese foi amplamente divulgada pelos militares e pela direita, tanto na época com depois. No manifesto do Clube Naval, em 28 de março de 1964, encontramos palavras proferidas pelo próprio presidente do Clube, o capitão-de-mar-e-guerra João Marcos Dias de que "o pequeno grupo sublevado está sob orientação marxista", e, no decorrer do discurso, dá a entender que os marinheiros teriam sidos cooptados por esses "maus brasileiros"[151]. Tal perspectiva também é verificada na entrevista que o presidente da UDN concedeu ao Diário de Notícias: o deputado Bilac Pinto afiançou que: "os vermelhos buscam solapar a ordem militar"[152]. Capitani expõe que "políticos de oposição, jornais, revistas, rádios laçavam ataques cada vez mais violentos", acusando a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros de ser "um centro de subversão"[153].

Se os comunistas e a esquerda de um modo geral flertavam com a associação dos marujos, e se isso não se constitui em uma novidade, devemos nos preocupar em entender como o materialismo histórico era apreendido por esses jovens militares - o adjetivo, jovem, deve ser compreendido em toda a sua complexidade; como indivíduos que estão mais suscetíveis a novas doutrinas. Como ressaltou Pedro Viegas "... todos eram muito jovens, momento da vida em que a impetuosidade é difícil de ser administrada pelo indivíduo."[154]

Encontrei nos relatos de alguns marujos a questão da religião como algo a ser considerado nessa nova formação ideológica, pois o marxismo, salvo raras exceções, não era/é aceito nas comunidades cristãs. Por exemplo, no relato do marinheiro Nilton Matos Pereira, deparei-me com o seguinte testemunho:

> Em meio a tudo isso, num ambiente pesado, pecaminoso, também faziam parte da tripulação marinheiros crentes, de fé cristã, das diversas igrejas protestantes. Durante os momentos de folgas, em alto mar, durante as noites, esses marinheiros faziam cultos e convidavam a tripulação para orar, tentando, em vão, convertê-los, lendo a Bíblia, comentado-a, cantando hinos em louvor a Deus, sendo seguidos pelos marinheiros presentes, simplesmente para prestigiá-los. Rezavam durante toda a viagem, nos locais de trabalho ou refugiados na torres de canhões. Em terra dirigiam-se para as igrejas e jamais freqüentavam os lugares de prostituição.[155]

---

150 DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros.* Rio de Janeiro: Inverta 2005, p. 55.
151 Diário de Notícias, 31 de Março de 1964, p. 14 – Primeira Seção.
152 Ibid., 27 de março de 1964, p. 3 – Primeira Seção.
153 CAPITANI, op. cit., p. 53.
154 VIEGAS, Pedro. *Trajetória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004, p 48.
155 PEREIRA, op. cit., p. 36.

Vale a pena também ressaltar que no periódico mensal da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, *A Tribuna do Mar*, que chegou a ter uma tiragem de 10 mil exemplares no início de 1694[156], o historiador Flávio Rodrigues destacou várias colunas permanentes ou quase. Dentre essas variadas colunas, existia uma chamada Coluna Evangélica.[157]

Como a teoria marxista era apreendida por esses jovens militares? O "mostro" do marxismo realmente devorava criancinhas indefesas? Acredito que algumas questões devem ser colocadas para entender o assunto. A primeira deve ser: qual era a origem desses homens, ou melhor, qual era a formação ideológica desses indivíduos? Antônio Duarte, em meio a sua visão antropológica, refez essa pergunta: "Quem éramos antes de entrar na Marinha? Éramos filhos do povo brasileiro, originários do sertão, das caatingas, do mandacaru [...] muitos de nós, ali no barco, haviam de lembrar-se das noites cálidas do Nordeste."[158]

A antropóloga Luitgarde que optou por uma leitura gramsciana do fenômeno religioso do Padre Cícero, no Nordeste, inicia sua obra com as seguintes palavras:

> Toda a primeira parte de nossa vida tendo transcorrido no Nordeste, nos interessou e impressionou sempre a constância com que suas populações recorrem às citações, aos ritos, às festas, às orações, enfim, como a vida social do sertanejo se norteia dentro da tradição do catolicismo. A importância dos sacerdotes nas pequenas e grandes comunidades do Nordeste, o comportamento reverente das diferentes camadas sociais frente aos religiosos, o papel da Igreja nas relações de dominação [...][159]

A autora entende a "religião como forma específica de ideologia"[160], algo que deve ser considerado na formação ideológica dos marinheiros, pois com já citado, tanto pelos relatos dos marinheiros, como em documento despachado pelo ex-ministro da Marinha Ernesto de Mello Bastista[161], a maioria dos marinheiros proviam do Norte e Nordeste do país, e se nem todos eram sertanejos, na imensa maioria eram camponeses. Mas não eram "folhas em branco", traziam consigo suas ideologias. Poderia até desenvolver uma discussão sobre a secularização do mundo, mas em pleno século XXI, ainda encontramos indivíduos que, indagados sobre a ciência como forma de conhecimento baseada na razão em detrimento a

---

156 Ver RODRIGUES, op. cit., p. 69. Ver também CAPITANI, op. cit., pp. 39-40. O ex-diretor dá um número mais generoso, 15 mil exemplares.
157 RODRIGUES, Idem.
158 DUARTE, op. cit., pp. 159-160.
159 BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Juazeiro do Padre Cícero: A terra da mãe de Deus. 2 ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.
160 Ibid., p. 41.
161 Apud RODRIGUES, op. cit.

religião, que se baliza na fé, é comum deparamos com indivíduos falando que, entre a ciência e a fé, preferem acreditar na fé, apesar de estarem sendo beneficiados pela ciência.

A análise deve remeter a fé que cada indivíduo professava e qual era o grau de comprometimento desses indivíduos com suas respectivas instituições religiosas, pois, mais uma vez devemos lembrar a frase do criador do materialismo histórico: "a religião é o ópio do povo".[162] O termo "cristão" aparece no próprio estatuto da Associação dos Marujos:

> Art. 1º - A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, inspirada e fundamentada em princípios democráticos e **cristãos**, é entidade de representação social de Marinheiros e Fuzileiros Navais e de coordenação social, desportiva e cultural de seus associados.[163]

O termo "cristão" pode aparecer somente como retórica jurídica, mas estamos falando do maior país católico apostólico romano do mundo e no discurso inflamado do ainda presidente da república João Goulart, no Automóvel Clube, no dia que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, o presidente disse sobre seus opositores: "[...] terem o cinismo em falar em nome dos sentimentos católicos do povo passaram a acusar de anticatólicos não apenas ao presidente da República, mas ao próprio arcebispo de Olinda e Recife ! [Dom Hélder Câmara]."[164] Alias, alguns jornais destacavam: "A sublevação, eclodindo em pleno período pascal, quando mais se exterioriza o espírito cristão de nosso povo..."[165] Quando o professor Daniel Aarão Reis Filho analisou como as forças políticas se organizavam na década de 1960, apreendeu que as várias correntes de oposição às reformas temiam que:

> [...] viria um tempo de desordem de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive os religiosos. A idéia de que **a civilização ocidental e cristã** estava ameaçada no Brasil pelo espectro do **comunismo ateu** invadiu o processo político, assombrando as consciências."[166]

---

162 "A angústia religiosa é, ao mesmo tempo, a *expressão* da verdadeira angústia e um *protesto* contra a verdadeira angústia. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo". Marx, Karl, "Towards the Critique of Hegel´s Philosophy oh Right" (1844), in Louis S. Feuer, org. Marx and Engels, basic Writings on Politics and Philosophy, Londres: Fontana, 1969, p. 304. Cf. LÖWY, Michael. *A guerra dos Deuses, Religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 13

163 Estatuto da Associação, op. cit. [Grifo meu]

164 Tribuna da Imprensa, 31 de março de 1964, 2º Caderno.

165 Ibid., 28-29 de março de 1964, 1º página.

166 REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 27. [Grifos meus]

Depois da vitória das forças golpista, o militares começaram a falar em nome da revolução e algo que deveria ser passageiro como previam a elites políticas civis, passou a ter caráter permanente. Poucos dias depois de consumado o golpe, 9 de abril, os militares instauraram um regime de exceção no país, a partir de um Ato Institucional. Observou o professor Daniel Aarão Reis Filho: "O problema é que o processo todo fora consumado não em nome de uma revolução, mas no dos valores da civilização **cristã e da democracia**."[167] A guisa de informação, tais palavras também estavam presentes no 1º Art. da Associação dos marinheiros e fuzileiros, com já citado, "inspirada e fundamentada em princípios democráticos e cristãos". No jornal *Tribuna da Imprensa* de 26-27 de março de 1964, encontramos na integra o manifesto dos marinheiros que foram presos no cárcere da ilha das Cobras por ordem do ainda ministro Sílvio Mota, as véspera do aniversário da entidade. Em certa altura do manifesto nos lemos as seguintes palavras: "Aqui vai a nossa palavra de ordem a todos os irmãos brasileiros: luta por um Brasil livre, emancipado e realmente democrático."[168]

Edgar Carone cita Pedro Sabarábussú, que tenta dar conta do que é ser um comunista em 1923. Além dos quesitos que estamos acostumados (convívio com os trabalhadores, estudo integral da doutrina marxista, principalmente as marxianas, as de Engels e Lênin, interpretação marxista de todos os acontecimentos mundiais etc.), aparece o "não ter sentimentos cristãos".[169] O contradição é visível, pois seguindo a análise de Flávio Rodrigues, talvez o primeiro historiador a dedicar um trabalho (sua dissertação de mestrado) somente a AMFNB, os marujos diziam que a Associação era "comandada por seu primeiro presidente, 'DEUS'"[170]

Pedro Viegas ao relatar sua experiência no cárcere, pós-exclusão da Marinha, faz uma referência aos protestantes, popularmente chamados de "crentes" (que nos dias atuais preferem se chamados de evangélicos). Apesar da fala do autor ser carregada de certo preconceito, serve para delimitar a fronteira que procuramos observar entre os indivíduos religiosos e não religiosos:

> De fora, só ficaria a dos crentes [protestantes], porque nesta, como uma espécie de coletivo à parte, um verdadeiro santuário, ninguém tocava. Contra seu pessoal não

---

[167] Ibid., p. 36. [Grifos meus]
[168] Tribuna da Imprensa, 26-27 de março, p. 8.
[169] PEDRO, Sabarábussú. "*Para ser comunista*". Citado em CARONE, Edgard. *O P.C.B.*, vol. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 251.
[170] RODRIGUES, op. cit., p. 68.

> existia suspeitas dos policiais e havia até uma certa reverência. Era recomendação da direção carcerária que os deixassem em paz. Esses presos figuravam como exemplos de comportamento, embora muitos deles não tivessem ouvido súplicas de misericórdia das vítimas em sua prática de crimes, em muitos casos bárbaros, quando em liberdade. Basta dizer que entre eles havia latrocidas e estupradores à espera de julgamento, agora arrependidos, como afirmavam.[171]

Outro relato, posterior ao fechamento da associação é do ex-diretor da entidade, Antônio Duarte:

> Pessoalmente, não gostava da AP [Ação Popular, grupamento que reunia principalmente a esquerda católica – GMJ]. Achava uma gente muito oportunista, de um anticomunismo estudado, fazendo críticas ao Partido Comunista pelas posições stalinistas.
> No entanto, os que estavam em contato conosco pareciam pessoas autênticas, e a crítica que faziam ao Partido Comunista arrastava um certo número de estudantes bem intencionados para suas hostes. Com o Quaresma estava organizado Hermam Lauber, do grupo cristão da época da Associação. **Eles não gostavam muito dos "comunistas"**, pois alguns até achavam que eu era do Partido e nos culpavam pelo "desastre da Associação". No projeto deles estava a reorganização da Associação, tentando recuperá-la depois do fechamento decretado pelo governo.[172]

Não podemos deixar de ressaltar que outras religiões também faziam parte do cotidiano e/ou navegavam no imaginário desses marujos, apesar de reconhecermos que a maioria pertencia a Igreja Católica, o que acarretava preconceito a outras manifestações religiosas, ou mesmo aos protestantes. Antônio Duarte relata:

> No Engenho de Dentro, onde morei por uns tempos, era comum ouvir o som do tambor e atabaques nos lados do morro da Congonha. O que não entendíamos, em nossa visão católica, eram aquelas oferenda de cigarros, pão, vinho ou até mesmo algumas moedas, representavam a manifestação de uma religião muito forte no Brasil [...]. A nossa ignorância aliada ao espírito de bravatas nos impediam de ver com olhos tolerantes todos aqueles rituais [...].[173]

Outra questão a se considerar é a própria ideologia militar em que esses jovens marujos eram educados sobre a filosofia da práxis nas Escolas de Aprendiz de Marinheiro, nas Escolas de Formação de Reservistas Navais, onde poderiam se engajar depois do serviço obrigatório e geralmente sendo direcionados para Serviço Geral de Taifa (cozinheiros, barbeiros, padeiros e garçons), nos centros de recrutamento dos soldados fuzileiros e depois na suas respectivas guarnições.

---

[171] VIEGAS, op. cit., p. 65.
[172] DUARTE, op. cit., p. 79. [Grifos meus]
[173] Ibid., pp. 195-196.

Outra discussão que devemos levantar é sobre o número de comunistas pertencentes aos quadros da entidade marinheira e daqueles que tinham real influência sobre a mesma; e como o próprio conceito de esquerda, tão difundido pelos militares, políticos e a mídia da época, pode ser apreendido. Conforme Antônio Duarte:

> Os militantes do Partido [comunista] na Marinha eram poucos. Muitos estanques [impenetráveis - GMJ] foram aparecer entre nós através de quatro pessoas, José Athaíde, José Raimundo, João Ataliba e Humberto, todos marinheiros. [...] Eles se constituíam numa grande referência para nós. [...] Eles defendiam a linha do Partido numa pregação de "Democracia, Paz e Socialismo"[174].

Alguns políticos de esquerda, como o deputado comunista Hércules Corrêa e o cunhado do presidente da República, o deputado Leonel Brizola, segundo Karla Carloni "tinham grande influência na AMFNB", e declararam solidariedade ao movimento revoltoso. Brizola tinha boa influência sobre os militares subalternos, concomitantemente sobre a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros. Era tido por alguns como um legítimo representante da esquerda, porém não pertencia aos quadros do Partido Comunista Brasileiro. Então, o conceito de esquerda precisa ser elucidado, pois pode variar desde centro-esquerda, esquerda radical até esquerda revolucionária. Uma proposição que nos parece hegemônica é a interpretação para o conceito pela historiadora Karla Guilherme Carloni, que em seu artigo *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*[175], define o conceito de esquerda militar como: "serão considerados não somente aqueles que pertenceram aos quadros do PCB ou simpatizavam com sua doutrina, mas todos os que lutavam de alguma forma pela redução da desigualdade social."[176]

Na analise de um dos ex-diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, Antônio Duarte:

> A maioria dos marinheiros condenados no processo de subversão não tinha simpatias ideológicas ou político-partidárias. E muito menos preferências ideológicas. Os mais esclarecidos, os que foram classificados como cabeças do "motim", não mantinham nenhuma ligação orgânica com qualquer partido. O comunismo que foram acusados não passava da consciência de suas próprias situações [...].[177]

---

[174] Ibid., pp. 62-63.
[175] CARLONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
[176] Ibid., p. 282.
[177] DUARTE, op. cit., pp. 278-279.

Para Duarte, tudo não passa de paranóia militar, em que, qualquer manifestação política era de cunho marxista.[178] O marinheiro pontua que não pertencia aos quadros do Partidão, apesar de que respeitava muitos dos conhecidos líderes comunistas, que estiveram em contato com a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros.[179]

Mais uma vez marchando com o Exército

Outra obra do antropólogo Celso Castro[180], também referência para nova história militar, pois foi à primeira pesquisa antropológica de campo realizada numa instituição militar brasileira (a pesquisa somou um total de 36 dias intercalados, entre agosto de 1987 e março de 1988), foi sua investigação desenvolvida na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), organização militar que tem como incumbência a formação dos oficiais do Exército Brasileiro. Com o título *O espírito militar*, a obra é fundamental para entendermos a formação intelectual (ideológica) dos oficiais da Força terrestre.

Castro inicia sua discussão a propósito de liderança na instituição militar. Recorre a Simmel em sua análise sobre ascendência por meio de "autoridade" e a ascendência por meio de "prestigio", que coincide com a distinção feita pelos cadetes entre "chefes" e "líderes"[181]. A ascendência por meio de "prestígio" está relacionada diretamente à personalidade do líder, segundo Simmel. Castro, analisando como os cadetes identificam esses tipos de oficias; compreende que a obediência não é irracional e que os superiores têm que aceitar o limite de sua autoridade, pois serão avaliados por seus subordinados como "bons" ou "maus oficiais"[182]. O "bom oficial" deve saber "o que pode [e o que] não pode ordenar, bem como a maneira correta de fazê-lo. Esta 'humanidade' para com os subordinados, no entanto, não deve ser confundida como a valorização de uma espécie de 'intimidade' entre superior e subordinado."[183]

Como observou Anderson Almeida, ao se referir as tentativas dos marinheiros da Associação de conseguir audiência como o ministro da Marinha, Sílvio Mota, que não demonstrou interesse em dialogar com os subalternos:

---

178 Ibid., p. 283.
179 Ibid., p. 299.
180 CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2º ed. revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
181 Ibid., p. 27.
182 Ibid., 28.
183 Ibid., p. 29.

> [...] não seria fácil para o almirante ter que se reunir com aqueles "agitadores". Como se reunir com quem vivia sujo de óleo das cozinhas, máquinas e motores das *belonaves*. A hierarquia militar, baseada em canais estreitos de comunicação e de mando, impossibilitava-o ter uma relação mais amistosa com seus subordinados. Claro que essas barreiras não eram intransponíveis – mas a decisão de superá-las era algo muito particular.[184]

Castro ainda nos adverte que a "humanidade" por parte dos superiores considerados "bons", não deve ser confundida com certa "intimidade" para com o subordinado.[185] Quando Anderson Almeida cita "canais estreitos de comunicação", refere-se a todas as etapas que um subordinado tem que vencer até chegar a seu oficial superior. No caso se for um marinheiro tem que se dirigir ao seu sargento, que deverá comunicar ao encarregado da divisão (geralmente um oficial subalterno ou intermediário) que por sua vez se reportará ao chefe do departamento (um oficial superior), que comunicará o imediato (segundo no comando), que pedirá audiência para o subordinado ao comandante. Quando o marinheiro consegue falar com seu comandante deve ser perfilar, prestar continência, apresentar-se no moldes militares e pedir "permissão para falar" e o oficial-comandante responderá "permissão concedida". Na prática, algumas etapas são saltadas.

Devemos também notar que as distinções hierárquicas são geralmente levadas para a vida fora das organizações militares. O relacionamento entre praças e oficiais é quase inexistente, dada não somente a questão hierárquica como também a questão sócio-econômica. Antônio Duarte afirma que o "elitismo dos oficiais tinha suas raízes na formação da Escola Naval que desde cedo estabelecia as linhas de demarcação da estrutura social militar, dentro e fora da caserna."[186] O ex-diretor da Associação chega a ensaiar uma interpretação marxista de classes sociais para comentar os fatos por ele vividos:

> O corte que faço, separando a vida militar dos soldados da vida dos oficiais, tem razões objetivas. A hierarquia militar no Brasil separa as pessoas em classes sociais ao invés de em funções dentro das Forças Armadas. [...] colocando os distintos escalões de subalternos e superiores muitas vezes em posições antagônicas. Isto não quer dizer que essa barreira seja intransponível.[187]

Na prática, raramente oficiais se relacionam com subalternos - postura que discutiremos no próximo capítulo. Talvez, só estejam seguindo conscientemente ou não os conselhos do "maquiavélico" pensador florentino: "é melhor ser temido que amado".

---

184 ALMEIDA, op. cit., p. 56.
185 CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Op. cit., p. 29.
186 DUARTE, op. cit., p. 91.
187 Ibid., p. 35

CAPÍTULO III

O movimento dos marinheiros

> O embarque de marinheiros na cena política é parte desse contexto de aspirações e disputas políticas. Longe de serem ingênuos ou inocentes, eles vislumbravam naquele processo possibilidades de reformas na Marinha e com isso terem uma carreira de que pudessem se orgulhar verdadeiramente. Essa possibilidade de ganhos não pode ser descartada. E é nesse ponto, relacionado a exigências específicas, que os conflitos aconteceram.[188]
>
> Anderson da Silva Almeida

Os oficiais, sargentos e taifeiros da Marinha de Guerra do Brasil já possuíam suas respectivas associações.[189] A partir desse fato, talvez a primeira pergunta a ser feita a nosso objeto de estudo seja a mais obvia possível: o que impediria os marinheiros, soldados fuzileiros e cabos da Marinha brasileira de criar sua própria entidade representativa? Em um documento do ministro da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA), datado em 30 de agosto de 1963, encontramos em discussão se era lícito ou não a fundação da entidade dos marinheiros e soldados fuzileiros. O parecer do documento era contrário à criação e ao funcionamento da entidade representativa dos militares em questão. Os responsáveis pela produção do documento ponderavam que a criação e o funcionamento da entidade esbarrava no Artigo 131 da Constituição que dizia "não podem alistar-se eleitores as praças de Pré", apesar do artigo 141, inciso 12, reconhecer a liberdade de associação. No parecer do documento: "OS MILITARES QUE NÃO VOTAM NÃO PODEM ASSOCIAR-SE PARA FINS POLÍTICOS".[190] O que o documento não esclarece é o reconhecimento das autoridades navais de outras entidades de subalternos, visto que os taifeiros e sargentos tinham sua associação.

---

[188] ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião à Anistia. (Dissertação) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010, p 52.

[189] Clube Naval; Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha e Clube Beneficente dos Sargentos da
Marinha; e Associação dos Taifeiros da Armada, respectivamente. Ver ALMEIDA, ibid., p. 34.

[190] Ofício do Ministro da Marinha dirigido ao Chefe do Estado Maior da Armada, 30 d agosto de 1963. Apud RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p. 175-178. [Grifos do original]

Para Avelino Capitani, o desejo dos marinheiros em fundar uma associação para o círculo de menor hierarquia da Marinha já navegava nos corações dos marujos pelo menos uma década antes da fundação da AMFNB, quando um grupo de marinheiros, liderados pelo cabo Antônio Vieira, filiou-se ao Clube Humaitá com o propósito de transformá-lo em uma associação de marinheiros. Para Capitani, "há muito tempo os marinheiros vinham tentando fundar uma associação para a defesa de seus interesses e reivindicações mínimas"[191]. Avelino Capitani acrescenta que o momento político - referindo-se ao breve regime parlamentarista que viveu o Brasil na década de 1960 - foi propício para que um grupo de marinheiros inconformados com suas condições de vida fundasse a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB.[192]

É importante destacar que em seus relatos os marinheiros sempre tentam ligar o movimento contestatório de 1964 e o de 1910. Ao descrever a necessidade de fundar uma associação de "classe" (às vezes, uso o termo por falta de um conceito mais adequado. O termo além de aparecer no Estatuto da Associação, é muito comum nos jornais da época) na década de 1960, diz Avelino Capitani: "Pela segunda vez, em 50 anos, os marinheiros organizavam-se fora do controle do Estado Maior da Armada."[193] Nilton Pereira envereda pelo mesmo caminho: "Cinqüenta anos haviam passado para isso fosse feito [a fundação da associação dos marujos]"[194] Antônio Duarte também não deixa o movimento dos marinheiros de 1910 passar despercebido: "Foi sob a égide da revolta que os marinheiros, fundadores da Associação, se reuniram [...] com um espírito de rebeldia semelhante, pelo seu poder explosivo, ao da 'Revolta da Chibata', de 1910."[195]

As reivindicações dos marujos tinham implicação dentro e fora das organizações militares. Avelino Capitani descreve que as reivindicações iam desde: "fim do humilhante 'Livro de Castigo', direito de se casar, uso de trajes civis fora da repartição, revisão dos planos de carreira, melhores condições de vida nas casernas e uma relação mais humana e fraterna com a oficialidade [...] também, votar."[196] O marinheiro Nilton Pereira comenta que "passamos a reivindicar coisas simples"[197].

---

191 CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 22.
192 Ibid., p. 29.
193 Idem, ibid.
194 PEREIRA, Nilton Matos. *Marujos Rebeldes*. Santa Catarina: Nova Geração, 2005, p. 72.
195 DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros.* Rio de Janeiro: Inverta 2005, p. 40.
196 CAPITANI, ibid., p. 25.
197 PEREIRA, ibid., p. 62.

Segundo um jornalista da época que escrevia no jornal *Tribuna da Imprensa*, Hélio Fernandes "suas reivindicações pessoais eram as mais humanas e não tinham nada de subversivas"[198]. Nos dias atuais, quase todas as reivindicações dos marinheiros de 64 foram atendidas, mas ainda é comum, em visita a um rancho de cabos e marinheiros, ouvir-se queixas da comida. Mas, pensar que o reconhecimento das reivindicações da marujada via dialogo era só uma questão de tempo é no mínimo precipitado. Em sua fala no Clube Militar, o presidente do Clube Naval, capitão-de-mar-e-guerra João Marcos Dias disse: "A indisciplina dos marinheiros foi feita em nome de algumas reivindicações absurdas e de outras discutíveis [...]"[199]

A guisa de informação, a querela a respeito da comida das praças é questão antiga nas instituições militares. Na Revolta da Chibata ela já fazia parte da pauta dos amotinados: "Queriam, sim, a abolição da chibata e melhor comida."[200] Se os quartéis trazem consigo a fama da péssima comida, não devemos atribuir tal reputação ao cardápio, que em algumas OMs chegava a ser igual para toda a tripulação. O problema está na forma como a comida era/é confeccionada. Como anotou Avelino Capitani, há "três cozinhas diferentes: [a] dos oficiais, [a] dos sargentos e [a] dos marinheiros... o que sobrar."[201] Antônio Duarte descreve o assunto da seguinte forma: "Era uma situação de constrangimento. Acima [rancho dos oficiais], a boa comida preparada pelos mesmo cozinheiro. Embaixo [rancho das praças], uma carne podre afogada na cenouras e batatas."[202]

Como observou o historiador Anderson de Almeida, no ano de 1963 pelo menos duas greves de fome ocorreram na Marinha. Uma no centro de instrução Almirante Wandekolk (CIAW) e outro no Cruzador Barroso.[203]

Na *Tribuna da Imprensa*, aparecem algumas reivindicações dos marinheiros, a última delas, segundo o referido jornal, a de "anulação da 'discriminação do estômago, com alimentação igual de almirante a grumete, a exemplo da Marinha Mercante.'"[204] Apesar do jornal ser francamente a favor das autoridades navais, nos traz uma informação nova: existia uma Marinha em que os marinheiros eram tão bem servidos quantos seus oficiais.

---

198 Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, p. 3.
199 Ibid., p.7.
200 MOREL, Edmar. *A Revolta da chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 73.
201 CAPITANI, op. cit., p. 23.
202 DUARTE, op. cit., p. 169.
203 ALMEIDA, op. cit., p. 38.
204 Tribuna da Imprensa, 25 de março de 1964, p. 5.

Os marinheiros consideravam o chamado Livro de Castigo uma prorrogação – agora moral - da chibata. Segundo Avelino Capitani "trocando um castigo físico por outro moral"[205], - e mais uma vez, podemos perceber o marinheiro tentando erguer uma ponte com 1910. O Livro-Registro de Contravenções foi instituído para que os oficiais pudessem lançar as faltas disciplinares cometidas por seus subordinados[206], a partir da legislação em vigor no Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM).[207] Em conseqüência, os contraventores eram encaminhados para audiência com seus oficiais comandantes, para serem julgados. Os militares punidos por seus comandantes eram chamados de "preso de comando" para diferenciar dos presos pela Justiça Militar, pois as punições não ultrapassavam 10 dias de prisão rigorosa[208]. O militar que fosse punido durante um ano com 30 dias de prisão rigorosa, isto é, fosse punido várias vez no mesmo ano, deveria ser excluído do serviço ativo da Marinha, pois perderia 90 pontos na sua Caderneta de Registro (CR)[209]. Como narrou um periódico da época: "O cabo José Anselmo, presidente da Associação, vai ser excluído dos quadros da Marinha, por já ter cumprido, este ano mais de 30 dias de prisão rigorosa."[210] [211] Avelino Capitani descreve tal situação da seguinte forma:

> Tudo dependia do humor ou da ideologia dos oficiais e, se o marinheiro procurasse ponderar alguma coisa, era colocado no "Livro de Castigo". No dia seguinte, deveria se apresentar ao comandante, que poderia lhe aplicar um castigo de 10 diais de prisão, "baileu" na gíria do marinheiro. Trinta dias de castigo em um ano e o marinheiro era expulso![212]

---

[205] CAPITANI, ibid., p. 22.
[206] Ver DUARTE, op. cit., p. 112.
[207]DECRETO Nº 38.010, DE 5 DE OUTUBRO DE 1955. *Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha.* Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=169438
[208] DECRETO Nº 38.010, Ibid., Art. 13.
[209] Toda a vida profissional e punições dos militares eram registradas na CR. Os militares também possuíam uma Caderneta de Saúde. Ver DUARTE, Antônio. Op. cit., p. 205. Ver também DECRETO Nº 44.061, de 23 de julho 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, Art. 77. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987
[210] O Globo, 25 de março de 1964, p. 4. Ver também DUARTE, ibid., p. 54.
[211] Nota explicativa: Anselmo estava enquadrado no artigo 28 do RDM, que dizia "sempre que a praça, de graduação inferior a suboficial, houver sido punida, no espaço de um ano, com trinta dias de prisão rigorosa ou quando for julgado merecê-la, por má conduta habitual ou inaptidão profissional, por um Conselho de Disciplina." Ver DECRETO Nº 38.010, de 5 de outubro de 1955 e o DECRETO Nº 44.061, de 23 de julho de 1958, op. cit., Art. 71.
[212] CAPITANI, op. cit., pp. 22-23.

O Regulamento Disciplinar se constituía em um capítulo a parte na vida militar, pois além de serem enquadrados nos crimes militares, regidos pelo Código Penal Militar[213] (CPM), eram obrigados a cumprir o "desconhecido e temido" RDM, em que constavam as disposições da conduta militar. Na visão de Antônio Duarte: "O regulamento militar era, e ainda hoje é, letra morta. Poucos marinheiros sabiam o que ali estava escrito."[214] No Art. 6º do RDM encontramos a seguinte resolução: "Contravenção disciplinar é toda ação ou omissão contrária ao dever militar, estatuído nas leis e regulamentos em vigor, que não incidir no previsto pelo Código Penal Militar.", ou seja, apesar de algumas posturas não estarem tipificava no Código Penal Militar, poderiam ser consideradas contravenção militar. Os mais novos pouco conheciam a letra da lei e geralmente eram apresentados à mesma quando estavam efetivamente sendo lançados no "Livro de Castigo". O historiador Flávio Rodrigues chegou à conclusão de que isso ocorria "de acordo com um dispositivo regulamentar que, alias, nunca lhes era mostrado"[215]. Geralmente eram convocados pela boca-de-ferro[216], outro elemento constrangedor a bordo, pois os militares faltosos eram chamados a comparecer mediante o oficial, "em acelerado", o que era prontamente interpretado pela guarnição como algo de censurável cometido pelo militar que estava sendo gritado no boca-de-ferro. A partir do momento que suas faltas eram lançadas por algum oficial no livro de contravenções, os militares só pensavam numa forma de se safar. Narra Antônio Duarte, o "marinheiro só pensava em salvar sua própria pele"[217], pois o comandante, agora na função de juiz, iria impetrar sua decisão, a partir da punições previstas no RDM. Devemos ressaltar que existiam contravenções por demais subjetivos e às vezes até curiosas: "censurar ato do superior" e "responder de maneira desatenciosa ao superior", "deixar, quando estiver sentando, de oferecer seu lugar ao superior [...]", "porta-se sem compostura em lugar público", "simular doença para se esquivar a qualquer dever militar", dentre outras. Devemos nos perguntar, qual era a capacidade desses comandantes em julgar todas as 72 contravenções previstas no Regulamento Disciplinar para a Marinha? Qual era a competência dos comandantes em saber se o militar estava simulando uma doença? Pois, mesmo quando um marinheiro estava com atestado médico, alias um médico militar, deveria apresenta-se ao seu comandante para que ele, exclusivamente ele, pudesse dispensar o militar para que o mesmo pudesse restabelecer

---

[213] Código Penal Militar; Decretos 44061/1958.
[214] DUARTE, ibid., p. 267.
[215] RODRIGUES, op. cit., p. 60.
[216] Sistema de alto-falantes a bordo, geralmente montado com cornetas, emitindo um som muito estridente.
[217] Duarte, op. cit., p.116.

sua saúde em casa. Além dos mais, dependendo da punição, ali mesmos estaria encerrada a carreira do militar, pois não poderia ultrapassar aos 90 pontos anuais.

O direito a se casar e votar talvez fossem as reivindicações contra o que mais feriam o que podemos chamar de direitos civis dos militares. Segundo Antônio Duarte as reivindicações dos marinheiros estavam associadas: "aos baixos salários e aos direitos civis sonegados. [...] Juntaram-se a estas também outras reivindicações, até então inexistente, o direito de ser votado, como o direito de cidadania para os soldados e cabos."[218] O direito de votar era vetado aos círculos de menor hierarquia das Forças Armadas, principio elementar das sociedades ditas democráticas. Com já citado, os círculos dos mais graduados na hierarquia militar (de sargento em diante) poderiam votar e ser votados pelo menos até setembro de 1963, quando o direito de ser votado também foi negado aos sargentos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Foi nessa data que o STF julgou a posse do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, e o sargento acabou tendo seu impedimento confirmado, sendo que a partir dali todos os graduados foram considerados definitivamente inelegíveis. A decisão desfavorável do STF foi o estopim para a já mencionada Revolta dos Sargentos, que se insurgiram e tomaram a capital Federal pelas armas.

Se pensarmos na estrutura militar com uma pirâmide, perceberemos que o maior contingente das Forças Armadas está distribuído na base, isto é, os soldados, marinheiros e cabos constituem o maior efetivo das instituições militares[219]. Na questão do casamento, ao lado de uma análise social e econômica, cabe também, com destaque, o problema moral. Na década de 1960, um indivíduo que não fosse casado, era amasiado, o que significava não ser visto com bons olhos pela sociedade e se esse elemento fosse religioso, sua própria moral estava em jogo; e ainda mais, se fosse evangélico, aí então não seria nem aceito com membro desta Igreja. Economicamente, estamos falando de milhares de famílias que na falta do militar ficariam em situação difícil. Nem a esposa e nem os filhos tinham amparo legal e assistência médica-hospitalar (é preciso lembrar, a união estável não tinha valor legal, tendo seu reconhecimento somente com o novo Código Civil Brasileiro, de 2002). Só os círculos de maior graduação, a partir de 3º sargento poderiam contrair matrimônio. Para marinheiros de

---

[218] Ibid., p.38.

[219] Segundo o DECRETO Nº 44.061, de 23 de julho de 1958, em que foi aprovado o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, no Art. 10, o efetivo das diversas graduações em cada quadro, nos Serviços Gerais de Convés e de Máquinas, deverá atender às seguintes percentagens: suboficiais 7%; primeiros-sargentos 8%; segundos-sargentos 12%; terceiros-sargentos 13%; cabos 25%; primeiras-classes 35%, essa soma só é feita em cima do pessoal especializado, ficando de fora os marinheiros de 1º e 2º não especializados. Os taifeiros também eram contabilizados a parte.

1º classe e cabos era quase impossível conseguir casar-se, pois só os que somassem mais de dez anos de serviço, e no mínimo três anos na classe ou graduação na hierarquia militar, poderiam pleitear tal benefício.[220] Além dos obstáculos quase intransponíveis, também era contravenção disciplinar "casar sem licença da autoridade competente", ou seja, mesmo que os militares somassem mais de 10 anos de serviço e os três anos na mesma graduação ou classe, deveriam pedir permissão ao seu "pai-juiz-comandante" para se casar.[221]

Podemos supor que o impedimento dos militares de menor graduação para se casar era uma maneira da União poupar dinheiro para os cofres públicos, uma vez que evitava pensões e assistência médica para as famílias dos militares.

Sobre o uso de trajes civis fora da repartição, a princípio podemos destacar que era opção da Marinha de Guerra do Brasil que os cabos, marinheiros e soldados saíssem de bordo sempre fardados, pois estariam representando a instituição no "chão". Mas também percebemos que tal papel de "garotos-propaganda" servia como mecanismo de coesão de oficias[222] "viva a Marinha" para impedir os militares de gozar seu descanso no final da jornada de trabalho. Avelino Capitani destaca que: "Dependendo do oficial do dia, simplesmente não deixava sair, alegando qualquer problema no uniforme."[223] Tal situação dificultava que os marinheiros freqüentassem cursos regulares, tais como o antigo 2º Grau ou mesmo as instituições superiores - pelo menos os que serviam em OMs[224] de "chão".

Pedro Viegas levantou que os marinheiros que serviam em terra tinham maior possibilidade em estudar, o que ocasionava atrito com os militares embarcados que não gozavam a mesma oportunidade.[225] O historiador Flávio Rodrigues também se lembrou de que os "marinheiros lotados em unidades de terra [...] levavam vantagem, pois tinham oportunidade de freqüentar cursos preparatórios que lhes garantiam melhores classificações [nas provas de promoção]."[226] Observa o historiador:

> Estudar não era proibido formalmente [...]. Mas os oficiais, em sua maioria, sempre colocavam toda sorte de obstáculos no caminho do marujo que buscava ir além dos limites do saber adquirido na caserna. Tudo que o marujo precisasse saber deveria

---

220 DECRETO-LEI 9.698, 02 DE SETEMBRO DE 1946. Estatuto dos Militares. Título III; Capítulo I; Artigos 102 e 105. Disponível em: http://www.jfrj.gov.br/selegis/militar/pdf/Decretos-Lei/DecLei9698.pdf

221 DECRETO Nº 38.010, de 5 de outubro de 1955. Op. cit. Art. 7, alínea 52.

222 Nota do autor: o marinheiro Antônio Duarte foi punido com dez dias de prisão rigorosa por ter se apresentado em público em trajes civis. Ver DUARTE, op. cit., p. 51.

223 CAPITANI, op. cit., p. 25.

224 Organização Militar.

225 VIEGAS, Pedro. *Trajetória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 43.

226 RODRIGUES, op. cit., p.59.

> ser-lhe ensinado pela própria Marinha; conhecimentos obtidos fora daí eram não apenas supérfluos, mas potencialmente perigosos.[227]

Essa situação obrigava muitos marinheiros a alugarem um armário no prédio que ficava em frente do Ministério da Marinha. Era uma forma dos militares se livrarem do desprestígio que a farda lhes proporcionava e, também momentos de liberdade, de exorcizar olhares de superiores que só pensavam em punir qualquer subalterno que estivesse em desalinho.[228]

Avelino Capitani chega a declarar que: "A maioria dos oficiais era contaria a que os marinheiros estudassem."[229] E Antônio Duarte declara: "A bordo, os intelectuais são os tenentes."[230] Celso Castro quando estudou os cadetes do Exército apreendeu que:

> Um oficial explica aos cadetes por que "aqui dentro" não deve haver cola: "Aqui não pode virar paisanaria." Uma frase no quadro de avisos do Curso Básico afirma que "Cadetes! Você é o melhor. Faça da Academia a melhor." A meu ver, todos esses ensinamentos são fundamentais para a construção do espírito militar. A notícia que eles transmitem é clara: os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores.[231]

Para Antônio Duarte: "O elitismo dos oficiais tinha suas raízes na formação da Escola Naval que desde cedo estabelecia as linhas demarcatórias da estrutura social militar, dentro e fora da caserna."[232]

Não podemos deixar de destacar que outro empecilho para que os marinheiros estudassem era a escala de serviço dos militares. Na Marinha de Guerra, além dos cabos, marinheiros e soldados fuzileiros cumprirem expediente de segunda à sexta-feira, concorrem à escala de serviço. O serviço, na maioria das unidades era "2 por 1", isto é, um dia de serviço e os dois seguintes de folga do serviço noturno, cumprindo o expediente do dia normalmente. Para os marujos que estudavam em cursos regulares, isto significava entre um ou dois dias de falta por semana, numa média entre seis a oito faltas por mês, escala que continua a vigorar nos dias atuais.

Hoje, os marinheiros que estão inseridos na classe C, tão aclamada pelo governo federal, quando servindo no "chão", que tem escala mais folgada, procuram os mais diversos

---

[227] Ibid., p. 61.
[228] Ver CAPITANI, ibid., p. 28.
[229] CAPITANI, ibid., p. 24.
[230] DUARTE, op. cit., p. 109.
[231] CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2º ed. revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 46.
[232] DUARTE, ibid., p. 91.

cursos universitários para sua tão sonhada formação superior. Acredito que estes cursos não são mais considerados potencialmente perigosos pela oficialidade, mas quanto ao seu aproveitamento pela instituição é quase nulo, pois esbarra no pilar das Forças Armadas, na hierarquia, ou seja, curso superior nas instituições militares são os oferecidos pelas academias militares, exceções feitas aos quadros específicos[233] e ao Quadro Auxiliar da Armada.

Uma das reivindicações citadas por Avelino Capitani, que acredito trazer em seu bojo de forma mais clara o elemento da subjetividade é "uma relação mais humana e fraterna com a oficialidade". Flávio Rodrigues escreveu:

> [...] a oposição entre oficiais e marinheiros adquiria proporções de oposição de classe, uma vez que os cargos do oficialato estavam nitidamente reservados aos integrantes das classes mais abastadas – e não era incomum encontrar um filho de oficial construindo uma carreira semelhante à do pai, como que por direito hereditário.[234]

Na Marinha, os indivíduos de menor graduação são sempre vistos com desconfiança por parte dos seus superiores hierárquicos. Os *boys*[235], como são chamados os indivíduos mais jovens, devem ser vigiados e constantemente punidos por seus superiores e principalmente por seu oficial comandante (o pai-juiz) "a bem da disciplina". No artigo já citado de Álvaro Nascimento[236], em que ele procurou trabalhar a forma de ingresso de novas praças para a Armada, pelo menos até o início do século XX, encontramos o autor debate o tipo sobre a indisciplina que mais irritava os comandantes. Nascimento logo percebe que a reincidência de certos indivíduos lhes acarretam castigos mais severos.

Porém, o que é importante ressaltar; é que seus atos de indisciplina eram verdadeiros espetáculos para a guarnição (tropa) quebrando a rotina a bordo. Quebra de rotina, implicava em atraso na faxina do navio, o que deixava profundamente irritado o oficial comandante que, com medo de perder sua autoridade com seus subordinados, aplicava "punições pedagógicas". Tal discussão também aparece nas reivindicações dos marinheiros em 1910 no documento assinado pelo "Mão Negra": "Venho por meio desta linhas pedir não maltratar a guarnição

---

233 Quadro complementar (PS-QC); Quadro Técnico (PS-T); Corpo de Saúde (PS-CSM); Corpo de Engenheiros (PS-EngNav) e Capelão Naval (PS-CapNav). Nos dias atuais as mulheres podem concorrer a todos os quadros superiores extra Escola Naval, menos ao de sacerdote militar (capelão).

234 RODRIGUES, op. cit., p. 60.

235 Ver DUARTE, op. cit., p. 126.

236 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Entre o convés e as ruas*. In: CASTRO Celso, IZECKSOHN Vitor e KRAAY Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004.

deste navio, que tanto se esforça para **trazê-lo limpo**."[237] Toda a limpeza a bordo geralmente era feita por marinheiros e soldados, primeiro porque era o pessoal de menor graduação na hierarquia militar, em seguida porque não eram especializados, isto é, não tinham um ofício definido (carpinteiro, eletricista, mecânico etc.), só a partir de 1º classe poderiam obter especialização. A guisa de informação, nos dias atuais a graduação de 1º classe foi extinta, então os marinheiros e soldados fuzileiros cursam suas especialidades somente a partir de cabo.

Torna-se importante ressaltar que a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil era uma entidade civil[238], apesar de composta por militares - os de menor função na hierarquia militar -, pois foi elaborado um estatuto segundo moldes de uma entidade ou agremiação civil da época e um juiz de direito concedeu o registro.[239] Na peça de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil encontramos a seguinte sentença: "Dissolução de Sociedade Civil – Autora: - União Federal. Ré: - Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil."[240] Tal distinção torna-se importante, pois além de estarmos pesquisando um grupo específico, que é o dos militares, estamos mergulhando no imaginário dos militares de menor graduação da Marinha que, como já dito, são organizados em seu círculo hierárquico específico, e a partir desse microcosmo forjam sua nova ideologia e elaboram suas demandas sociais. As reivindicações que encontramos são específicas do grupo social pesquisado – cabos, soldados e marinheiros -, algumas podem ser estendidas aos sargentos e suboficias, ou melhor, às praças. Mas acredito que existe um precipício entre praças e oficialidade, seja através das leis positivas, seja através das práticas sociais encontradas a bordo dos navios de guerra. Segundo Karla Carloni, a organização da maruja em uma associação levou esses indivíduos a uma tomada de consciência frente às injustiças que eram praticadas no interior da instituição militar e do preconceito e da discriminação que sofriam nos meios civis.[241]

Acredito que a hierarquia militar vá além de melhores salários ou mesmo funções dentro da Forças Armadas, pois os oficiais gozam de benefícios que lhes aproximam de verdadeiros donatários do bem público. Não é incomum ver praças prestando pequenos

---

237 Apud MOREL, op. cit., p. 60. [Grifos meus]
238 Ver DUARTE, ibid., p. 55.
239 Ver CAPITANI, op. cit., p. 29 e DUARTE, ibid., p. 40.
240 Juízo de Direito da 3ª. Vara da Fazenda pública estado da Guanabara, Sentença de Fls. 132/135. Acervo da UMNA, doação de Dílson da Silva.
241 CARLONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 296.

serviços particulares aos oficiais em troca de licenças ou mesmo apadrinhamento. Dizem que os militares que servem diretamente aos comandantes ou aos almirantes (barbeiro, motorista, cozinheiros, arrumador[242], ordenança[243] etc.) mandam mais que muitos oficiais. Na prática eles conseguem através de protetores transferências para outras organizações militares, o que gera rendimento para os militares deslocados.

A fundação da AMFNB

No dia 25 de março de 1962, 18 marinheiros fundaram a Associação dos marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, AMFNB. Para Avelino Capitani, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, nasceu com "duas tendências" em disputa. Uma mais conciliadora propunha através do dialogo com a administração Naval, reformar os regulamentos da "tradicional" Marinha de Guerra. Outra, mais combativa propunha uma orientação mais independente frente às autoridades navais. A corrente moderada venceu. Ressalta Capitani: "Nos pontos essenciais, todos concordavam."[244]

O primeiro presidente da entidade foi o cabo João Barbosa. Segundo Anderson Almeida, o cabo artilheiro "era visto por seus colegas como um marujo acima da média"[245], pois, como já dito possuía curso superior.[246] O "filósofo" soube articular as duas correntes que disputavam a associação e Antônio Duarte enfatiza: "Isto [a fundação] ocorreu depois de meses de discussão entre dois grupos."[247]

Houve uma reunião no apartamento do cabo potiguar, na Praia do Botafogo, segundo declarou o próprio João Barbosa no primeiro número do periódico da associação:

> [...] de uma reunião da qual fizeram parte nove colegas, sendo oito marinheiros e um fuzileiro, todos com essa finalidade. Iniciamos às 19:30 palestrando a respeito da fundação da entidade, discutimos o nome, argumentamos a respeito, ficando aprovado, portanto, o que atualmente estamos usando [..][248]

Os relatos dos marinheiros pesquisados reportam que a primeira diretoria tendia mais para a conciliação com as autoridades navais do que para o embate. Como nos descreve

---

242 Garçom, ver ALMEIDA, op. cit., Quadro Geral de Especialização dos cabos, marinheiros, taifeiros e fuzileiros em 1961 ou DECRETO Nº 44.061, DE 23 DE JULHO DE 1958. Op. cit.
243 Segurança, todo almirante vence um segurança particular, geralmente um fuzileiro.
244 CAPITANI, op. cit., 29.
245 ALMEIDA, op. cit., p. 33. Ver também RODRIGUES, op. cit., p. 65.
246 ALMEIDA, idem.
247 DUARTE, op. cit., p. 40.
248 A Tribuna do Mar, Ano I, n. 1, nov. de 1962, p. 3. Apud RODRIGUES, ibid., p. 65.

Antônio Duarte: "A preocupação do grupo do cabo João Barbosa, como ficou demonstrado pela sua maneira de agir, era o de afastar a nova associação do campo 'perigoso' da política e da revolta, evitando conflitos com a administração naval."[249] Avelino Capitani em suas memórias enfatiza: "A corrente mais combativa ganhava força, e a mais assistencialista, liderada por João Barbosa, era cada vez mais questionada."[250] Flávio Rodrigues acrescenta: "É compreensível, porque a primeira gestão da Associação [...] voltou-se, sobretudo, para uma linha de atuação assistencialista"[251] Perspectiva que também é apoiada por Karla Carloni: "No início, a AMFNB tinha caráter essencialmente assistencialista"[252].

Segundo ofício enviado ao chefe do Estado Maior da Armada pelo ministro da Marinha, a Marinha tinha ciência da fundação e funcionamento da entidade dos marinheiros[253], e o ex-presidente do Conselho Deliberativo da Associação marinheira conta:

> [...] após o registro da Associação como entidade Civil, todas as unidades da Marinha como base em terra e em navios receberam um radiograma, transmito pelo navio capitânia da esquadra, o cruzador Barroso, convidando todos os marinheiros e fuzileiros navais "a se associarem à Associação dos Marinheiros", recém fundada.[254]

Antônio Duarte sinalizou que a mensagem "subversiva" enviada pelo navio capitânia, em que destacava a fundação da entidade marinheira, não foi bem recebida nem pelo Estado Maior da Armada e nem pelo seu serviço secreto da Marinha, CENIMAR, que tentou culpar o cabo Antonio Geraldo Costa pela transmissão subversiva, acusando-o de agitação política.[255] Anderson Almeida destacou o relato do comandante do Navio Hidrográfico Sirius, Júlio de Sá Bierrenche, que disse ter sido comunicado através de oficio expedido pela AMFNB, do funcionamento da mesma.[256] Vale a pena ressaltar que a receptividade do documento da Associação marinheira pelo comandante não foi as das melhores:

> [...] quando tomei conhecimento da existência dessa malfadada Associação, por um ofício que teve a ousadia de me transmitir bem como demais comandantes de

---

249 DUARTE, ibid., pp. 40-41.
250 CAPITANI, ibid., p. 33.
251 RODRIGUES, ibid., p. 67.
252 CARLOINI, op. cit., p. 296.
253 Ofício do Ministro da Marinha dirigido ao Chefe do Estado Maior da Armada, 30 d agosto de 1963. Apud RODRIGUES, ibid., p. 175-178.
254 DUARTE, op. cit., p. 42.
255 DUARTE, ibid., p. 42.
256 ALMEIDA. Op. cit., pp. 34-35.

> navios, interpelei o Estado-Maior da Armada, via Diretoria de Hidrografia e navegação, sem obter qualquer resposta.[257]

A partir desses relatos e de documentos que já foram trabalhados, podemos perceber que os ventos não sobravam a favor da entidade marinheira. Destaca Avelino Capitani: "A persistente obstinação do Conselho do Almirantado em não reconhecer e condenar a associação levou-nos a trilhar caminhos cada vez mais políticos e mais combativos na solução das reivindicações."[258] Antônio Duarte destaca: "Não está claro porém, o porquê da mudança dos rumos da organização marinheira."[259]

As eleições que deveriam ocorre após dois anos da fundação da entidade foram antecipadas.[260] Mais uma vez, as duas correntes estavam disputando o controle da entidade. Descobrir a fronteira que demarcava o grupo mais combativo do mais moderado não é tarefa fácil, mas apesar disso Antônio Duarte tentou esclarecer a questão: "Uma interpretação que se pode dar [é ver a diferença - GMJ] entre os marinheiros dos navios, ou seja, os 'embarcados' na esquadra, e os da força de transporte da Marinha, isto é, os que serviam em unidades de terra."[261] Acrescenta: "João Barbosa e uma boa parte dos seus partidários constituíam-se de soldados cuja vida social era mais tranqüila."[262] A análise do marinheiro não pode ser descartada, pois existia uma rixa entre marinheiros embarcados e os que serviam no chão, por estes terem maior possibilidade de estudar[263].

Existia também rixa entre fuzileiros e marinheiros, talvez por sua postura mais militar, como abordamos no primeiro capítulo. A entidade propunha terminar com esses tipos de divisão entre tais militares, e lê-se no Estatuto da Associação marinheira: Art. 3, alínea "f" "Promover relações amistosas entre Marinheiros e Fuzileiros associados"[264].

Quantos aos taifeiros, se houve alguma implicância por parte dos marinheiros, além do fato de possuírem sua associação, a Associação de Taifeiros da Armada, foi por serem oriundos das Escolas de Formação de Reservistas Navais e não das Escolas de Aprendizes-Marinheiros, onde só se ingressava através de exame, o que não ocorria com os conscritos, pois poderiam engajar somente após o serviço obrigatório. Talvez a questão salarial fosse

---

257 Apud ALMEIDA, ibid., p. 35.
258 CAPITANI, op. cit., p. 32.
259 DUARTE, ibid., p 41.
260 Ver CAPITANI, ibid., p. 33.
261 DUARTE, op. cit., p. 41.
262 Idem, ibid.
263 Ver VIEGAS, op. cit., pp. 42-43.
264 Estatuto da AMFNB.

outro ponto conflitante, pois como observou Anderson Almeida em uma nota de rodapé, os taifeiros recebiam soldos mais elevados.[265]

Se depois dessa discussão podemos percebemos as diferenças entre a marujada, torna-se também necessário localizamos os pontos convergentes. Em depoimento da época, o marinheiro Ventura elucida:

> [...] nasceram da vontade dos marinheiros em conseguirem melhorias para sua classe tais como equiparação aos taifeiros da Armada, casamento para as praças e também uma forma de alojamento para os marinheiros que servissem em navios fundeados, ilhas e outras unidades que tornassem necessários a utilização de condução em horário pré-determinado, fazendo com que, caso a praça perdesse a condução não tivesse que pernoitar ao léo[266].

Pelo que parece, as reivindicações comuns aos indivíduos menos protegidos da hierarquia militar uniam os mesmo em torno de soluções pensadas como possíveis. O que nos resta refletir é o porquê da mudança de orientação da entidade via conciliação com o almirantado. Para Capitani foram "muitos problemas e reivindicações e pequenas vitórias."[267]

2º diretoria da AMFNB

Foram convocados os associados para uma assembléia geral, onde ocorreria a eleição da nova diretoria.[268] Nos relatos dos marinheiros pesquisados encontramos "o assunto cabo Anselmo", no mínimo mal esclarecido pela historiografia, como já comentei. Para mim também é difícil esclarecer o caso, pois, escrevo a partir do imaginário dos marinheiros e de jornais e revista da época, e tais fontes não dão conta de tarefa tão controversa: o marinheiro eloqüente e bem apessoado, "cabo" Anselmo, era espião da CIA? E devemos nos perguntar: Por que o "cabo" foi escolhido para a presidência da segunda diretoria da entidade marinheira?

Segundo Avelino Capitani, o nome de consenso era do cabo Moacir Omega de Oliveira, diretor do periódico mensal da Associação. Moacir não aceitou concorrer ao cargo de presidente da AMFNB, alegando ser muito próximo do presidente que seria substituído, "apesar de ser um dos principais críticos" de João Barbosa[269], como destaca Capitani.

---

265 ALMEIDA, op. cit., p. 33.
266 Arquivo Edgard Leueroth – Brasil Nunca Mais, 149; folhas 1123-1125. Depoimento de Romualdo Pontes. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 33.
267 CAPITANI, op. cit., p. 31.
268 Ver CAPITANI, op. cit., p. 33.
269 CAPITANI, ibid., p. 33.

José Geraldo da Costa, o Neguinho, figura de destaque na corrente combativa, apresentou o marinheiro de 1º classe, José Anselmo para concorrer à presidência da Associação.[270] Segundo Capitani, o elemento principal para a vitória de Anselmo foi a sua "neutralidade" diante das correntes políticas que disputavam a entidade.[271] Para o marinheiro Pedro Viegas "o ascenso de Anselmo deu-se a uma sucessão de recuos."[272] Mas a maioria dos outros cargos da diretoria ficaram com a corrente mais combativa, inclusive a vice-presidência, que foi ocupado por Marco Antônio, segundo alguns marinheiros uma referência para eles.[273] Antônio Duarte, em entrevista concedida ao jornal on-line *Opção,* declarou que "Anselmo consultava Marco Antônio a respeito de praticamente todos os assuntos."[274] Nas palavras de Pedro Viegas, "quem dava as cartas, quem mobilizava e exercia influência marcante na Associação, era o vice-presidente e aquele coletivo. Todas as decisões, quaisquer que fossem, partiam dali"[275]. Devemos acrescentar que no resultado da eleição, outros diretores eleitos obtiveram votação maior que Anselmo:

> A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil tem nova Diretoria. Novo presidente José Anselmo dos Santos, sufragado com 236 votos. Outros diretores: Vice-presidente Marco (sic) Antônio da Silva Lima, com 189 votos. Presidente do Conselho Deliberativo Antônio Duarte dos Santos com 116 votos. Adilson Aquilino, Secretário-Geral com 275 votos e José Pinheiro Guimarães para Tesoureiro-Geral com 242 votos.[276]

A figura controversa do chamado cabo Anselmo

Em minha pesquisa, o marinheiro que mais fez referência ao "anjo da morte"[277] foi Antônio Duarte. Duarte declarou ter conhecido Anselmo em 1960, quando serviu no navio-tanque Rijo e que Anselmo não entendia nada de política, mas gostava de literatura e escrevia num pequeno jornal, um boletim mimeografado.[278] Mais tarde, no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) o marinheiro reencontrou Anselmo: "Trabalhava em um jornalzinho, 'A ILHA', em colaboração com um padre capelão. Era uma espécie de boletim, que publicava algumas poesias de autoria do próprio Anselmo e outras 'notícias' com piadas e

---

270 Ver CAPITANI, ibid., p. 34.
271 Idem, ibid.
272 VIEGAS, op. cit., p. 46. [Grifo meu]
273 Ver CAPITANI, ibid., p. 35.
274 Jornal Opção, 26 de abril de 2008, p. 2.
275 VIEGAS, ibid., p. 48.
276 AEL - BNM, Anexos. *A Tribuna do Mar*, nº 6, mai. de 1963, capa. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 42.
277 Revista Isto é, março de 1984.
278 Jornal Opção, 26 de abril de 2008, idem. Ver também DUARTE, op. cit., p. 231.

palavras cruzadas."[279] Acrescenta Duarte que nas horas vagas, discutia filosofia e questões ligadas a Marinha.

Temos indícios que Anselmo tinha boa formação básica, pois havia sido seminarista. Segundo Antônio Duarte, Anselmo chegou a lhe mostrar fotos com a batina de aluno-padre[280], e na época ingressou no Ensino Superior.[281] O autor também relata que Anselmo tinha problemas com seu pai, um homem rico que não lhe reconheceu .[282] Este fato pode ser confirmado no seu prontuário da polícia política, que assinala: "pai ignorado".[283] Também tinha problemas de relacionamento com suas meias irmãs, que preferiam se afastar dele . Na análise de seu amigo marinheiro, na época: "Acho que estas coisas o deixavam amargo."[284] Também se queixava com o amigo de não ter sido aceito na Escola Naval.[285] Duarte revela que o motivo para Anselmo não ser aceito na Escola Naval foi de "não ter sido registrado como filho legítimo."[286]

Antônio Duarte na entrevista que concedeu ao jornal *Opção*, prefere não assumir que foi o responsável pelo o recrutamento do militar para as fileiras da AMFNB: "Não quero dizer que o 'recrutei', mas admito que, sim, eu o sensibilizei – até o politizei, vá lá"[287].

Como vemos, é difícil ter resposta para a questão tão controversa: seria Anselmo um espião da CIA infiltrado no movimento dos marinheiros e fuzileiros desde o início? Segundo os ex-diretores da AMFNB, seus companheiros de labuta nos navios enferrujados da Marinha, ele era somente um jovem simpático, com boa oratória que gostava de escrever poesias e que por algumas circunstâncias já citadas, acabou sendo eleito presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros e embarcou num dos episódios mais desconcertantes para hierarquia militar naval, que só estava acostumada a ouvir "sim senhor" e "não senhor" - o que passava disto era coisa de comunista, ou melhor, de subversivos.

O fantasma do comunismo era mais real do que podemos imaginar no século XX, pelo menos para os militares e jornalistas mais conservadores da época. Hélio Fernandes, em sua coluna no jornal *Tribuna da Imprensa*, relatou o fato dos marinheiros rebelados sempre se deslocarem catando o Hino Nacional de forma distinta: "Cantam o Hino Nacional de acordo

---

279 DUARTE, ibid., p. 248.
280 Ver DUARTE, ibid., p. 231.
281 Revista Manchete, 11 de abril de 1964, p. 12. Ver também PEREIRA, op. cit., p.73.
282 DUARTE, idem.
283 Prontuário do "cabo" Anselmo, arquivado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, fundo Polícia Política. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 240.
284 DUARTE, ibid., p 231.
285 Idem, ibid.
286 Ibid., p 82.
287 Jornal Opção, 26 de abril de 2008, idem.

com técnicas comunistas."[288] Karla Carloni não aceita a tese de que "cabo" Anselmo fosse um espião da direita militar infiltrado no movimento antes do golpe de 64, e observa que tal posição não é compartilhada por alguns historiadores nem por ex-diretores da associação.[289]

A reunião comemorativa do 2º aniversário da AMFNB

No periódico (mensal) da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros, *A Tribuna do Mar*, edição de janeiro de 1964, o Departamento Social da entidade convidava seus associados e suas respectivas famílias, para participarem da semana comemorativa do 2º aniversário da Associação:

> O Departamento Social comunica aos seus associados e digníssimas famílias, que a Associação fará realizar, na semana de 18 a 25 de março próximo, uma programação em comemoração do 2º aniversário de sua fundação.
> O ponto alto da programação do dia 25 será o baile, cujo local divulgaremos posteriormente.[290]

Segundo Avelino Capitani, a hipótese do cancelamento da programação do 2º aniversário, chegou a ser cogitada, mas se optou pela realização de alguns atos simples, "sem qualquer sentido de provocação"[291]. Pedro Viegas relata: "Nenhuma intenção havia entre os membros da AMFNB de transformar o que seria uma festa em sublevação."[292]

A programação ficaria restrita a uma visita ao conjunto petroquímico Presidente Vargas, em Duque de Caxias, uma missa organizada por marinheiros que pertenciam a Juventude Católica (JUC) e finalmente, à noite, a assembléia de encerramento das festividades, no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.

Avelino Capitani relata que a diretoria entrou em contato com o diretor da Petrobrás, marechal Osvino Ferreira Alves, que além de se alegrar com a iniciativa dos marinheiros, ainda ofereceu transporte para o deslocamento da marujada até o pólo petroquímico. Tal postura, segundo o ex-diretor, mudou horas antes da visita: "A Marinha não quer que vocês venham para cá."[293] Capitani expõe que a visita, mesmo sendo proibida pelo então ministro da Marinha, Sílvio Mota, aconteceu e que a missa transcorreu sem maiores problemas.[294]

---

288 Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, p. 3.
289 Ibid., pp. 296-297.
290 Apud, RODRIGUES, op. cit., p. 97.
291 CAPITANI, op. cit., p. 63.
292 VIEGAS, op. cit., p. 49.
293 Idem, ibid.
294 Ibid., p. 64.

No dia 25, foi publicada pela manhã, no jornal *Correio da Manhã*, edição carioca, uma pequena nota, distribuída à imprensa na noite do dia 24, que trazia algumas reivindicações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil[295]. Surge então uma questão sobre o capítulo da revolta que ocorreu no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos, situado a Rua Ana Néri, nos dias 25, 26 e 27 de março do ano de 1964: Haveria algum propósito da reunião dos marinheiros no "Palácio do Aço", além da comemoração do II aniversário da associação?

Para Avelino Capitani, a notícia da prisão de alguns diretores da associação foi o estopim para que a reunião comemorativa se transformasse numa rebelião[296]. Essa perspectiva é partilhada por outro marinheiro, Nilton Pereira: "Ali foi decidido que permaneceríamos no Sindicato, presos, em solidariedade aos nossos colegas marinheiros presos."[297] Outro ex-diretor que também comenta a prisão dos diretores da Associação é Antônio Duarte. Em seu relato salienta que o que conta "não é um texto histórico. Trata-se de uma narrativa baseada na memória do autor"[298], mas no decorrer da obra ventila os fatos a partir de uma leitura marxista. Pois bem, observa o autor:

> Os três diretores que ainda estavam livres, pois a maioria tinha sido presa e conduzida ao Presídio Naval nos dias anteriores, não podiam esperar por outra resposta. "A sorte estava lançada". A segunda razão foi a de que não atacamos o ministro pessoalmente, mas fizemos uma crítica à instituição Naval. Assim, quando Marcos Antonio da Silva Lima, José Anselmo e Antonio Duarte [próprio autor - GMJ], dirigentes da Associação de Marinheiros, sentaram-se à mesa, na direção da "Assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos" [...] sabiam que a luta estava chegando a um desfecho.[299]

As prisões de diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros também não passaram despercebidas pela imprensa da época. No *Jornal do Brasil*, do dia 25 de março de 1964, há uma chamada de 1º página para a reportagem completa na 4º página:

> Os dozes marinheiros da Associação dos Marinheiros Navais tiveram sua prisão decretada ontem pelo Ministro da Marinha Sílvio Mota, por terem participado de reunião de caráter político na sede do Sindicato dos Bancários. Seis foram recolhidos, ontem mesmo ao Quartel da Ilha das Cobras, e o restante fugiu.[300]

---

295 Jornal Correio da Manhã, 25 de março de 1964.
296 CAPITANI, ibid., p. 65.
297 PEREIRA, op. cit., pp. 85-86.
298 DUARTE, op. cit.
299 Ibid., p. 56.
300 Jornal do Brasil, 25 de março de 1964, p. 1. Ver também Diário de Notícias, 24 de março de 1964, p. 1. Jornal do Brasil do dia 26 de março de 1964, pp. 1 e 5. O Globo, 25 de março de 1964, p. 4.

As prisões foram relatadas às entidades civis por representantes da Associação, principalmente às entidades de esquerda, que acabaram se solidarizando com a situação encarada pelos marujos:

> As "correntes progressistas" por solicitação de representantes dos graduados, enviaram na noite de ontem, uma comissão integrada pelos Srs. Roland Corbisier (FPN), Geraldo Campos (CGT), Moacir Félix (CTI) e Zilda Xavier (Liga Feminina) para formalizar junto ao Presidente João Goulart, protesto pela prisão de filiados à Associação dos Marinheiros [...].[301]

A referida matéria ainda expressa o motivo para as prisões: "foram presos por terem participado na Rádio Mayrink Veiga de uma homenagem à Petrobras" e, em seqüência relata os nomes dos presos: Raul Alves Nascimento, Adilson Avelino, Celso Carlos da Silva, Avelino Capitani, José Duarte dos Santos e João Duarte Gomes."[302]

Se as prisões de alguns diretores da entidade foi o estopim para a rebelião, resta-nos indagar: e a pólvora? Como se deram as circunstâncias históricas que propiciaram que marinheiros e fuzileiros navais se rebelassem?

Na Marinha de Guerra brasileira encontramos poucos episódios de levantes por parte dos elementos de menor graduação da hierarquia militar naval. Quando o historiador Álvaro Pereira do Nascimento estudou o recrutamento, o cotidiano (dentro e fora da instituição militar) e prática de castigos corporais na Marinha brasileira, nos séculos XIX e início do XX, constatou que os castigos físicos, pelo menos no século XIX, não eram considerados anomalias na relação desses militares (praças e oficialato), a não ser que a punição extrapolasse a prevista no código militar, no caso, 25 chibatadas por dia. O problema poderia ocorrer quando os oficiais comandantes, munidos do seu papel de pai-juiz, considerassem o castigo insuficiente ou que produzira pouco efeito no transgressor. Nas palavras de Nascimento, o que contava era "o desejo de alcançar o 'efeito', mesmo que para isso fossem necessárias 500 pancadas de chibata"[303], fazendo referência ao caso emblemático do imediato José Candido Guillobel, que no ano de 1874, mandou punir um marinheiro com 500 chibatadas:

> Resolvi pois castigar o marinheiro Laurentino [...] severamente, isto é, proporcionalmente ao delito cometido; formada pois a guarnição em ato de amostra, foi a praça examinada, encontrando-se uma camisa de meia e outra de algodão [...]

---

301 Tribuna da Imprensa, 25 de março de 1964, p. 5.
302 Idem, ibid.
303 NASCIMENTO, op. cit., p. 319.

> vendo porém o pouco efeito que no delinqüente fazia o castigo fui forçado a fazê-lo continuar até chegar ao número de 500 pancadas de chibata.[304]

A Revolta da Chibata

Tal situação só foi alterada no início do século XX, com a revolta que pôs fim aos castigos físicos na Marinha de Guerra brasileira. Entre os dias 23 e 26 de novembro de 1910, João Cândido Felisberto e seus companheiros revoltosos tomaram o comando de quatro poderosas belonaves da Marinha de Guerra do período em questão. Dois grandes encouraçados, recém chegados da Inglaterra, o São Paulo e o Minas Gerais, com seu alto poder de destruição (que juntos somavam 84 canhões, entre os quais 24 com bocas 305 mm), o também moderno scout Bahia (16 canhões e dois tubos lança-torpedos) e o cansado mais ainda combativo encouraçado Deodoro.

O pânico da população carioca, sobretudo dos moradores da orla, levou a que muitos fugissem. Segundo José Murilo de Carvalho, "os pobres para os subúrbios, os ricos para Petrópolis."[305] O temor de um bombardeio por parte da sociedade carioca foi acompanhado pelo fascínio de alguns especialistas navais e jornalistas da época.[306] Como aqueles modernos vasos de guerra poderiam ser conduzidos com tanta presteza por rudes marinheiros semi-analfabetos ou mesmo analfabetos? As belonaves faziam evoluções dentro da baía e, às vezes eram lançadas ao mar aberto.

Não pretendo aqui entrar no mérito do mito João Cândido. *Data vênia*, as reivindicações dos marujos de 1910 - vale a pena lembrar, no novo regime republicano e já passado duas décadas do fim da escravidão -, eram a condição *sine qua nom* para a melhoria do convívio dos marinheiros e seus respectivos oficiais nos vasos de guerra, haja visto que tal postura já não era observada na outra força militar terrestre. O deputado Tomás Cavalcanti, que abraçou a missão de abrir os discursos a propósito da anistia aos marinheiros, que seria votada praticamente "a toque de caixa", disse as seguintes palavras:

> Condeno por completo a chibata [...] Felizmente não há disso no Exército e eu acrescento: não há nas Brigadas Militares dos Estados, que são 20; não há nas Guardas Municipais, não há no Corpo de Bombeiros, não há em todas as outras corporações mais ou menos militarizadas e, entretanto, este Exército que não apanha de chibata, esta polícia que não é flagelada pelo instrumento do calabrote, sabem

---

304 Processo nº 695, José Cândido Guillobel, 1874 (Arquivo Nacional, Conselho de Guerra da Marinha). Apud NASCIMENTO, idem, ibid.
305 CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 16.
306 Ver CARVALHO, ibid., pp. 16-17 e MOREL, op. cit., p. 51.

> cumprir com seus dever, sabem manter a ordem, sustentar o Governo e muitas vezes, como a pouco se viu, são a própria fonte desse Governo que aí existe.[307]

Na proclamação despachada ao ministro da Marinha os revoltosos arrazoavam: "[...] pedimos a V. Excia. abolir o castigo da chibata e os demais bárbaros castigos pelo direito da nossa liberdade, a fim que a Marinha Brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma **fazenda de escravos** que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados."[308]

Edmar Morel[309] foi um jornalista que escreveu a história do "almirante da ralé". Em sua obra, cuja primeira edição é de 1958, percebe que o marujo, com 56 anos de idade e com a saúde enfraquecida[310], já conhecia a aflição de lutar pelos menos favorecidos. Sua situação profissional era de carregador de caixas de peixes no Entreposto de Pesca da Praça XV, ou seja, de "almirante e chefe" de umas das maiores marinhas do mundo na época em questão, herói para muitos, continuou sendo um empregado braçal e mal remunerado da indústria pesqueira.

A epígrafe do capítulo "Crepúsculo", de autoria do almirante Luís Autran de Alencastro Graça, vale a pena ser relembrada:

> Se João Cândido tivesse algum merecimento, ele não continuaria a carregar cestos de peixes no Entreposto. João Cândido é um indivíduo de poucas prendas, até inócuo, solicitando dinheiro aos oficiais a troco de lavagens de roupas, o que obstava que sofresse por vezes castigos corporais pelos vícios de **pederastia** e **alcoolismo**.[311]

Um jornalista procurou João Cândido para comentar o referido artigo. A resposta foi desesperançosa: "Contestá-lo? Como, se não tenho as letras do almirante? O galho quebra sempre do lado mais fraco. Há anos que sou espezinhado."[312]

O octogenário já tinha conhecido o calabouço da Ilha das Cobras (prisão militar da Marinha) e lá presenciara um dos episódios mais sórdidos da nossa história, o envenenamento 18 militares asfixiados com cal. Dos recolhidos ao xadrez, só dois sobreviveram, João Cândido e o fuzileiro naval João Avelino. A cela teria sido desinfetada com cal e não possuía ventilação adequada. O que é pouco explicado até hoje foi a atitude do então comandante do

---

307 Apud MOREL, op. cit., p. 104.
308 Apud ibid., p. 90. [Grifos meus]
309 MOREL, ibid. O historiador José Murilo de Carvalho atribui a MOREL, o melhor livro sobre o assunto. Apesar de reconhecer que o jornalista é abertamente favorável ao marinheiro João Cândido. (CARVALHO, op. cit., p. 17, nota de pé de página.)
310 Morel, Ibid., p. 229.
311 Apud ibid., p. 229. [Grifos meus]
312 Ibid., p. 231.

batalhão Naval, o capitão-de-fragata Marques da Rocha que foi passar a noite de Natal no Clube Militar levando consigo as chaves da cela. Quando os carcereiros ouviram os gritos dos marinheiros, pela madrugada, não puderam abrir a cela por falta das chaves. José Murilo de Carvalho destaca: "Entre covarde e cínico, o médico da Marinha diagnosticou a causa morte como sendo insolação! Marques da Rocha foi absolvido em Conselho de Guerra, promovido a capitão-de-mar-e-guerra e recebido em jantar pelo presidente da República."[313] No dia 18 de abril de 1911, João Cândido foi internado no Hospital Nacional de Alienados, na Urca, o que não causa espanto, pois além de presenciar a morte de vários companheiros no calor da revolta e na prisão, a mesma que recebeu um preso ilustre da nossa história, Tiradentes. João Cândido deve ter tomado conhecimento dos fuzilamentos de outros companheiros no navio-prisão Satélite e dos outros que foram desterrados, que tombaram em plena selva amazônica, pois gostava de ler jornais. Segundo o depoente de José Murilo, Antônio Guerra:

> O preso não se queixava das condições da prisão, mas reclamava da falta de jornais. Embora sabendo que cometia uma infração, o sargento [Antônio Guerra] fez um trato com o preso: traria o jornal sob a condição de ler às escondidas, durante o almoço, devolvendo-o logo a seguir.[314]

O fato é que, a Revolta da Chibata fazia parte do imaginário dos marinheiros e fuzileiros de 1964. Segundo Capitani:

> A história da Revolta da Chibata estava gravada na memória dos marinheiros. Foi uma das primeiras histórias que me contaram ao chegar no quartel. Mostraram-me um tenente auxiliar, já muito velho, que havia escapado de ser jogado no mar por João Cândido, porque se escondeu em um latão de lixo.[315]

Antônio Duarte apresentou João Cândido como um exemplo vivo para os marinheiros. Por isso, o velho marinheiro foi convidado a participar da assembléia comemorativa do 2º aniversário da entidade. Segundo o ex-diretor da Associação, era um fantasma que ressurgia no imaginário dos oficiais e os aterrorizava.[316]

A presença física do "almirante negro"

---

313 CARVALHO, op. cit., p. 21.
314 Ibid., p. 19.
315 CAPITANI, op. cit., p. 21.
316 DUARTE, op. cit., p. 284.

A presença do líder da Revolta da Chibata na reunião do dia 25 de março de 1964 por certo balançou o imaginário daqueles jovens marinheiros, com todo poder simbólico que o "almirante negro" representava, pois o consideravam - e a ainda o fazem - seu líder[317]. O historiador Flávio Rodrigues observou, em uma nota de pé de página, que os membros da AMFNB encontraram João Cândido morando em condições precárias, nas adjacências de São João de Meriti, pois não recebia pensão do governo federal. A solução encontrada pela AMFNB foi pagar-lhe uma pensão mensal.[318]

Mas, se podemos enxergar João Cândido com uma referência para os marinheiros, tal ocorrência não responde questões como: Quem era João Cândido em 1964? Por que o "velho almirante" (84 anos de idade) não discursou na Assembléia comemorativa daquele dia, no Palácio do Aço?

Alguns marinheiros conheciam o "almirante negro" de ouvir falar, outros através da obra de Morel e alguns pessoalmente. Pedro Viegas relata que: "já conhecia a epopéia de João Cândido e de seus companheiros pela obra *A Revolta da Chibata*, de Edmar Morel."[319] O marinheiro Nilton Pereira conta que o conheceu durante a rebelião e que o "almirante negro" recebeu auxílio e presentes dos marujos. Mas diz que permaneceu em silêncio, "sem se manifestar e na saída comentou, desiludido, a um colega: "Marinheiro só dá certo no mar".[320] Avelino Capitani diz que o velho, mais ainda lúcido, marujo disse: "Não esperava assistir a outra revolta, mas tenho a impressão de que vocês também estão dando murros em ponta de faca."[321] De qualquer modo, o imaginário dos marujos via João Cândido a seu lado.

Além do "almirante negro", estavam presentes na reunião comemorativa do 2º aniversário da entidade: o representando do presidente João Goulart e líderes do CGT: Hércules Corrêa, Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco e Paulo de Mello Bastos[322] e ainda outras entidades como União Nacional dos Estudantes (UNE), militares subalternos de outras Forças, inclusive das auxiliares, militares de alta patentes etc. Era um verdadeiro comício. Segundo o coronel Kardec Lemme, Carlos Marighella, ainda no PCB, telefonou para ele e

---

317 UMNA, 25 ANOS. Documentário. Brasil, 2005.
318 RODRIGUES, op. cit., p. 108.
319 VIEGAS, op. cit., p. 41.
320 PEREIRA, op. cit., p.100.
321 CAPITANI, ibid., p. 87.
322 Ver ALMEIDA, op. cit., p. 58.

disse: "Kardec, vem para o Sindicato dos Metalúrgicos. Aqui está se decidindo o destino do Brasil".[323]

Apesar do clima político, era uma reunião de militares, homens que foram forjados no calor da disciplina e que se identificam a partir de símbolos e crenças previamente estabelecidos na busca da formação do seu espírito de corpo. Avelino Capitani expõe a dificuldade que um militar tem em quebra a disciplina, principalmente de forma coletiva.[324] Mas o discurso de outro militar, o "cabo" Anselmo, inflamou a multidão. Devemos ressaltar que, tal discurso foi elaborado com a ajuda de líderes da esquerda, com destaque para a figura do Carlos Marighella.[325] O próprio ex-presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros em entrevista ao jornalista Percival de Souza confirma tal fato:

> No dia 25 de março, eu estava preparando o discurso e fui levado pelo Marco (sic), o vice-presidente da Associação, a um escritório na Rua México onde estavam Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira [...]. O Marighella leu, fez anotações. Depois, ele, o Marco (sic), o Câmara Ferreira e eu demos a redação final ao negócio. Marighella fez toda a costura política sobre apoio às reformas de base. Todas as bandeiras políticas defendidas pela esquerda comunista foram inseridas no discurso: "Nós apoiamos isto, apoiamos aquilo"[...].[326]

Segundo relato do Avelino Capitani: "Anselmo fez o discurso oficial da associação. Modificou algumas partes e carregou na emoção, coisa que sabia fazer muito bem. A assembléia ficou mais motivada."[327]

Os marinheiros e fuzileiros, após intenso debate, unificaram suas propostas reivindicatórias: não punições; libertação dos presos: reconhecimento da Associação; humanização da Marinha; melhoria na alimentação nos navios e OMs de terra.[328]

A reunião comemorativa tornou-se abertamente uma assembléia reivindicatória, a pressão da caldeira foi só aumentando. Um manifesto redigido pelos marinheiros que estavam detidos no presídio naval da Ilha das Cobras, datada em 25 de março de 1964, isto é, dia da revolta, chegou às mãos dos insurretos. Escreveu Capitani: "Desde a prisão, mandamos um portador com uma mensagem que foi lida na assembléia."[329] O documento de cunho

---

323 MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 103.
324 CAPITANI, op. cit., p. 60.
325 Ver RODRIGUES, op. cit., p. 109.
326 Entrevista de José Anselmo dos Santos a Percival de Souza. Cf. SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo (Depoimento)*. São Paulo: Globo, 1999, p.78-79. Apud ANDERSOM, op. cit., p. 65.
327 CAPITANI, op. cit., p. 66.
328 Ver CAPITANI, ibid., idem e PEREIRA, op. cit., p. 80.
329 CAPITANI, idem. Ver também Diário de Notícias, 25 de março de 1964, pp. 1, 3 e 4.

nacionalista e esquerdista, fala de "sentimentos democráticos", "espoliação internacional" do povo brasileiro, principalmente dos nordestinos, união dos "associados e não associados, operários, camponeses, estudantes e intelectuais progressistas" etc., e em certa altura do documento os marinheiros deixam sua palavra de ordem "a todos os irmãos brasileiros: lutar por um Brasil livre, emancipado e realmente democrático."[330] O Manifesto do Cárcere, apesar de menos elaborado que o discurso de Anselmo, mas com finalidades idênticas, explana bem o rumo que os marinheiros tinham tomado, ao lado das esquerdas do Brasil e dos oficiais que optaram pelo reformismo de Jango, tendo como seu expoente na Marinha o vice-almirante Cândido Aragão. Surge mais uma pergunta: Por que escolheram as esquerdas?

Se há coisa que um militar sabe reconhecer é uma autoridade. Desde as escolas de aprendizes ou dos centros de recrutamento são adestrados para identificar graduações e patentes da hierarquia militar. Os militares, no seu cotidiano, estão sempre cumprindo ordens que são distribuídas a partir da hierarquia, isto é, o comandante passa a faxina para seu imediato, que por sua vez a repassa aos chefes de departamento, geralmente oficiais superiores, que irão delegá-las aos encarregados da divisão, oficiais intermediários e oficiais inferiores, que procurarão as praças mais antigas para repassar-lhes as ordens, que deverão chegar a quem realmente irá por a mão na massa - os subalternos menos graduados. É lógico que esses trâmites podem ser quebrados, mas geralmente o subalterno não têm muito contato com os oficiais superiores, comandantes e raramente com almirantes – excetos os que trabalham diretamente com essas autoridades-, afinal, eles exercem um poder imenso sob seus comandados.

Os oficiais que têm altas patentes são misteriosos e às vezes inalcançáveis. Têm um cerimonial específico[331], cada patente com seu toque de corneta e apito e *boys* (marinheiros) formados para passarem ao meio, quando entram nas instituições militares. Comandantes e almirantes têm direito a motorista, arrumador, cozinheiro, taifeiro, segurança, ajudante-de-ordem, criando-se assim uma áurea em volta das autoridades. Marinheiros, soldados e cabos sãos apenas homens que obedecem ordens, lavam banheiros e falam "sim senhor". Como podemos perceber nas palavras do marinheiro Antônio Duarte: "Os oficiais se recusam a qualquer tipo de relação informal com subordinados." [332] Apesar disso, como afirmou

---

[330] Tribuna da Imprensa, 26-27 de março de 1964.
[331] DECRETO Nº 43.807, DE 27 DE MAIO DE 1958. *Cerimonial da Marinha do Brasil.* Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174757
[332] DUARTE, op. cit., p. 270.

Antônio Duarte, os diretores da associação tinham contato com o chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, e algumas reuniões serem marcadas no próprio apartamento do ministro de Estado.

Como já citado, estavam presentes na reunião dos marinheiros vários de líderes do CGT, deputados do PCB exercendo mandatos por outras legendas, militares de alta patente e representantes de outras entidades sociais na reunião dos marujos.[333] A princípio a reunião contaria com a presença até do comandante supremo das Forças Armadas, João Goulart, que preferiu mandar um representante, o deputado Max da Costa Santos.[334] Outras autoridades civis preferiram não comparecer à reunião do dia 25, mas mantinham contato estreito com a entidade. O exemplo mais comum é o do cunhado do presidente Goulart, Leonel Brizola. Dentre os militares, o nome mais recorrente é o do comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante Aragão, mas podemos também citar o ex-ministro da Marinha, almirante Pedro Paulo de Araujo Suzano[335], recém empossado Chefe do Estado Maior da Armada e outros oficiais ligados a Goulart. Essa proximidade com tantas estrelas[336], uma verdadeira constelação, ali entre os militares de pré, e um número expressivo[337] de marinheiros e militares subalternos de outras Forças, certamente mexeu com a cabeça de simples marinheiros, que pensavam estarem trilhando o caminho da vitória. Descreveu Capitani: "Sete mil homens fardados, um verdadeiro exército num estado de emoção tal que, se fossem ao combate, seriam capazes de conquistar o mundo ou serem todos enterrados."[338]

Várias propostas sobre o rumo da reunião foram brotando: "Vamos todos marchando até o Corpo de Fuzileiros Navais, onde estão os presos para sermos presos também [...] Não, vamos sair todos e nos dispersar, tranqüilamente, sem provocações."[339]

A Rebelião

---

333 Ver ANDERSON, op. cit., p 64. RODRIGUES, op. cit., p. 108. Correio da Manhã, 26 de março de 1964, p. 2.
334 Ver RODRIGUES, op. cit., p. 109 - nota de pé de página.
335 Correio da Manhã, 27-28 de março de 1964, 1º página.
336 Referência as estrelas que os almirantes trazem em seus galões.
337 Nota explicativa: não podemos precisar o número de marinheiros e fuzileiros presentes na reunião do dia 25 de março de 1964, pois eles são desencontrados nas mais variadas fontes. CAPITANI, op. cit., p. 66, fala 4,5 mil marinheiros. Alguns jornais falam em 3 mil marinheiros: Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, 1º página e Diário de Notícia, 25 de março de 1964, 1º página. A revista Manchete chegou a noticiar um número preciso, 3647 homens; Manchete, 11 d abril de 1964, p. 12.
338 CAPITANI, op. cit., p. 48.
339 CAPITANI, ibid., p 67.

Após vários discursos, a proposta do cabo Otacílio dos Anjos Santos, o "Tatá", venceu:

> [...] A tônica é sairmos daqui e nos apresentarmos segunda-feira, na Praça XV, presos. Totalmente impossível. Na minha ótica é totalmente impossível. E eu não tenho como ficar e ir pra Praça XV, porque eu moro a bordo. E 85% (oitenta e cinco por cento) do pessoal que tá presente é gente mais nova do qual (sic) eu rebusquei em Escolas de Aprendizes. Moramos a bordo. Não ganhamos nem ¼ (um quarto) do salário mínimo. Como vou ficar, no meio da rua, hoje quarta-feira, amanhã quinta, sexta, sábado e domingo, cinco dias no meio da rua? Eu não vejo como. Não há como a gente ficar. Eu temo pela minha integridade física e aqueles dos quais eu busquei para uma realidade [...]. O que eu proponho? Isto aqui é do povo, um sindicato popular. Eu proponho que nós fiquemos aqui. De maneira ordeira, de maneira consciente, nós vamos ficar aqui. Pelo menos, nós estamos protegidos pela sociedade.[340]

O cabo Cláudio Ribeiro serviu para agitar ainda mais a assembléia.[341] Em seu discurso, o marinheiro propôs que os marinheiros deveriam permanecer em vigia permanente até que as autoridades navais reconhecessem a entidade e soltassem os diretores que se encontravam presos. Conta outro marinheiro, Nilton Pereira: "Ali foi decidido que permaneceríamos no Sindicato, presos, em solidariedade aos nossos colegas presos."[342]

Segundo o então segundo-vice diretor da Associação, "a Rebelião dos Marinheiros era um fato"[343]. Foi estabelecido que quem quisesse deixar o recinto deveria fazê-lo até às zero hora, hora em que os portões principais do "Palácio do Aço" seriam fechados. Capitani conta que muitos deixaram o sindicato, mas pela manhã voltaram, trazendo novas levas de marujos,[344] fato que também é confirmado por um jornal da época: "7 horas [do dia 26]: Cresce o número de marinheiros amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos."[345]

O ministro da Marinha, ainda de madrugada, foi informado da rebelião. O impasse entre o governo e as autoridades navais tornava-se praticamente insolúvel, devido à radicalização de ambos os lados – almirantado e amotinados.

Devemos apurar a logística do movimento. Donde vinham as provisões? Era um verdadeiro exército, que com o passar das horas necessitaria de água e alimentação. O marinheiro Nilton Pereira lembrou que os alimentos eram levados para o Sindicato por

---

340 Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao historiador Anderson Almeida. Rio de Janeiro, 03 dez. 2008. O autor explica que: a seqüência das falas e discursos pode não ter sido necessariamente como aparecem nas fontes. Apud ANDERSON, op. cit., p. 67. Ver também DUARTE, op. cit., p. 57.
341 Ver CAPITANI, op. cit., p. 66. VIEGAS, op. cit., p. 50.
342 PEREIRA, op. cit., p. 85.
343 CAPITANI, op. cit., p. 67.
344 Ibid., idem. Ver também PEREIRA, ibid., p. 86.
345 Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, p. 3.

familiares e por entidades que apoiavam o movimento dos marinheiros. E acrescenta: "À medida que as horas passavam, surgiam novas provisões para a eventualidade da crise se prolongar."[346] Um jornal divulgou o pedido feito pelo Comando Geral dos Trabalhadores :

> Comunicamos aos trabalhadores e ao povo que os marinheiros e fuzileiros resolveram acampar na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, rua Ana Néri n. 152, até o próximo dia 30, e para onde pedimos que seja enviada, a partir de hoje, toda espécie de solidariedade, **inclusive comida**.[347]

Nilton Pereira relata que parentes dos amotinados se aglomeram em frente ao órgão de classe, apreensivos e chorosos. Populares arrecadavam dinheiro e cigarros para os rebelados. A água chegou a ser cortada para força a rendição dos marujos, mas a abastecimento passou a ser feito por caminhões pipa. As camas eram feitas no chão com jornais.[348]

Um dos momentos mais inusitados e emocionantes, que acabou fortalecendo a vigília permanente dos marinheiros, ocorreu quando uma companhia de fuzileiros navais foi destacada para o prédio dos metalúrgicos com ordem do ministro Sílvio Mota para cercar o prédio e prender os amotinados. No calor dos acontecimentos, o ministro Sílvio Motta afastou o comandante geral dos Fuzileiros Navais, o vice-almirante Aragão, que titubeou em reprimir os amotinados.[349] Talvez o mais correto fosse enxergar o almirante Aragão como uma espécie de negociador entre o presidente e os rebelados, que colocou como solução do impasse a demissão do ministro Sílvio Motta.

A polícia da Marinha logo se envolveu no clima de comoção. Gritos de "somos seus irmãos, venham para cá"[350] e "temos certeza que vocês não nos trairão"[351] e como fundo musical ouvia-se "um povo heróico o brado retumbante" e "O cisne branco", cantado a *bocca chiusa.* O que terá passado pela cabeça daqueles homens forjados na rotina árdua de exercícios físicos e ordem unida, que acaba realçando seu espírito militar? "Ouviram do Palácio do Aço, o brado de um povo heróico"?

É importante destacar que a tropa de assalto anfíbia, assim como a infantaria do Exército, tem um espírito militar mais forte, são chamados "vibradores", dada a uma

---

346 PEREIRA, op. cit., p. 86.
347 Diário de Notícia, 27 de março de 1964. [Grifos meus]
348 PEREIRA, ibid., p. 87.
349 Ver PEREIRA, ibid., p. 88.
350 CAPITANI, op. cit., p. 68.
351 AEL – BNM, nº 149; caixa 2, 4º vol. Depoimento do Tenente Jair Baptista Lopes. Apud ANDERSON, op. cit., p. 68.

formação e uma rotina militar mais rigorosa, que faz com que os símbolos nacionais e militares tenham grande alcance sobre estes homens.

Alguns oficiais intermediários, fuzileiros, quando embarcados junto com marujos da gola, estranham a forma de tratamento dos oficiais intermediários como tenentes, pois os oficiais intermediários fuzileiros estão acostumados em seus batalhões a serem chamados de capitães. O que levou aqueles homens que têm a hierarquia e a disciplina como ponto alto da sua formação, a quebrá-la?

O improvável aconteceu. Segundo Avelino Capitani, o soldado Paulo Novas Coutinho abandonou sua metralhadora e apetrechos, e entrou no prédio dos metalúrgicos, ocupado pela "esquadra da ralé".[352] Nilton Pereira relatou que os marinheiros que estavam amotinados dentro do prédio choraram com a adesão dos homens que tinham a missão de prendê-los.[353] O episódio foi narrado por jornalista do jornal *Tribuna da Imprensa*.[354] Outro periódico que deu destaque ao ocorrido foi o *Diário de Notícias*:

> [...] então, ocorreu o inevitável. Os (sic) praças deslocados para o policiamento, influenciados pelas palavras do marinheiro José Anselmo dos Santos, ditas pelo auto-falante, acabaram por aderir ao movimento. Momentos emocionantes foram então vividos. Chorando ao som do Hino Nacional e deitando fora suas armas, metralhadoras, fuzis, capacetes e outros apetrechos, os fuzileiros penetraram a sede do sindicato enquanto os outros nas janelas gritavam e aplaudiam a decisão dos companheiros ao mesmo tempo em que atiravam seus quepes, palas e divisas, dizendo - VIVA a MARINHA - VIVA o BRASIL.[355]

Para acalmar os ânimos, o presidente da República enviou homens do Exército para cercarem o prédio, pois havia suspeita que a Marinha queria bombardear o local.[356] Relatou Avelino Capitani:

> Ao entardecer do dia 26, o presidente Goulart começou a negociar uma solução: por ordem sua, foi mobilizado o batalhão de guarda do Exército comandado pelo coronel Ventura. O coronel chegou ao sindicato e disse:
> - Por ordem do presidente, todo o quarteirão está cercado, para evitar qualquer invasão estranha e garantir a segurança dos marinheiros.[357]

---

352 CAPITANI, op. cit., p. 69. Ver também DUARTE, op. cit., p. 58.
353 PEREIRA, op. cit., p. 88.
354 Ver Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, p. 3.
355 Diário de Notícias, 27 de março de 1964, p. 2, Primeira Seção. [Grifos do original]
356 Ver RODRIGUES, op. cit., p. 113 e PEREIRA, ibid., pp. 88-89.
357 CAPITANI, ibid., p. 70. Domingos Ventura Pinto Jr era o comandante da Polícia do Exército.

A presença do coronel Ventura à frente da tropa de choque da Polícia do Exército, na tarde do dia 26, também foi noticiada por um jornal da época. Apesar do jornalista responsável pela matéria, diretor do periódico, afirmar que "17 horas [...] Exército, vai lá garantir não se sabe o quê."[358]

À noite, integrantes da UNE encenaram uma peça teatral em um palco improvisado no prédio dos metalúrgicos, com a intenção de distrair os amotinados.[359]

O presidente Goulart regressou de São Borja, onde iria passar o feriado da Semana Santa. Por volta da 1 hora da madrugada, logo ao chegar às Laranjeiras, mandou chamar o ministro Sílvio Mota, que chegou duas horas mais tarde. Ao chegar, o ministro logo foi ao encontro de Goulart e os dois começaram a conversar. O ministro colocou o presidente a par dos últimos acontecimentos e entregou sua carta de demissão, tendo Jango pedido ao ministro que permanecesse na função até que ele pudesse tomar pé da situação.[360]

Segundo o jornalista Hélio Fernandes: "5 horas: Sílvio Mota chega ao seu gabinete, de volta das Laranjeiras. Do acordo que ficou estabelecido com o Presidente, manda prender os amotinados por tropas do Exército. Sílvio Mota dá ordens para que Aragão seja preso."[361]

Ao meio dia, o presidente João Goulart, depois de conversar com o general Assis Brasil, com o ministro Darci Ribeiro e com os líderes sindicais, Osvaldo Pacheco e Dante Pelacani, resolveu aceitar a demissão de Sílvio Mota. João Goulart chamou novamente Silvio Mota e disse "que só pediu para ele ficar, porque precisava ganhar tempo e tomar pé na situação."[362]

Às 15h30min um novo ministro assumiu a pasta, o almirante aposentado Paulo Mário Rodrigues. O novo ministro concedeu anistia aos amotinados que foram conduzidos para um quartel do Exército e depois liberados para passar o final de semana em casa, devendo retornar às suas unidades militares somente na segunda-feira - assim evitariam retaliações por parte de seus oficiais.[363] Alguns marinheiros resolveram deixar o batalhão do Exército em direção à igreja da Candelária para rezar em agradecimento pela pensada vitória, e também fizeram um minuto de silêncio em reverência aos marinheiros que tombaram pela causa.[364] Os militares carregavam uma âncora de flores. Os almirantes Aragão e Suzano compareceram ao

---

358 Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, p. 3.
359 Ver PEREIRA, op. cit., pp. 86-87 e ANDERSON, op. cit., p. 70.
360 Ver Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, p. 3.
361 Ibid., idem.
362 Ibid., idem.
363 Ver CAPITANI, op. cit., p. 71. DUARTE, op. cit., p. 59. RODRIGUES, op. cit., p. 116.
364 Tribuna da Imprensa, 28-29 de março de 1964, p. 6.

local e foram ovacionados e carregados nos ombros pelos marujos ao som de "viva Aragão".[365]

Quanto a quem concedeu a anistia aos militares existem versões diferentes, apesar do presidente Goulart afirmar em depoimento posterior que a decisão fora tomada pelo novo ministro da Marinha, Paulo Mário Rodrigues.[366] O novo ministro declarou em sua primeira entrevista coletiva que "[...] a única medida que encontrou para acalmar a situação foi conceder a anistia a todos os envolvidos". E acrescentou: "O senhor João Goulart deixou a decisão comigo"[367].

Se quem anistiou os marinheiros ainda demanda uma resposta precisa, quem foi responsabilizado pelos oficiais navais e pela maioria da imprensa na época foi o presidente da República João Goulart, acusado de laurear a indisciplina nas unidades militares e de abrigar comunistas tanto no governo quanto nos quartéis. A revista *Visão* de 24 de abril de 1964 declarava:

> O ápice do processo desintegrador e anárquico foi a crise da Marinha. Ali ficou evidente que o Governo Goulart se dispunha a manter um novo sistema jurídico disciplinar, baseado na igualdade política dos (sic) praças e da oficialidade, dentro e fora dos quartéis, navios e aviões.[368]

No discurso dos militares de direita, o episódio foi um dos estopins para desencadear o golpe, pois a anistia concedida aos amotinados pelo presidente da República, segundo esses militares mais conservadores, ia de encontro aos pilares da instituição: a disciplina e a hierarquia. O general Leônidas Pires Gonçalves disse: "Os homens que assessoravam o presidente João Goulart cometeram um erro crucial: nas suas pregações, nas suas atividades, eles abalaram ou tentaram abalar, dois pilares fundamentais para as Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina."[369]

Anderson Almeida descreve a situação da anistia como o "*O perdão" que ofendeu*.[370] Talvez essas palavras sintetizem bem o que aconteceu pós-anistia. Descreve Capitani: "Os oficiais podiam continuar sendo oficiais que os marinheiros continuariam sendo marinheiros.

---

365 Ibid. idem.
366 Ver CARLONI, op. cit., p. 300.
367 Diário de Notícia, 29 de março de 1964, Primeira Seção, p. 2
368 Visão, 24 de abril de 1964, p. 27.
369 Apud CARLONI, ibid., p. 296.
370 ALMEIDA, op. cit., p. 73.

Juntos, poderiam voltar ao trabalho."[371] Mas começaram a pipocar os manifestos dos órgão representativos da oficialidade.

O Clube Naval lançou seu manifesto de repúdios aos acontecimentos, alegando a quebra de disciplina. No dia 30, foi a vez do marechal Augusto Magessi, presidente do Clube Militar manifestar seu apoio ao Clube Naval: "Só a diferença de uniforme distingui as Forças Armadas" e, ao mesmo tempo, hasteava a Bandeira Nacional a meio-pau[372]. No dia 31, foi a vez do Clube da Aeronáutica se reunir para tratar do episódio que ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos.[373]

O jornal *Tribuna da Imprensa*, do dia 30 trazia notícias muito desfavoráveis aos marinheiros. O recém empossado ministro da Marinha, pressionado pelo almirantado, resolver instaurar três inquéritos para apurar o movimento que ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos:

> Consultado o chefe da nação pelo ministro, após sua chegada hoje, vinte e nove [dia 29], à tarde, ficou resolvido proceder-se a um total de reexame de todos os acontecimentos mediante a realização de três inquéritos, a saber: 1) Ocorrências desde o início da assembléia comemorativa de Marinheiros e Fuzileiros até o recolhimento dos associados a um quartel do Exército (este, abrangerá os fatos ocorridos a bordo de alguns navios e o tiroteio em frente ao Ministério da Marinha) – 2) Passeata de parte dos associados, ao deixarem o quartel do Exército, até a igreja da Candelária (este, incluirá o exame das acusações aos almirantes Suzano e Aragão) – 3) Origens e implicações da decisão dos signatários do memorial os quais incorreram em falta disciplinar patente quer pelo número pelas imposições neles feitas ao ministro.[374]

Estava instaurada a "caça as bruxas". A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil não resistiu ao ataque de tropas que se deslocaram por mar, terra e ar.

---

371 CAPITANI, op. cit., p. 73.
372 Diário de Notícias, 31 de março de 1964, p. 14.
373 Diário de Notícias, 31 de março de 1964, p. 13.
374 Tribuna da Imprensa, 30 de março de 1964, p. 7.

CONCLUSÃO

O homem é aquilo em que acredita.
Anton Checkov

A criação da entidade representativa dos marinheiros e fuzileiros, no ano de 1962, deve ser atribuída ao momento de maior participação política do povo brasileiro, que se iniciou na Era Vargas e se expandiu a partir da década de 50, tendo seu auge na década de 60, até ser frustrada pela ditadura militar. Mas, a participação política mais efetiva da entidade marinheira não deve ser combinada a sua fundação.

Apesar das duas correntes – combativa e moderada - estarem presentes na fundação da entidade e de suas demandas sociais, acredito que o propósito majoritário para a fundação da entidade deva ser atribuída a questões recreativas e assistencialistas. A aproximação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros como outros movimentos sociais e suas respectivas ideologias que se chocavam à questão da hierarquia militar (dominantes versus dominados), onde se traça uma fronteira visível entre praças e oficiais, influenciou os marinheiros a buscarem, através das autoridades civis e militares que se diziam amigas da entidade, soluções pensadas possíveis para seus problemas de grupo social, inclusive na pessoa do presidente da República, que estava em um rearranjo de forças e os subalternos das Forças Armadas deveriam também fazer parte desse novo acordo.

O que não ficou claro para mim foi o enquadramento teórico da entidade marinheira. Busquei enquadrá-la no conceito gramisciano de "aparelho privado de ideologia", mas acredito que tal designação não satisfaça, pois se trata de militares. No entanto, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil se organizava a partir de um grupo específico da hierarquia militar, no seu microcosmo que era seu círculo hierárquico, e lutava por demandas de grupo social específico - evidentemente que inserida num plano mais amplo, que era a Marinha de Guerra do Brasil e a sociedade brasileira da época.

Quanto às suas reivindicações, quais sejam: "fim do humilhante 'Livro de Castigo', direito de se casar, uso de trajes civis fora da repartição, revisão dos planos de carreira, melhores condições de vida nas casernas e uma relação mais humana e fraterna com a

oficialidade [...] também, votar"[375], pelo menos as mais objetivas e as que dizem respeito a cidadania foram atendidas pós-fechamento da entidade.

Desde a Constituição de 1988 todos os cidadãos brasileiros maiores de 18 anos são obrigados a votar e isso inclui os militares de menor graduação. A ressalva é feita somente aos conscritos, isto é, durante o período do serviço militar obrigatório.[376]

O direito de contrair matrimônio já não é mais um problema para cabos, marinheiros e soldados, ressalva feita somente as praças especiais, isto é, alunos de alguma instituição de formação inicial militar (Escola de Aprendiz de Marinheiro ou a Escola Naval).[377] Também os militares não são mais obrigados a sair fardados das instituições militares.

O fim do Livro de Registro de Contravenções não foi reivindicação alcançada pelos militares.[378] Em 26 de julho de 1983, foi aprovado um novo Regulamento Disciplinar para a Armada[379], mas pouca coisa mudou se comparamos ao de 1955. Artigos de interpretação subjetiva ainda estão presentes no referido regulamento e as 72 contravenções passaram a ser 84. Das 84 contravenções do ano de 1993, algumas foram alteradas.[380]

Em relação reivindicação "relação mais humana e fraterna com a oficialidade", dada ao teor subjetivo, não temos como avaliar sem uma pesquisa de campo. Mas em conversas informais com alguns militares, podemos perceber que os subalternos estão mais conscientes dos seus direitos, haja visto sua maior formação intelectual extra-Marinha. Às vezes, em casos de punições arbitrarias ou ofensas verbais de oficiais, procuram a justiça civil para que os que ofenderam se retratem.

A nova história militar traz em seu bojo o desejo em compreender o cotidiano dos militares, extrapolando a participação deles em episódios políticos. Tal cotidiano, apesar de suas especificidades, não deve ser pensado como alheio à sociedade em geral. Contudo, a autonomia ideológica dos militares parece-me coerente. Como pensa Martins Filho, os

---

375 CAPITANI, Capitani Bioen. *Rebelião dos marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 25.

376 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Art. 14, parágrafo 1º, inciso I. No parágrafo 2º, existe uma ressalva para os conscritos, durante o período militar obrigatório. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

377 BRASIL. Lei 6.680, de 09 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, Artigo 144. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6880.htm

378 BRASIL. Decreto 88.545, de 26 de julho de 1983 – Regulamento Disciplinar para a Marinha, Art. 40, parágrafo único. Vade-Mécum Naval. Serviço de Documentação da Marinha.

379 Ibid.

380 Ver DECRETO 1.011 de 22 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1990-1994/D1011.htm

militares não estavam alheios ao jogo político e desenvolviam seus projetos políticos de forma autônoma. Como pesquisei os indivíduos de menor graduação na hierarquia militar, a metodologia da história "vista de baixo" foi essencial para análise de nosso objeto. Apesar de pessoas "simples", pensavam e agiam a partir de suas próprias demandas sociais.

Estudando as formas de ingresso na Marinha e o cotidiano dos marinheiros no século XIX, várias lembranças pessoais vieram à tona, pelas muitas histórias que ouvi do meu pai e de meus tios que ingressaram na Marinha de Guerra na metade do século passado. Não quero dizer que a Marinha do século XX fosse igual à Marinha do século XIX, mas chama a atenção o fato de algumas histórias contadas por meu pai e tios fazerem referência à bebida, jogos, brigas com soldados de outras corporações e a busca do calor das prostitutas, relatos que também encontramos nos marinheiros pesquisados.

As mudanças nas instituições militares encontram maior resistência, pois essas instituições acreditam serem portadoras da tradição, tendendo por isso a conservar continuidades. Apesar da eliminação do recrutamento forçado e da chibata no início do século XX, a figura do oficial paternal não desapareceu no decorrer do século. O que a Marinha não conseguiu extirpar de seus quadros foram as indisciplinas cometidas por alguns elementos "bola 7". O Livro de Registro de Contravenções substitui a chibata pôr punições que vão desde admoestações verbais até prisão rigorosa, mas acredito que só a educação extra-Marinha conseguiu regenerar esses elementos, o que ocorreu também a partir de processos seletivos mais rigorosos.

Nos dias atuais, quatro Escolas de Aprendizes de Marinheiros são responsáveis pelo ingresso e formação inicial da maioria das praças. Elas estão distribuídas em quatros estados brasileiros: Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina. Os candidatos a aprendiz de marinheiro devem prestar concurso, possuir o Ensino Fundamental completo e ter entre 18 e 21 anos de idade até o início do curso. Uma forma de ingresso que foi eliminada, para os militares que eram geralmente destinados ao serviço de taifa, foi o aproveitamento de conscritos.

As praças que comporão Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais têm processo seletivo próprio e curso de formação inicial diferente dos marinheiros. Os candidatos a soldados fuzileiros também necessitam prestar concurso público e apresentar o diploma do Ensino Fundamental, ter no mínimo 18 e no máximo 21 anos de idade, referenciados em 1º de janeiro do ano do início do respectivo curso. Existem mais duas formas de ingresso: o candidato a sargento fuzileiro músico deve prestar concurso e tem com exigência escolar o Ensino Médio. Para o Corpo Auxiliar de Praças, é necessário o Ensino

Médio, em Nível Técnico e prestar concurso público.[381] Todas as praças da Marinha do Brasil devem prestar concurso público como forma de ingresso.

O que fez 1964 ser diferente de outras tentativas que já tinham sido esboçadas pelos militares golpistas? Qual foi o ponto comum que uniu as três Forças? Em que ponto as divisões internas foram superadas? O que podemos verificar é que a organização das praças em suas associações sacudiu o pilar da hierarquia militar, agitou o "mar de almirante" em que os oficiais estavam acostumados. As máximas como "primeiro obedece e depois pondera" ou "censurar ato do superior é contravenção disciplinar" estavam sendo contestadas. Talvez a personagem na época menos compreendida, mas não inocente, nesse contexto de ebulição social dentro e fora dos muros dos quartéis seja o presidente João Belchior Marques Goulart.

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil embarcou nos sonhos dele, , esperando ver suas reivindicações serem atendidas pelo chefe supremo das Forças Armadas, o que não se confirmou. O mais, foi ver o navio ir a pique! Avelino Capitani se encarregou de descrever a situação:

> Quatrocentos marinheiros e fuzileiros navais foram expulsos, processados e condenados. As penas somadas atingem mais de 13 séculos de reclusão, sendo a maior pena coletiva da história do Brasil. Os condenados pelas auditorias da Marinha cumpriram pena em diversos presídios políticos do país: 140 marinheiros, fuzileiros navais e cabos da FAB foram expulsos e indiciados em IPMs pelas unidades de comando onde serviam; 963 marinheiros e fuzileiros navais foram licenciados ex-ofício por terem sido indiciados no IPMs que apuraram as ocorrências na assembléia dos marinheiros realizada em março de 1964, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro. Desses, 200 tinham, na época, mais de 10 anos de serviço e foram considerados mortos. Seus dependentes receberam pensão militar como se eles tivessem falecido. Outros, apesar de já estarem promovidos ao posto de terceiro sargento, foram rebaixados a cabo para serem licenciados....[382]

Nossa pesquisa não abrangeu os processos que foram instaurados. O historiador Anderson Almeida, que realizou esse trabalho, conclui: "Exagero ou não, de fato o processo era gigante, envolveu cerca de 1.400 depoimentos."[383] No dia 1º de junho de 1966, o oficial do Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas comunica ao Exmo Sr. Juiz de Direito da

---

381 Ver site da Marinha. Disponível em: https://www.ensino.mar.mil.br/html/ingressar.html
382 CAPITANI, op. cit., p. 89.
383 ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião à Anistia. (Dissertação) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010, p. 84.

Vara de Registro Público do Estado da Guanabara a "dissolução" da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil[384]. Ouvem-se gritos de "abandonar o navio".

[384] Ofício 9/966. Acervo da UMNA, doação de Dílson da Silva.

FONTES

Jornais e Periódicos

Jornal A Tribuna do Mar

Jornal Correio da Manhã

Jornal Diário Carioca

Jornal do Brasil

Jornal O Globo

Jornal Última Hora

Jornal Tribuna da Imprensa

Revista Manchete

Revista O Cruzeiro

Revista Visão

Legislação

BRASIL. DECRETO-LEI 6.227, 24 DE JANEIRO DE 1944. CÓDIGO PENAL MILITAR. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1944.

BRASIL. Decreto-Lei 9.698, 02 de setembro de 1946. Estatuto dos Militares. http://www.jfrj.gov.br/selegis/militar/pdf/Decretos-Lei/DecLei9698.pdf

BRASIL. DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível:http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107488

BRASIL. Decreto 36.450, 10 de novembro de 1954. Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=168002

BRASIL. DECRETO 44.061, DE 23 DE JULHO DE 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987

BRASIL. Decreto 46.423, 14 de julho de 1959. Altera a redação de dispositivos do Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha. http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=177179

BRASIL. Decreto Nº. 38.010, DE 05 DE OUTUBRO DE 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. *Atos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. Código Penal Militar.

Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm

BRASIL. Decreto 88.545, de 26 de julho de 1983 – Regulamento Disciplinar para a Marinha. Vade-Mécum Naval, Serviço de Documentação da Marinha.

BRASIL. Lei 9.140/1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de

participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de

setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140.htm

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Juazeiro do Padre Cícero: A terra da mãe de Deus. 2 ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro*. São Paulo: Global, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus Editora, s/d.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução Sergio Goes de Paula. 2º ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1990, 5ª ed.: cap. VII.

CARLONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *Os militares no poder*. 2 vols. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2º ed. revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. (Org.); IZECKSOHN, Vitor (Org.); KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto, 2004.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CONSERVA, Paulo. *Navegando no exílio*. Itaporanga: Empresa Gráfica do Nordeste, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci/ Carlos Nelson Coutinho*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina et al. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros.* Rio de Janeiro: Inverta 2005.

_____. *1964: a luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Tradução Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP e Editora Boitempo, 1997.

FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

_____. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: DELGADO, Lucília e _____. (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3*. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2003, p.355.

_____. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: ARAÚJO, Maria Paula. CASTRO, Celso. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe:*

ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

_____. e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de

Janeiro: Editora da FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIORI, José Luís. *O vôo da Coruja. Uma leitura "não" liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2003, pp. 61-122.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macauly, Burckhart*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Ed. Loyila, 1997.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – as esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à*

luta armada. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *"Era o golpe de 64 inevitável?"* In: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: visões críticas do golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GUSMÃO. Daniel Martins. *A trajetória da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais*

do Brasil e as memórias das lideranças. (Monografia) Universidade Federal Fluminense-

UFF. Niterói, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *A outra história: algumas reflexões.* Frederick Krantz (org). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII A XIX.* Tradução: Ruy Jungmany. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1976.

_____. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio da resistência.* Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Rio de Janeiro, 1992.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LÖWY, Michael. *A guerra dos Deuses, Religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Michael (org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006. (2ª edição ampliada)

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas, 4º edição. São Paulo: Centauro, 2006.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KRANTZ, Franz. (Org.) *A outra história. Ideologia e protesto popular nos século XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. *O Manifesto Comunista*. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 2003.

_____e FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2006.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREL, Edmar. *A Revolta da chibata*. Rio de Jnaeiro: Graal, 1979.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. *Entre o convés e as ruas*. In: CASTRO Celso, IZECKSOHN Vitor e KRAAY Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

PARUCKER, Paulo E. Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão

Popular, 2009.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, s/d. Tradução: Maria Júlia Goldwasser.

PEREIRA, Nilton M. *Marujos Rebeldes*. Araranguá: Nova Geração, 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar*

no Brasil. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro

– UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São

Paulo, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIBEIRO, Octávio. *Por que eu traí: Confissões do Cabo Anselmo*. São Paulo: Global, 1984.

RUDÉ, Geoge. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

Serviço de Documentação Geral da *Marinha*. *História Naval Brasileira*. Primeiro vol. Tomo I. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *História Naval Brasileira*. Primeiro vol. Tomo II. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *História Naval Brasileira*. Segundo vol. Tomo I A. Rio de Janeiro, 1990.

_____. *História Naval Brasileira*. Segundo vol. Tomo I B. Rio de Janeiro, 1993.

_____. *História Naval Brasileira*. Segundo vol. Tomo II. Rio de Janeiro, 1979.

_____. *História Naval Brasileira*. Terceiro vol. Tomo I. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *História Naval Brasileira*. Quarto vol. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *História Naval Brasileira*. Quinto vol. Tomo 1 A. Rio de Janeiro, 1995.

_____. *História Naval Brasileira*. Quinto vol. Tomo 1 B. Rio de Janeiro, 1997.

_____. *História Naval Brasileira*. Quinto vol. Tomo II. Rio de Janeiro, 1985.

SCHMIDT, Benito. *Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o Golpe de 1964 quarenta anos depois*. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.

RODRIGUES, Flávio L. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São

Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Modernização Autoritária*. In: Maria Yedda Linhares. (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Estratificação e estrutura de classes (um ensaio de interpretação)*. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva e Moacir Gracindo Soares Palmeira. In: (Orgs) VELHO, Otávio Guilherme, PALMEIRA, Moacir G. S. e BERTELLI, Antônio R. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOURAINE, Alain. "*Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes*". In
ALBUQUERQUE. J.A.G (org.) Classes média e política no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEGAS, Pedro. *Trajetória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004.